

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ARQUEOLOGIA

DAIANE PEREIRA

**CURADORIA ARQUEOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
SALVAGUARDANDO MUNDOS**

Belo Horizonte
2023

DAIANE PEREIRA

**CURADORIA ARQUEOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
SALVAGUARDANDO MUNDOS**

Tese apresentada como requisito para
obtenção do título de Doutora em Antropologia
– Área de Concentração em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Mariana Petry Cabral

Belo Horizonte

2023

306 Pereira, Daiane.
P436c Curadoria arqueológica na Amazônia brasileira
2023 [manuscrito] : salvaguardando mundos / Daiane Pereira. -
 2023.
 182 f.
 Orientadora: Mariana Petry Cabral.

 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1. Antropologia – Teses. 2. Arqueologia – Teses.
 3. Amazônia - Teses. I. Cabral, Mariana Petry. II. Universidade
 Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais em 12 de Dezembro de 2023.

DAIANE PEREIRA

Curadoria Arqueológica na Amazônia Brasileira: Salvaguardando Mundos

Membros da Banca Examinadora

Dra. Mariana Petry Cabral

Orientadora

Dra. Marcia Bezerra de Almeida

Universidade Federal do Pará – UFPA (Examinadora Externa)

Dra. Silvia Cunha Lima Auväart

Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território - LINTT
USP (Examinadora Externa)

Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers

Universidade Federal de Goiás – UFG (Examinadora Externa)

Dr. Andrei Isnardis Horta

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Examinador Interno)

Dr. José Roberto Pellini

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Suplente Interno)

Dra. Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (Suplente Externa)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE DAIANE PEREIRA
(MATRÍCULA N.º 2018650828)**

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se às 08:30 horas, em sessão virtual na plataforma Google Meet, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: "**CURADORIA ARQUEOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: SALVAGUARDANDO MUNDOS.**", requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Antropologia, área de concentração: Arqueologia - linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Mariana Petry Cabral (PPGAn/UFMG) - Orientadora, Marcia Bezerra de Almeida (UFPA), Camila Azevedo de Moraes Wichers (Universidade Federal de Goiás), Sílvia Cunha Lima Auväärt (LINTT-MAE/USP) e Andrei Isnardis Horta (PPGAn/UFMG).** Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Mariana Petry Cabral, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à doutoranda, Daiane Pereira, para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da doutoranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023.

Membros da Comissão Examinadora:

Mariana Petry Cabral (PPGAn/UFMG) - Orientadora

Marcia Bezerra de Almeida (UFPA)

Camila Azevedo de Moraes Wichers (Universidade Federal de Goiás)

Sílvia Cunha Lima Auväärt (LINTT-MAE/USP)

Andrei Isnardis Horta (PPGAn/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Bezerra de Almeida, Usuário Externo**, em 19/12/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo de Moraes Wichers, Usuária Externa**, em 19/12/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Petry Cabral, Professora do Magistério Superior**, em 20/12/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cunha Lima Auvaart, Usuário Externo**, em 20/12/2023, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Isnardis Horta, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2023, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2858912** e o código CRC **38963228**.

AGRADECIMENTOS

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao PPGAn-UFMG (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), pelo suporte que possibilitou a realização desta pesquisa.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPArq/IEPA), os de agora e os que já passaram pela instituição, pela parceria e aprendizados.

Às Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos e seus profissionais – Bruno Pastre, Camila Jácome, Eduardo Kazuo, Helena Lima, Irislane Moraes, Jacó Picolli, Maria Coimbra, Meliam Gaspar, Paulo Canto, Pedro da Glória, Raimundo Mesquita, Samuel Medeiros e Silvana Zuse - assim como o Zafenathy Carvalho, do IPHAN, que generosamente aceitaram participar da pesquisa e tornaram possível a aproximação com outras realidades e percepções das coleções arqueológicas na Amazônia.

Aos colegas do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) pelos ensinamentos e exemplos de engajamento na gestão das coleções arqueológicas.

Aos membros da banca de qualificação, José Pellini e Silvia Cunha Lima, pelas leituras atenciosas e contribuições que tornaram a finalização da pesquisa possível.

Ao José Alberione dos Reis, que me apresentou a disciplina arqueológica e esteve comigo ao longo de todos esses anos, primeiro como professor, depois orientador, e agora como um amigo querido.

À Mariana Petry Cabral, que em 2010 abriu as portas do projeto curatorial do NuPArq/IEPA para mim e desde então tem sido minha orientadora, colega e amiga. Obrigada pelo apoio inabalável.

Ao Lúcio Costa Leite, meu compadre e parceiro de arqueologia amapaense, minha admiração por sua postura a frente das pesquisas no Amapá e gratidão por nossa irmandade.

Aos meus familiares, amigos e colegas, que fiz morando no Rio Grande do Sul, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais e Amapá, e me auxiliaram direta e indiretamente nessa caminhada. Nem sempre foi fácil estar em constante movimento, mas em vocês sempre tive um endereço fixo de carinho e amizade. Um agradecimento especial à Amanda Fiuza, Luiza Polo, André Elias, Douglas Finger e Rodrigo Padilha, que nos sacolejos da vida, permanecem firmes comigo.

Aos meus pais, Airton Pereira e Rosmari Dannenhauer, por compreenderem minhas ausências e distância geográfica, mas acima de tudo por me fornecerem uma base sólida de respeito e educação. Todos meus passos certos foram dados graças a vocês e, em todos meus tropeços, tive seus braços amorosos para me apoiar.

Ao Bruno Barreto, meu companheiro de vida, seu amor e companheirismo ao longo desses treze anos fez todos os dias desde então melhores. Sou eternamente grata por tudo e por tanto.

E por último, àqueles que não consigo agradecer nominalmente, mas que me deram a oportunidade de mediar seu contato com coleções arqueológicas. Foi através de, e por essas pessoas, que esse trabalho foi feito.

RESUMO

Curadoria Arqueológica na Amazônia Brasileira: Salvaguardando Mundos

O desafio de gerenciar coleções arqueológicas através de mecanismos e sistemas de salvaguarda em um contexto amazônico deslocou minhas certezas e expandiu minhas perguntas sobre o tema. Materialidades, ambientes, pessoas, seres e suas relações se tornaram indissociáveis, uma perspectiva que impõe mudanças metodológicas e epistêmicas sobre as coleções e a disciplina arqueológica, para inclusão dos muitos mundos conectados a elas. Almejando contribuir com essa mudança, optei por apoiar-me na Curadoria Arqueológica como uma possibilidade de reflexão e maior inserção da área de gerenciamento das coleções na prática arqueológica. Meu ponto de partida é o reconhecimento das biografias dos processos curatoriais nas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP) na Amazônia brasileira que, por meio de interlocutores, auxiliaram a mapear e compreender questões nevrálgicas desse contexto ainda pouco estudado. O depreender desse contexto regional permitiu refletir sobre as origens, permanências e superação da crise curatorial arqueológica, que envolve distintos elementos, instituições e agentes na pesquisa, gestão e ressignificação do patrimônio arqueológico.

Palavras-chave: Curadoria Arqueológica; Amazônia; Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos.

ABSTRACT

Archaeological curatorship in the Brazilian Amazon: Safeguarding Worlds

The challenge of managing archaeological collections through safeguarding mechanisms and systems in an Amazonian context has shaken my certainties and expanded my questions about the subject. Materialities, environments, people, beings, and their relationships have become inseparable, a perspective that demands methodological and epistemic changes regarding collections and the discipline of archaeology, to include the many connected worlds they entail. Seeking to contribute to this change, I have chosen to embrace Archaeological Curatorship as a possibility for reflection and greater integration of collection management in archaeological practice. My starting point is the recognition of the biographies of curatorial processes in the Institutions for the Safeguarding and Research of Archaeological Assets (IGP) in the Brazilian Amazon, which, through interlocutors, have helped map and understand critical issues in this still understudied context. Understanding this regional context has allowed me to reflect on the origins, continuities, and overcoming of the archaeological curatorial crisis, which involves different elements, institutions, and agents in the research, management, and redefinition of archaeological heritage.

Keywords: Archaeological Curatorship; Amazonia; Institutions of Safeguarding and Research on the Archaeological Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapas das Instituições de Guarda e Pesquisa da Região Norte.....	17
Figura 2. Exemplificação do preenchimento da tabela do estudo bibliométrico dos artigos em periódicos.....	64
Figura 3. Quantificação dos termos identificados nos artigos.....	66
Figura 4. Gráfico de análise da relação entre os termos.....	67
Figura 5. Gráfico da quantidade de publicações analisadas que mencionam o termo curadoria sistematizado a partir do seu ano de publicação.....	67
Figura 6. Mapa de todas as Instituições de Guarda e Pesquisa, divididas pelos estados brasileiros.....	89
Figura 7. Gráfico da aptidão das Instituições de Guarda e Pesquisa da Região Norte para receberem novos acervos divididas por estados.....	90
Figura 8. Gráfico da aptidão das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte brasileira para receberem novos acervos.....	97
Figura 9. Gráfico dos setores responsáveis pelas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte brasileira.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação de períodos, volumes e quantidade de artigos pesquisados.64

Tabela 2. Lista das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.....93

Tabela 3. Lista das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte de acordo com sua participação na pesquisa.....111

SIGLAS E OUTRAS DENOMINAÇÕES

CCI – Instituto Canadense de Conservação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNIGP – Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

GTA-SAB – Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGP – Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPF – Ministério Público Federal

NuPArq/IEPA – Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

REMAAE – Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos

SAA – Society for American Archaeology

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

Introdução: Prelúdio para uma Curadoria Arqueológica na Amazônia Brasileira	15
Capítulo 1 Reescavando a Curadoria Arqueológica como pesquisa	26
1.1. Crise Curatorial.....	27
1.2. Curadoria Arqueológica: teoria e método da disciplina arqueológica	49
1.3. Desroteirizar a pesquisa curatorial.....	69
Capítulo 2 Coleções arqueológicas amazônicas e	74
seus múltiplos mundos	74
2.1. Coleções arqueológicas	75
2.2. Coleções arqueológicas amazônicas	78
2.3. Instituições de Guarda e Pesquisa na Amazônia	84
Capítulo 3 Reservas Técnicas de arqueologia	96
como mecanismos de salvaguarda.....	96
3.1. Reservas Técnicas como mecanismos.....	97
3.2. Desroteirizar as Reservas Técnicas e a salvaguarda	101
3.3. Das Reservas Técnicas às biografias curatoriais.....	106
Capítulo 4 Biografias curatoriais amazônicas e as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos.....	124
4.1. Biografias de Governança	127
4.2. Biografias de Pesquisa.....	131
4.3. Biografias Sociais.....	132
Múltiplas curatorias para múltiplos mundos:	134
Considerações para o futuro da Curadoria Arqueológica na Amazônia	134
Referências Bibliográficas	137
Anexos	147

“Plantations intelectuais e governamentais!
Noção de progresso imperialista!
Monocultura do discurso da etnologia!
Clausura disciplinar!
Taxonomias e racismos científicos!
Metabolismos manchados de sangue!
[...]
Todos esses objetos em reservas inacessíveis!
[...]
Onde ainda dormem
No navio escravagista
Esses corpos removidos,
Esses restos mortais
Ou dissimulados na periferia urbana,
Nas masmorras dos objetos,
Na "prisão de diferença radical e negatividade" (Simon Gikandi)
Nessas geladeiras de almas,
Porque tóxicas com potência dupla ou tripla,
Portadores de microbiomas capazes de iniciar
Pandemias imprevistas
Disseram...
Necropolítica de objetos sequestrados!
Acesso hiper-restrito!
Discurso claustrofóbico!
Controle! Controle!
Controle de interpretações futuras!
[...]
Mãos dadas com o museu universal do século XXI!
Peça visto para vir ver seu patrimônio
[...]
Emoldurado por um design interior exclusivo e excludente,
Uma exposição que acrescenta só umas linhas a mais...
Porque é isso!
Não documentaram grandes coisas
Nessas coletas coloniais
Era só
Coleta! Coleta! Coleta!
[...]
Não às monoculturas!
Não às plantations intelectuais!
Não aos museus miméticos!
Não às hegemonias estéticas!
Não às hierarquias entre objetos!
Não às pirâmides museológicas!
"Sem climatização..."
"Restauração inadequada..."
Et cetera, et cetera..."¹

¹ Clémentine Deliss (2018). “A Manifesto for the Right to Access Sequestered Colonial Collections in Western Europe”. Apud Françoise Vergès (2023). Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta.

Introdução: Prelúdio para uma Curadoria Arqueológica na Amazônia Brasileira

Esta pesquisa é o resultado de mais de uma década dedicada à Curadoria Arqueológica na Amazônia. A escolha do tema foi um caminho natural do meu envolvimento com as coleções arqueológicas e seus grupos de interesse no Norte do país, que começaram no Amapá com a criação do projeto *Curadoria, Conservação e Socialização na Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert*, em 2010, sob orientação da arqueóloga Mariana Petry Cabral, e sucessivamente pelas pesquisas *Perspectivas da Curadoria Arqueológica: o caso do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert* (Pereira, 2012) e *“Reserva Técnica Viva”: extroversão do patrimônio arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert* (Pereira, 2015).

Minha relação com as coleções arqueológicas amazônicas foi se ampliando com o passar dos anos, através da regionalização do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) e da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE), consultorias e estudos em Reservas Técnicas de arqueologia na Amazônia, mas especialmente na realização das pesquisas curatoriais do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq/IEPA), as quais tenho o privilégio de participar desde 2010.

Essas vivências trouxeram para o cerne desta pesquisa dois elementos: a gestão dos acervos arqueológicos salvaguardados nas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP), e a delimitação regional. Dentre as distintas perspectivas que poderiam ter sido escolhidas para estudar o gerenciamento das coleções arqueológicas, optei por realizar uma pesquisa situada e aproximada ao meu lugar de atuação, a partir das Instituições na Amazônia brasileira, mas que ao mesmo tempo fosse uma forma de conectar esse 'lugar' com múltiplos olhares, ou mundos, que na maioria das vezes são ignorados nos processos arqueológicos curatoriais.

A partir deste recorte, o objetivo central da pesquisa foi refletir sobre os processos e os sistemas de salvaguarda das coleções arqueológicas através da compreensão e problematização dos modos e modelos vigentes. Para além de uma análise teórico-metodológica das ciências patrimoniais que se conectam às coleções arqueológicas, busquei trazer as múltiplas realidades da salvaguarda das coleções arqueológicas na Amazônia brasileira.

A Amazônia Legal brasileira é composta por territórios de nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. Destes nove estados, trabalhei com o recorte regional dos estados pertencentes à região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A escolha pela delimitação política da região Norte foi motivada por uma organização que ocorre em órgão legisladores e nas discussões da própria categoria arqueológica, como congressos, publicações, associações e coletivos regionais, que foram utilizados para a construção das reflexões que embasam a tese.

Figura 1. Mapa com a delimitação da Amazônia Legal, com a identificação dos Estados que compõem a região Norte do país e das cidades com Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Juntos, os estados da região Norte abrigam vinte seis² Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que apresentam realidades distintas, mas que trazem a arqueologia amazônica como elemento conector.

A ênfase na gestão das coleções arqueológicas amazônicas também é interessante pensando que os olhares do mundo estão voltados para região como elemento definidor na crise climática, e a arqueologia está inserida nessa discussão sobre os modos de vida (Neves, 2022). Este contexto torna o recorte regional fecundo para uma ampla discussão sobre a gestão das coleções arqueológicas, através da problematização das biografias curatoriais e dos seus espaços de guarda enquanto mecanismos e agentes de preservação.

A presença de intrigantes singularidades e similaridades entre as coleções arqueológicas no contexto amazônico, as múltiplas relações que se estabelecem com as pessoas a partir dessas características, e os desafios intrínsecos da região Norte, despertaram em mim o interesse de compreender melhor o gerenciamento das coleções arqueológicas salvaguardadas através de uma análise regional. Tal interesse certamente está associado ao fato de acreditar que o equilíbrio em debatermos as especificidades, enquanto criamos conexões com questões macro, possui potencial para mudanças estruturais. De certa forma, queria traduzir em pesquisa esse constante exercício, que nós profissionais que atuamos na área fazemos, de analisar as nuances entre o que as disciplinas patrimoniais estão debatendo sobre o gerenciamento das coleções, e a realidade palpável da salvaguarda de coleções arqueológicas na Amazônia.

Com isso, busquei perceber como as Instituições de Guarda estão lidando com questões amplas e comuns à Curadoria Arqueológica no contexto amazônico, tais como: a falta de recursos humanos especializados na área; a fragilização das instituições de pesquisa; as lacunas entre as legislações patrimoniais e sua aplicabilidade; a articulação entre os diferentes agentes na

² Instituições reconhecidas pelo Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/> Acessado em Julho de 2023. Esse número está em constante atualização e suas nuances são abordadas de forma mais extensa no Capítulo 2.

cadeia produtiva arqueológica³; as coleções herdadas; a dispersão dos acervos amazônicos ao longo dos anos; as grandes distâncias geográficas e dificuldades de acesso entre Instituições e comunidades; as relações das comunidades com a materialidade arqueológica; as práticas de colecionamento; e as narrativas das encantarias amazônicas na documentação museológica e arqueológica.

Essas inúmeras questões perpassam os processos arqueológicos curatoriais, e a compreensão da existência de uma ‘crise curatorial’. A crise curatorial é um termo utilizado mundialmente para se referir aos processos históricos de formação de coleções e seus reflexos nos desafios atuais de gerenciamento das mesmas (Marquardt, Montet-White e Scholtz, 1982; Voss, 2012; Kersel, 2015; Flexner, 2016), e será abordado de forma mais aprofundada no Capítulo 1. Nesta perspectiva, o conceito de crise curatorial foi examinado para auxiliar o entendimento desses processos curatoriais nos contextos de estudo, abrangendo a geração e acúmulo das coleções arqueológicas armazenadas com pouco planejamento e pesquisa curatorial a médio e longo prazo, sem políticas institucionais e governamentais que garantam que os acervos cumpram suas funções através de sua conservação física, informacional e uso social.

Com foco no palimpsesto de elementos que geram as distintas realidades de salvaguarda de vestígios arqueológico na região amazônica, um dos meus objetivos foi conhecer através das biografias dos processos curatoriais estes diferentes contextos para compreender seus avanços e desafios na gestão das coleções arqueológicas, assim como os apagamentos e os *potenciais relacionais* produzidos pela Curadoria. Desse modo, almejo poder contribuir para o fortalecimento e aprimoramento da temática curatorial dentro da disciplina arqueológica como uma das saídas à crise curatorial.

Neste ponto, acho pertinente explicar o uso do termo ‘potenciais relacionais’, como alusão escolhida ao conceito trabalhado pelo antropólogo

³ Irei usar o termo “cadeia produtiva da arqueologia”, empregado inicialmente por Paulo Zanettini (2007), e que se encontra detalhado na pesquisa de Camila Wichers (2011) quando estabelece relações da cadeia produtiva da arqueologia com a cadeia operatória museológica. Para os autores, a cadeia produtiva da arqueologia engloba órgãos de gestão e fiscalização, instituições, órgão de fomento, entidades e associações, empreendedores, arqueólogos e sociedade.

inglês Tim Ingold (2015) sobre a existência de potencial relacional em tudo que é material no mundo, seja animado ou inanimado. Ingold argumenta que as pessoas estão constantemente envolvidas em interações e relações com o ambiente, outras pessoas e objetos. Essas relações não são apenas transações isoladas, mas sim processos contínuos de transformação mútua. O potencial relacional, portanto, é a capacidade de algo ou alguém se transformar em resposta às interações com outros elementos no ambiente. Isso significa que seres e coisas, em categorias fluidas, possuem entre si múltiplas possibilidades de relações.

Empregado na disciplina arqueológica, essa perspectiva atribui ao patrimônio arqueológico, em contato com as pessoas, um emaranhado de possibilidades de conexão e significação. Pellini (2014, p. 74) explana sobre as “redomas de vidro” criadas pela institucionalização dos artefatos e questiona “a quem atende a sacralização que fazemos do objeto narrado enquanto artefato arqueológico?”. A fixação da expressão ‘potenciais relacionais’, no plural, marca minha visão sobre o tema em relação aos processos curatoriais na arqueologia, que ainda enfrentam um massivo enclausuramento das coleções em seus espaços de guarda e verticalização das tomadas de decisões, negando à parte da sociedade e aos próprios acervos múltiplas possibilidades de significação, potenciais relacionais distintos que podem ocorrer sobre um artefato e que também devem ser alvo de salvaguarda. Essa expansão sobre como percebemos o patrimônio arqueológico e seus múltiplos potenciais relacionais já foi trabalhado por diversos autores, em distintas abordagens, especialmente sobre o patrimônio arqueológico amazônico, onde posso destacar os trabalhos de Bezerra, 2011; 2017; Silva, 2022; Lima, 2019.

Nesse sentido, o processo curatorial das coleções arqueológicas influencia a possibilidade desses potenciais relacionais ocorrerem ou serem tolhidos por nossa prática profissional, assim como a negação de sua existência inviabiliza qualquer processo arqueológico curatorial socialmente engajado.

Para perceber essas relações, potencializadas ou apagadas, nos processos curatoriais, busquei compreender, através do diálogo com os profissionais das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, os caminhos de construção das coleções arqueológicas e suas biografias de

gerenciamento, cotejando com contextos nacionais e regionais ligados à legislação, constituições dos campos de pesquisa, e contextos históricos, políticos e sociais. Nesta análise, também utilizo minha própria experiência à frente da pesquisa curatorial do NuPArq/IEPA como dosador do abismo entre a teoria e a prática que muitas vezes ocorre na academia.

O intuito desta pesquisa surge igualmente do reconhecimento da exiguidade de pesquisas que ultrapassem estudos de casos isolados, e se proponham a analisar os panoramas regionais dos acervos arqueológicos brasileiros enquanto resultados de processos políticos e sociais mais amplos, diagnosticando seus desafios e propondo alternativas enquanto campo teórico-metodológico. O anseio por um olhar mais abrangente, que esteja atento para as assimetrias regionais da gestão das coleções arqueológicas, visa também sistematizar informações, as quais podem amparar debates para a criação de políticas institucionais e públicas mais horizontais de preservação dos acervos arqueológicos salvaguardados, questão que considero um dos maiores desafios atuais em torno da temática.

Além da abrangência geográfica e do interesse pelos potenciais relacionais dos acervos arqueológicos, o arcabouço teórico escolhido para arregimentar a pesquisa traz elementos de unicidade. A Curadoria Arqueológica, caminho que escolhi como viés teórico, embora nada novo na disciplina arqueológica, ainda é um campo pouco explorado no Brasil.

A opção pela imersão na Curadoria Arqueológica não foi uma decisão óbvia diante de outros campos como a Conservação Arqueológica ou a Musealização da Arqueologia, esta última que no âmbito nacional possui muita expressividade. Essa escolha é o resultado de um encadeamento de reflexões que serão apresentadas de forma mais aprofundada no Capítulo 1, mas concentram-se especialmente na aspiração de ver uma maior responsabilização sobre os processos curatoriais dentro da disciplina arqueológica enquanto pesquisa. Dessa forma, conceituo Curadoria Arqueológica como um campo de pesquisa da disciplina arqueológica dedicada ao estudo dos processos e procedimentos curatoriais conectados aos acervos arqueológicos, que compõem

o amplo conjunto de ações e conhecimentos interdisciplinares que asseguram a salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Embora esteja segura de que a Curadoria Arqueológica pode auxiliar na consolidação do campo da gestão das coleções dentro da arqueologia, foi preciso ponderar alguns fatores para compreender também seu desuso ou empregos equivocados no contexto brasileiro. Adianto que minha reflexão partiu do reconhecimento da origem do termo *Archaeological Curatorship* ou *Archaeological Curation* e sua significativa produção bibliográfica estar ligada a países com históricos colonizadores, como a Inglaterra e o Estados Unidos da América. Seu apagamento nos países do sul global inicialmente inibia minha escolha em adotar tal termo. Parecia-me contraditório estar pensando na horizontalização da gestão das coleções arqueológicas na Amazônia embasada em conceitos forjados em países que foram responsáveis por muitas violências na relação entre as coleções e seus grupos de interesse.

No entanto, o aprofundamento da pesquisa, com atenção aos movimentos recentes do debate sobre curadoria, demonstrou seu potencial em acompanhar as discussões e expressões atuais do campo patrimonial, como têm ocorrido em experiências decoloniais em vários locais do mundo, com projetos horizontalizantes entre instituições, pesquisadores e grupos originários (Schorch & McCarthy, 2019). Esses movimentos dialogam com as nomeadas arqueologias decoloniais (Gnecco *et al*, 2015) e “regimes de conversação” apontados por Alejandro Haber (2011), entre a disciplina arqueológica e outros grupos com conhecimentos “indisciplinados”.

Essencialmente, eu busquei nomear dentro da disciplina arqueológica, e aceita pela comunidade arqueológica, um campo de estudo que encarasse os processos curatoriais como pesquisa. Ao longo do texto irei esmiuçar a amplitude da Curadoria Arqueológica, mas por ora acho importante destacar que a sua escolha está estreitamente ligada à busca por uma identidade e incumbência da disciplina arqueológica na gestão das coleções. Desse modo, a pesquisa possui anseios ilusoriamente antagônicos entre aproximações e distanciamento das

reconhecidas ciências patrimoniais⁴, que quando analisados em processos se tornam complementares, sendo eles: **a)** buscar ampliar a participação na pesquisa curatorial e gerenciamento das coleções arqueológicas para além dos muros disciplinados da ciência feita pela academia; **b)** fortalecer o reconhecimento da necessidade da pesquisa curatorial interdisciplinar entre a arqueologia, a museologia e a conservação; **c)** contribuir para a consolidação da pesquisa curatorial na disciplina arqueológica.

Neste ponto cabe argumentar, sobre tais anseios, que nas divisões de papéis atribuídos à cada ciência patrimonial na gestão dos acervos se localiza uma parcela dos desafios que nós gestores de coleções arqueológicas enfrentamos. A Curadoria Arqueológica, como identidade, incumbência, e responsabilidade da disciplina arqueológica na gestão das coleções, é uma forma de lidar com essa ausência de definições pensando em uma inserção engajada e não um campo em disputa. Acredito que o caráter interdisciplinar e indisciplinado do gerenciamento de coleções, que passa pela crítica de alguns tensionamentos, como a segregação e diferente valorização entre procedimentos, etapas de pesquisa e disciplinas ligadas aos acervos arqueológicos, pode auxiliar na superação de problemas sistêmicos. Dentre esses problemas, destaco o desafio da disciplina arqueológica em reconhecer a necessidade de embasamento e pesquisa para procedimentos que a arqueologia vem replicando no fazer arqueológico, tais como documentação, higienização, catalogação, acondicionamento, entre outros.

Referente à disciplina arqueológica no Brasil, é possível observar que o gerenciamento das coleções foi historicamente desvalorizado enquanto pesquisa em dois movimentos recorrentes: **1)** a isenção e transferência dos processos curatoriais a outros profissionais do patrimônio; **2)** e/ou a simplificação dos processos curatoriais a procedimentos realizados pelos próprios arqueólogos, sem embasamento teórico ou colaboração com outros profissionais do patrimônio.

⁴ Ao longo do texto utilizo o termo ‘ciências patrimoniais’, no plural, para citar indiretamente as ciências que pesquisam os diversos aspectos do patrimônio arqueológico, tais como a museologia, conservação, história, antropologia. O uso no plural se difere do termo ‘ciência do patrimônio’, tendência mundial do “Heritage Science”, que consiste no domínio interdisciplinar do estudo científico do patrimônio cultural ou natural.

A possibilidade de fortalecer o campo de pesquisa sobre o gerenciamento de coleções a partir da disciplina arqueológica tem demonstrado ser um caminho possível, em parte por responder uma das demandas atuais da arqueologia brasileira em qualificar a gestão de suas coleções, mas também por fundamentar cientificamente algo que a arqueologia sempre fez de modo intuitivo, e que se revelou um grande passivo para a atual geração de profissionais de arqueologia. Dessa forma, se nós, profissionais da arqueologia fomos responsáveis em parte pela crise curatorial, deve partir de nós também os caminhos para sua superação.

Relacionado a esse lugar que ocupo, de arqueóloga-curadora, meu interesse ao longo dos anos se concentrou especialmente sobre as Reservas Técnicas, pelo desafio de pensar espaços, mecanismos e processos de salvaguarda nas Instituições de Guarda para as coleções que desvelamos ou herdamos de pesquisas arqueológicas anteriores. No entanto, meus interesses, perguntas e reflexões sobre o tema foram expandidos a partir da dialética do patrimônio arqueológico amazônico, e a interface entre arqueólogos, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e de interesses diversos. Trabalhar junto às comunidades tornou latente os múltiplos potenciais relacionais em cada acervo, as biografias únicas de cada coleção, e a compreensão de que as metodologias curatoriais amplamente aplicadas ao patrimônio arqueológico não apresentavam soluções de como salvaguardar esses múltiplos mundos sem que eles fossem desfeitos pelo mundo das arqueólogas e arqueólogos. Um dilema rapidamente passou a me acompanhar, a certeza da insuficiência no campo da pesquisa curatorial arqueológica atual frente a todo acúmulo que as disciplinas patrimoniais construíram, e um sentimento de que muito do que já havia sido construído e estabelecido como regra científica não caberia nesses múltiplos mundos da arqueologia amazônica. Como Johannes Fabian (2010, p. 59) colocou, talvez não haja cura para os curadores, e as respostas aos nossos problemas não possam ser encontradas nos parâmetros disciplinares e institucionais existentes.

De certo modo, essa pesquisa busca levantar informações para que possamos reavaliar nossas práticas arqueológicas curatoriais para questões cada vez mais amplas, e atender minhas próprias inquietudes diante da limitação que tenho encontrado em salvaguardar outras perspectivas de mundos sobre as coleções arqueológicas que gerenciamos.

Nesse sentido, compreendo o termo salvaguarda como o resultado de um conjunto de processos e procedimentos teóricos e metodologicamente orientados, construídos coletivamente, que visam garantir a preservação e a proteção dos bens culturais. Parto de premissas como de Desvallés e Mairesse (2013, p.58), que citam a conservação preventiva, a restauração e a documentação como partes da salvaguarda, e de Cristina Bruno (2008, p.7), de que a materialidade submetida às ações da cadeia operatória museológica através de “procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural)” têm nesse processo a oportunidade de se manter preservada.

Mesmo partindo de leituras que consagraram o uso dessa nomenclatura, o termo salvaguarda utilizado neste estudo acaba rompendo a ordenação estabelecida da cadeia operatória museológica ao englobar também os procedimentos de comunicação, entendidos por mim como indissociáveis em um processo de salvaguarda. Dessa forma, a materialidade que não passou por procedimentos de extroversão não irá atingir os fins desejados de salvaguarda.

O alargamento do conceito de salvaguarda para além dos aspectos físicos e informacionais do acervo, ressaltando também a importância da preservação de seu entendimento social, traz indagações sobre a aplicação de protocolos consagrados do gerenciamento de acervos, e a convicção de que é preciso desroteirizar os processos arqueológicos curatoriais, possibilitando outros modos de salvaguarda. Desroteirizar passa pela compreensão da inexistência de um único caminho curatorial, ditado pelas ciências patrimoniais, para o reconhecimento de múltiplos processos arqueológicos curatoriais, agentes, biografias e potenciais relacionais entre acervos, pessoas e seres.

A partir dessa perspectiva, um dos desafios para pesquisar os sistemas de gerenciamento de coleções arqueológicas é que os múltiplos mundos que se conectam com o patrimônio arqueológico não sejam percebidos como apêndices diante da expertise acadêmica. Acredito que a pesquisa arqueológica curatorial seja uma das possibilidades de congregar diferentes saberes e visões de como podem ser salvaguardadas essas coleções para pessoas e grupos que os percebem por olhares além das disciplinas patrimoniais. Sendo assim, não trato dessas outras curadorias e perspectivas de modo separado às Instituições de

Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, mas sim em como elas estão, ou não, se relacionando com essas realidades.

Com isso, ressalto, que a pesquisa não propõe uma homogeneização de práticas, nem que a disciplina arqueológica seja o vetor dessas perspectivas, mas que não criemos amarras e apagamentos durante os processos arqueológicos curatoriais, apoiados na cientificidade ilusória de uma coleta de dados físicos alheios aos usos e significações sociais. Enquanto profissionais da arqueologia precisamos estar dispostos a participar e reconhecer distintos processos curatoriais e de salvaguarda, incluso aqueles que não ocorrem dentro da disciplina arqueológica, como são as coleções domésticas e comunitárias presentes em todo território amazônico.

Embora a dinamização dos processos arqueológicos curatoriais tenha sido a impulsionadora desta pesquisa, busquei ultrapassar o estudo de casos isolados para compreender como o contexto amazônico se insere nesse sistema, e quais são os potenciais elementos de estagnação e transformação que podem determinar o futuro da Curadoria Arqueológica na Amazônia. No decorrer da pesquisa, ela foi me direcionando cada vez mais para os desafios ordinários e perduráveis que as Instituições de Guarda enfrentam em seu cotidiano. Foi preciso compreender a crise curatorial arqueológica, a realidade de um sistema que parecia estar impedindo qualquer outro avanço e mudança, e como geramos e gerimos as coleções arqueológicas. Essa contextualização regional é a contribuição que trago para o campo, e que foi construído com o auxílio de muitas pessoas e coleções que fazem as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte do país.

Para compreender a fundo a gestão das coleções arqueológicas no contexto amazônico brasileiro elaborei um percurso de reflexões e estudos que, como partes de uma construção, ao final, visam concatenar conhecimentos e perspectivas necessárias para vislumbrar como é possível salvaguardamos esses múltiplos mundos da materialidade e imaterialidade amazônica nas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, e como a Curadoria Arqueológica e a compreensão das biografias curatoriais podem auxiliar nesse processo.

A fim de alcançar os objetivos traçados para a pesquisa, sistematizei sua estrutura da seguinte forma: Após um breve prelúdio da pesquisa, o Capítulo 1, *Reescavando a Curadoria Arqueológica como pesquisa*, parte da identificação das origens e permanências do movimento intitulado ‘crise curatorial’, e apresenta a pesquisa curatorial na disciplina arqueológica como arcabouço teórico da tese. O capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre o termo, reconhecendo-o como teoria e método, campo de pesquisa da arqueologia, assim como um possível caminho de superação da crise curatorial, por aproximar o tema à disciplina e ao patrimônio arqueológico, que transpõe limites disciplinares. Nesse capítulo, busco diferenciar procedimentos curatoriais (registro, higienização, catalogação, acondicionamento, extroversão, etc), de processos curatoriais. Sendo assim, as costuras que conectam procedimentos em processos dialéticos, capazes de significar e ressignificar as coleções arqueológicas, são deliberadamente associados à proposta de transmutar o emprego do termo curadoria na arqueologia em direção a equivalência desses processos que ocorrem nas interfaces de múltiplos conhecimentos. Em outras palavras, a presente pesquisa defende que a Curadoria Arqueológica irá se debruçar sobre os processos curatoriais, compostos por procedimentos, em um sistema complexo com muitos atores e variáveis.

Uma imersão à conjuntura amazônica, o Capítulo 2, *Coleções arqueológicas amazônicas e seus múltiplos mundos*, trará uma contextualização sobre a formação das coleções arqueológicas, suas relações interdisciplinares e indisciplinadas entre campos de pesquisa, aldeias, comunidades ribeirinhas, incluso as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP). Nesse capítulo almejo que, mesmo os que desconhecem a Amazônia e a relevância das arqueologias que permeiam seu contexto, consigam visualizar a pluralidade de perspectivas e relações que atravessam o patrimônio arqueológico na região. A atenção para as particularidades desse panorama é fundamental para reconhecermos a ampliação do conceito e dos domínios da curadoria das coleções arqueológicas para além das paredes institucionais. Aqui ressalto o termo reconhecer como uma ação impreterível no ambiente acadêmico, pois parto do predisposto que múltiplas curadorias arqueológicas amazônicas já acontecem

em contextos diversos, tão expressivos quanto os próprios alcances das ciências do patrimônio, e talvez ainda mais presentes no cotidiano.

O capítulo seguinte da tese, Capítulo 3, *Reservas Técnicas arqueológicas como mecanismos de salvaguarda*, visa detalhar as Reservas Técnicas, enquanto suas existências, criações, gerenciamentos e funções, explorando noções atuais de seu papel não apenas como espaço, mas também como mecanismo de salvaguarda das coleções arqueológicas. A partir da delimitação da Reserva Técnica de arqueologia como mecanismo e um estratégico ponto de partida para uma proposta de diálogo com as Instituições, apresento princípios metodológicos para as entrevistas realizadas com seus profissionais e para as visitas às IGP em busca de compreender suas biografias curatoriais e caminhos de desroteirização da salvaguarda do patrimônio arqueológico.

No Capítulo 4, *Biografias curatoriais amazônicas e as Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos*, apresento informações, reflexões e caminhos percorridos sobre e junto às IGP, sistematizando temas cruciais à análise em tópicos, destacando singularidades e similitudes relevantes para pensarmos as biografias curatoriais arqueológicas na Amazônia brasileira. A opção em adotar diagnósticos qualitativos tem o intuito de evitar culpabilizações ou individualizações de problemas enfrentados pelas Instituições. É importante destacar que, embora a pesquisa enfatize as IGP, o estudo parte de concepções individuais de profissionais que trabalham nas Instituições. Tais perspectivas foram levantadas através de entrevistas realizadas com representantes de IGP da região Norte brasileira, e suas avaliações sobre as questões levantadas possibilitaram a construção de um diagnóstico qualitativo do cenário regional.

A aplicação de métodos diagnósticos quantitativos, abundantes na bibliografia da museologia e da conservação, apontaria o indubitável: enfrentamos uma crise curatorial no contexto das coleções arqueológicas brasileiras. A busca por não avaliar a condição individual das IGP, no que concerne sua capacidade de atingir padrões definidos pelas ciências do patrimônio, objetivou se afastar de parâmetros estabelecidos na conservação dos acervos para se ater aos percursos, desafios e autoavaliações de cada Instituição, através de seus profissionais, sobre seus processos arqueológicos curatoriais. Nesse sentido, a

pesquisa identificou elementos nos processos biográficos curatoriais que possibilitem proposições à superação da crise para além da adequação a roteiros e protocolos metodológicos disciplinares, voltando-se à compreensão epistêmica de Curadoria Arqueológica.

E, por fim, analisando o contexto regional e trabalhando com a hipótese da necessidade de reconhecermos os processos curatoriais para além dos conhecimentos e significações da arqueologia e demais ciências patrimoniais, *Múltiplas curadorias para múltiplos mundos: Considerações para o futuro da Curadoria Arqueológica na Amazônia*, traz aportes teóricos e considerações finais tecidas de modo a encerrar o trabalho a partir dos estudos presentes e vislumbrando caminhos futuros para a Curadoria Arqueológica na Amazônia brasileira.

Capítulo 1| Reescavando a Curadoria Arqueológica como pesquisa

Partindo da identificação das origens e permanências do movimento intitulado 'crise curatorial', este capítulo apresenta a pesquisa curatorial na disciplina arqueológica como arcabouço teórico da tese. O capítulo traz uma revisão bibliográfica "reescavando" o termo Curadoria Arqueológica, reconhecendo-a como teoria e método, campo de pesquisa da arqueologia, assim como um possível caminho de superação da crise curatorial, por aproximar o tema à disciplina e ao patrimônio arqueológico que transpõe limites disciplinares. Neste capítulo, busco diferenciar procedimentos curatoriais de processos curatoriais. Sendo assim, as costuras que conectam procedimentos em processos dialéticos, capazes de significar e ressignificar as coleções arqueológicas, são deliberadamente associados à proposta de transmutar o emprego do termo Curadoria na arqueologia em direção à equivalência desses processos que ocorrem nas interfaces de múltiplos conhecimentos.

Dessa forma, a presente pesquisa defende que a Curadoria Arqueológica irá se debruçar sobre os processos arqueológicos curatoriais, compostos por procedimentos, em um sistema complexo com muitos atores e variáveis. Esse

sistema está inserido na gestão das coleções ou acervos, como é explanado por Ladkin:

“Gestão de acervo” é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais os objetos são reunidos, organizados, pesquisados, interpretados e preservados. A gestão de acervo se foca no cuidado com as coleções, na sua segurança e boas condições físicas em longo prazo. Cuida das questões de preservação, uso e manutenção dos registros do acervo, e se a missão e o objetivo do museu são por ele sustentados. O termo gestão de acervo também descreve atividades específicas do processo de gestão. A gestão de acervo é fundamental para que o acervo sustente a missão do museu. E garantir o melhor aproveitamento dos recursos sempre limitados de tempo, dinheiro, equipamento, material, espaço físico e equipe. Da mesma maneira, deve se basear em política e procedimentos claramente definidos que orientem as decisões a serem tomadas e as atividades diárias. (Ladkin, 2004, p. 14).

A partir da compreensão da amplitude, complexidade e importância da gestão das coleções arqueológicas, e como tal responsabilidade se entrelaça sobre todo o fazer arqueológico, a análise dos processos curatoriais aplicados à gestão das coleções pode auxiliar uma compreensão mais ampla sobre a arqueologia na Amazônia brasileira, desvelando problemas epistêmicos da disciplina, e demandas específicas da região.

1.1. Crise Curatorial

O conceito de crise está ligado a um momento crítico, de instabilidade, de desordenamento, e que impõe tomadas de decisões para solucionar o conjunto de desafios impostos. Reconhecer a existência de uma crise, e compreender suas origens e permanências, são passos fundamentais para sua superação. Neste tópico trago o conceito de crise curatorial como forma de identificação e compreensão de problemas sistêmicos da gestão de coleções arqueológicas, e como identificar esse contexto pode auxiliar a superar desafios estruturais dos processos curatoriais na arqueologia brasileira.

A história da formação das coleções arqueológicas mostra uma variedade de práticas e questões que impactam a arqueologia até os dias de hoje. Uma tendência colecionista mundial, para atender a demanda de artefatos para serem exibidos, foi o princípio da crise curatorial que se tornou emergente quando as taxas de escavação aumentaram a ponto de se tornarem altamente problemáticas para gerenciar (Wolff, 2019, p. 15). Muitas dessas questões vieram à tona na década de 1970, quando profissionais da arqueologia começaram a refletir sobre as consequências das práticas das coletas arqueológicas (Ford, 1977), mesmo período da intensificação de pesquisas de salvamento na Europa e na América do Norte (Demoule, 2007).

É nesse momento que é cunhado o termo *crise dos acervos e/ou crise curatorial*⁵, referindo-se ao desequilíbrio entre o ritmo de crescimento das coleções arqueológicas e os recursos utilizados para a sua curadoria (onde temos como principais referências: Marquardt, Montet-White e Scholtz 1982; Voss 2012; Kersel 2015; Flexner 2016). O tema tem sido estudado internacionalmente, com seminários e planos governamentais de superação da crise (Childs, 1995; 1999; Bustard, 2000). No Brasil, o termo não tem sido utilizado para as coleções arqueológicas, mas os elementos que configuram a existência de problemas na gestão de coleções arqueológicas no país têm sido debatidos por diversos autores (Costa, 2019; Toledo, 2017; Saladino, 2017; Wichers, 2010; Ribeiro, 2013; Bruno, 1999).

Na prática, essa crise significa o acúmulo das coleções arqueológicas armazenadas com pouco planejamento e pesquisa para médio e longo prazo, sem políticas institucionais e governamentais que garantam que os acervos cumpram suas funções sociais de preservação física, informacional e social. Nós, profissionais da arqueologia, estamos enfrentando a crise dos acervos, um movimento mundial, resultante do desequilíbrio entre a geração irrefletida e contínua de coleções arqueológicas, o escasso investimento e incentivo à gestão e à pesquisa das coleções, um persistente modelo colonial de arqueologia, inserido em um sistema capitalista, em que a negativa à memória faz parte de um projeto. Fazer essa crítica, às influências e às continuidades de sistemas vigentes,

⁵ Na bibliografia *curation crisis* (Friberg & Huvila, 2019).

assim como colocado em Haber e Gnecco (2007), é afirmar que essas questões se perpassam como espirais, e é preciso refletir e reconhecer as próprias práticas disciplinares em contextos de violências epistêmicas.

A crise curatorial está no cerne da discussão sobre a necessidade de reconhecer a Curadoria Arqueológica como pesquisa, e sua importância no fazer arqueológico. As discussões sobre o tema ocorrem de forma sistemática desde a década de 1970 e apontam a insuficiência de pesquisas sobre a gestão das coleções arqueológicas após elas ingressarem nas Instituições de Guarda e Pesquisa, que podem ser museus, laboratórios de arqueologia em Universidades, centros culturais, etc. Existe uma lacuna de estudos sobre as tomadas de decisões do gerenciamento de coleções arqueológicas: quem as realiza, como são utilizadas, documentadas, acessadas, e, principalmente, quais são os critérios, teorias e metodologias estabelecidas para as ações desenvolvidas ou não desenvolvidas. Os estudos relacionados⁶ ao tema no Brasil têm acontecido através da interface disciplinares, em especial por pesquisadores da Musealização da Arqueologia, mas que ainda possuem reflexos limitados na prática arqueológica em ampla escala, como nas pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental, nos recursos humanos nas Instituições, e mesmo no processo de formação de profissionais da arqueologia.

A arqueóloga Bárbara Voss (2012) no seu artigo “Curadoria como pesquisa. Um estudo de caso em coleções arqueológicas órfãs e sub documentadas” (tradução livre), coloca que os arqueólogos estão tendo que lidar com a crise internacional das curadorias, resultado de coleções órfãs⁷ (aquelas herdadas), sub analisadas e sub documentadas. A solução para tal crise, segundo a autora, está em restaurar o potencial de pesquisa e sistemas relacionais das coleções, mas os esforços nessa direção estão seguidos de frustração, pela dificuldade em reestabelecermos a proveniência e controle de artefatos negligenciados em diferentes processos e tempos de pesquisa. No contexto

⁶ Grasiela Toledo (2017), em sua tese “Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial” realiza uma pesquisa bibliométrica, identificando 34 dissertações e 8 teses sobre o tema no período de 1984 e 2017.

⁷ Também intituladas de “legacy collections” por Stuart Karrow (2017).

brasileiro, é necessário esmiuçarmos as características desta crise para pensarmos caminhos possíveis de superação.

Origens da Crise

A crise curatorial levanta uma série de questões éticas e epistemológicas relativas à arqueologia. Primeiramente, aborda a questão da pesquisa arqueológica responsável a longo prazo com a materialidade e as informações que desvela. O gerenciamento dos acervos deve iniciar antes mesmo da etapa de campo (Costa & Comerlato, 2013), com o planejamento atento às peculiaridades dos acervos, do contexto em que está inserido e da Instituição de Guarda responsável, com a estimativa de seus usos científicos e sociais.

O contexto original de um sítio arqueológico nunca pode ser recriado em sua totalidade. É o embasamento teórico-metodológico, a gestão interdisciplinar dos vestígios, assim como a colaboração com as comunidades próximas de não-arqueólogos, que irá definir a preservação das coleções, o que ocorre não somente em relação a sua fisicalidade e informações, mas também a sua vida após a coleta, questões que já foram amplamente trabalhadas por diversos autores (Cronyn, 2003; Sease, 1994; Silva & Cunha Lima, 2015; Moraes, 2022; Vasconcelos, 2020).

As etapas das pesquisas, do campo ao laboratório, e posteriormente das Reservas Técnicas às ações educativas e de extroversão, precisam ter suas movimentações físicas e informacionais igualmente envolvidas em um plano de gerenciamento (Ladkin, 2004). Não administrar adequadamente os vestígios arqueológicos é correr o risco de destruir, além de suas materialidades, os contextos arqueológicos e, conseqüentemente, perder informações sobre as pessoas associadas a esses contextos. Sendo assim, não é um exagero afirmar que a crise curatorial se origina a partir de como percebemos e mantemos nossa prática arqueológica, desconectando a formação das coleções de sua gestão a longo prazo. A responsabilização dos profissionais da arqueologia deve ocorrer

em prol de um engajamento para superação da crise, reagindo a uma situação que é um reflexo de como coleções e disciplinas foram construídas.

Outro aspecto impactante sobre a origem da crise curatorial é o distanciamento das comunidades de interesse desse patrimônio com as coleções, em nome de uma visão distorcida de preservação (Pellini, 2014), que pouco ou quase nada prevê sobre sua função social. Os movimentos recentes das disciplinas patrimoniais estão atentos à necessidade de mudança, conforme coloca Mara Vasconcelos (2017, p. 45), apontando que a conservação “vem tentando repensar seus princípios, valores e métodos, questionando fundamentos já estabelecidos e incorporando novas metodologias e a participação de atores antes externos às decisões”.

A centralização do gerenciamento dos vestígios arqueológicos desconectada com a sociedade em geral estagna atualizações sobre como geramos e gerimos esse patrimônio, diminuindo a relevância do conhecimento arqueológico na construção social coletiva e individual. A univocalidade da arqueologia sobre os processos curatoriais pode afastar a sociedade dos bens arqueológicos, negando oportunidades de um maior engajamento e alternativas para sua preservação. Agravante a isto, é preciso reconhecer o potencial dessa conjuntura para violências epistêmicas, quando realizamos intervenções no patrimônio sem o diálogo com outras perspectivas.

Embora a centralização dos processos de gestão das coleções pelos profissionais do patrimônio tenha sido utilizada como argumento para apoiar o controle de alguns aspectos da conservação da materialidade, vemos na prática que tal status não assegura automaticamente a primazia no processo, em especial em contextos em que não há interdisciplinaridade na equipe de recursos humanos. É preciso distinguir o gerenciamento do processo com a univocalidade das tomadas de decisões, que tem corroborado para a manutenção de um sistema que originou a crise curatorial.

Podemos ver que apesar dos processos arqueológicos curatoriais no Brasil terem sido historicamente dominados pelos profissionais da arqueologia, isso não eximiu a existência de diversos problemas que caracterizam a crise curatorial, como a dissociação dos acervos. A dissociação ocorre durante o processo

curatorial através da perda de objetos, dados relacionados a objetos, e/ou na capacidade de recuperar ou associar objetos e dados (Waller & Cato, 2016). A dissociação integra os dez agentes de deterioração avaliados no Guia de Gestão de Risco do Patrimônio Museológico (Pedersoli *et al*, 2017), publicado pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e o Instituto Canadense de Conservação (CCI).

No Brasil, em especial para os acervos arqueológicos, é difícil dimensionar em números como a dissociação nos afeta, pois ainda estamos mapeando e inventariando as coleções arqueológicas. Embora a lacuna de dados ainda não nos possibilite aferir uma porcentagem, me atrevo a dizer, com base em minha experiência, que a dissociação é um dos principais aspectos da crise curatorial associada à práxis arqueológica no Brasil. Cabe destacar aqui que, em muitos casos, as informações e procedimentos relacionados aos acervos existem e foram executados, mas falhas e pouca preocupação na pesquisa sobre o gerenciamento das coleções resultou em perdas que podem ou não ser revertidas.

Michael Bawaya (2007, p. 1025) alerta que os efeitos da crise curatorial são sentidos não apenas pelos profissionais nas instituições museológicas e de guarda, mas também por todos os profissionais da arqueologia, pelo seu papel ativo no fluxo dos artefatos. Esses efeitos se estendem para além do estudo dos vestígios em si, afetando também o caráter educativos dos acervos na formação de novos profissionais de arqueologia, e os processos de extroversão com o público em geral.

Nesse sentido, o reconhecimento da Curadoria Arqueológica como campo de pesquisa na arqueologia visa ressaltar a necessidade de a disciplina arqueológica integrar as discussões e pesquisas sobre o gerenciamento de coleções que vêm sendo amplamente realizadas por outras ciências do patrimônio, como a museologia e a conservação.

A incompreensão, inconsciente ou deliberada, da complexidade do desafio do gerenciamento das coleções arqueológicas, que o reduz a procedimentos de higienização, catalogação, e embalagens, resulta em nós profissionais da arqueologia replicando problemas em modelos ineficazes, além da preterição de

ações indispensáveis para os acervos frente a outras na cadeia produtiva da disciplina arqueológica.

O cenário se agrava com a aceleração da geração de novas coleções. A arqueologia preventiva tem sido apontada como um elemento intensificador das crises curatoriais em muitos países (Johnson, 2003). Os desafios estabelecidos no gerenciamento das coleções em relação com a arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental no contexto brasileiro também foram abordados por diversos autores (Bruno e Zanettini, 2007; Wichers, 2010, 2011; Costa e Comerlato, 2013). É importante destacar que não desconsidero a necessidade da existência da arqueologia preventiva, sua importância e contribuição para a preservação do patrimônio arqueológico, todavia, é preciso ressaltar o descompasso entre sua implementação em relação à reflexão e desenvolvimento de políticas públicas e de acervos que acompanhem seu rápido avanço. De forma quase que unânime, ainda que em diferentes momentos e proporções, em diversos países a arqueologia preventiva sofre uma aceleração em decorrência de políticas governamentais desenvolvimentistas, mas que não ocorre concomitante com as políticas patrimoniais. Ainda que o foco deste trabalho não esteja concentrado nos impactos da arqueologia preventiva na gestão das coleções arqueológicas, seus aspectos permeiam o contexto analisado.

A priorização das escavações frente ao estudo de coleções na arqueologia é um fator tanto de origem como de intensificação da crise curatorial (Kersel, 2015, Karrow, 2017), uma característica epistêmica, mas também de conjuntura, da disciplina arqueológica. Em entrevista concedida a Bawaya (2007, p. 1026) Terry Childs chegou a afirmar que “the problem with collections is that they’re not considered sexy” (“O problema das coleções é que elas não são consideradas sexy”. Tradução livre), se referindo à predileção dos arqueólogos às escavações. Mesmo com intensos movimentos de transformação, no Brasil, inovações nos modos como geramos e gerimos os acervos arqueológicos enfrentam inúmeras dificuldades. São esses desafios que, em cadeia, originam a crise, e são marcados pelas ausências, sejam elas de recursos financeiros, humanos, de pesquisas, políticas públicas, institucionais e engajamento social.

Embora possua uma origem acadêmica, a crise curatorial arqueológica atinge outras camadas sociais. Stuart Karrow (2017) é assertivo ao questionar em sua pesquisa “Why is the Curation Crisis a Public Issue?” (“Por que a crise curatorial é um problema público?” Tradução livre). O autor analisa os impactos dos problemas curatoriais não somente sobre os profissionais da arqueologia, mas sobre a sociedade que tem seu patrimônio cultural lesado. Os problemas gerados ou agravados pela crise curatorial, como a perda de informação e a degradação física, representam uma violação da confiança do público aos profissionais e à disciplina arqueológica (Kersel, 2015, p. 44). Essa violação de confiança cria uma contradição na arqueologia, colocando em xeque nossa função social enquanto agentes patrimoniais em prol da sua preservação, o que atribui à crise curatorial arqueológica uma premência em seu enfrentamento.

Pensar a função social desses acervos, em especial para as coleções inseridas nos museus e instituições há bastante tempo, implica processos curatoriais abrangentes aos “objetos herdados do passado” (Wichers, 2010). Além da dificuldade de inseri-los em sistemas modernos de gerenciamento de coleções, pelas lacunas informacionais que carregam, ou pela multiplicidade de sistemas de salvaguarda a que foram submetidos, esses acervos precisam ser encarados como fontes das biografias curatoriais arqueológicas que designaram a crise ou como exceções da mesma. Dessa forma, hoje são acervos a serem estudados também pela ótica da gestão das coleções, necessitando sua trajetória curatorial ser registrada (Friberg & Huvila, 2019).

Estabelecer as origens da crise curatorial auxilia a compreensão de sua forma não linear, concomitantemente sua permanência, de que estamos vivendo, mas também a traçar possíveis movimentos de sua superação.

Permanências da Crise

O contexto brasileiro apresenta um agravante em sua crise curatorial arqueológica: a falta de reconhecimento de sua existência e de um diagnóstico adequado sobre a extensão de sua gravidade. Estudos voltados para a gestão

dos acervos arqueológicos enquanto pesquisa ainda são escassos diante das quase três centenas de Instituições de Guarda cadastradas, dificultando a compreensão de uma conjuntura mais ampla, que contemple a diversidade dos acervos arqueológicos brasileiros.

Alguns esforços estão sendo realizados por coletivos, pesquisadores e órgãos, com o objetivo de preencher essas lacunas de informações sobre a situação atual das coleções arqueológicas salvaguardadas (Pereira *et al*, 2020). No entanto, esses movimentos ainda são incipientes, seja por parte do Iphan ou ações de profissionais e Instituições de Guarda e Pesquisa.

Além dos elementos já pontuados como fatores que originaram a crise curatorial arqueológica, alguns aspectos explicam nossa dificuldade de suplantar. A inconsistência e fragmentação de informações sobre as coleções arqueológicas e seus processos curatoriais, indicados acima como questões chave desse agravamento, são reflexos dos desafios de diferentes agentes da cadeia produtiva arqueológica - como as IGP, instituições de ensino, arqueólogos, empresas de arqueologia, Iphan e Ibram - trabalharemos de forma coordenada na superação de um problema comum.

No artigo “Você me daria um cheque em branco? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de arqueologia” (Costa & Comerlato, 2013), os autores destacam a fragilidade dessa transação, listando os principais atores envolvidos e examinando seus papéis em um sistema ainda desigual de poder:

[...] embora o discurso que leva a composição da maioria dos acervos seja de cunho social, a maneira em que as relações se agenciam, o grau de participação dos diferentes atores e a condição assumida por cada um deles nos processos de geração dos acervos arqueológicos configura uma relação de poder, em que alguns poucos têm domínio e controle do processo, enquanto outros ficam à margem ou sequer entendem como ele funciona. As instituições de guarda, que deveriam ser ativas nesses processos, participam de forma submissa, tendo como única condição para atuação nos processos de geração dos acervos arqueológicos a obrigatória transferência de autonomia

institucional, com a emissão de uma “Declaração de endosso institucional” (Costa & Comerlato, 2013, p. 124).

É importante ressaltar que esse contexto fica mais complexo quando compreendemos que a maior parte dessas transações ocorrem lincadas ao mercado capital da arqueologia preventiva, onde a otimização do tempo e maximização dos lucros são critérios na relação entre empreendimentos e pesquisa (Gnecco & Dias, 2015).

O crescimento acentuado de coleções arqueológicas brasileiras desde os anos 2000, corresponde ao apogeu das pesquisas ligadas ao processo de licenciamento ambiental (Bruno & Zanettini, 2007). A arqueologia preventiva é um fenômeno transformador para a arqueologia brasileira, que alterou a formação de novos profissionais da arqueologia, o fluxo dos acervos, o mercado de trabalho e, em maior ou menor proporção, como fazemos e percebemos a disciplina arqueológica.

Os diferentes desafios que a arqueologia preventiva trouxe para o gerenciamento das coleções arqueológicas têm sido determinantes na permanência da crise curatorial, em grande parte, pela inexistência e/ou ineficácia do que Childs e Benden (2017) chamam de “ciclo de gestão de coleções de um projeto arqueológico”. O ciclo de gestão de coleções estabelece a inter-relação entre diferentes partes, como profissionais da arqueologia, academia, agências governamentais, repositórios, organizações comunitárias e demais grupos, em um alinhamento de responsabilidades e principais ações relacionadas às coleções que precisam ocorrer para que a gestão das coleções funcione de forma sustentável (Childs e Benden, 2017, p. 13).

Um exemplo significativo no contexto brasileiro, que se revelou ao longo desta pesquisa na busca para compreender a permanência da crise curatorial, é o desalinhamento entre as partes interessadas, como a desagregação das Instituições de Guarda e Pesquisas de Bens Arqueológicos, cadastradas pelo Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, da concepção de museu e do campo museal.

Embora uma IGP possa ser um museu, nem todas as Instituições de Guarda e Pesquisa executam a cadeia operatória museológica, ou seja, são consideradas museus. Administrativamente temos dois órgãos governamentais, Ibram e Iphan, normatizando a gestão das coleções arqueológicas de formas independentes. A ausência de um cruzamento de informações entre instituições museológicas com acervos arqueológicos cadastradas junto ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e as IGP cadastradas no Iphan gera um desconhecimento sobre a existência e a atual situação das coleções arqueológicas brasileiras. Situação que dificulta a compreensão da crise curatorial arqueológica, assim como o desenvolvimento de mecanismos para sua superação.

Para além de conceituações teóricas do que são museus hoje, que em si são um campo de estudos à parte, na prática, a desconexão das IGP do campo museal as afasta de um compromisso social mais amplo que apenas a tutela de guarda, o que pode reforçar a visão errônea de que a preservação se restringisse ao armazenamento de acervos. É preciso pensar o conceito de preservação nas IGP de forma aprofundada, com políticas públicas que garantam processos arqueológicos curatoriais interdisciplinares, que ultrapassem o armazenamento, garantindo processos de pesquisa, conservação, documentação e comunicação das coleções (Ferrez, 1994).

Nesse contexto multifacetado, de múltiplos agentes e mundos conectados aos acervos arqueológicos, retornamos à questão sobre qual o nosso papel, profissionais da arqueologia, diante da crise curatorial. Brian Fagan (1995) chamou de “segredinho sujo da arqueologia” a predileção das arqueólogas e arqueólogos pelas escavações frente a outras etapas de pesquisa. O autor coloca que as publicações dos resultados das pesquisas antes de qualquer nova escavação deva ser um princípio sagrado da arqueologia (Fagan, 1995, p.15). Fagan ainda cita um exemplo que soa familiar a muitos de nós que trabalhamos em instituições de pesquisa arqueológica:

Alas, the professor has now passed on, leaving behind nothing but sketchy field notes and a museum storeroom full of inadequately labeled artifacts. Even in retirement, he could not find the time to

publish his fieldwork. In fact he was still digging right up to the end. The loss to science is incalculable (Fagan, 1995, p. 14).

Reservas técnicas cheias de artefatos inadequadamente rotulados e perdas incalculáveis para a ciência. Seguindo essa provocação feita por Fagan, podemos pensar a existência das coleções arqueológicas não pesquisadas, e muitas vezes não documentadas, como parte desse “segredinho sujo da arqueologia”, um problema desconfortavelmente grande, com grandes consequências sociais, financeiras e administrativas. Todos nós sabemos que elas existem, todos nós trabalhamos ou até fomos responsáveis em gerar e manter esse “segredinho sujo” que segue sendo ocultado em nossas publicações, congressos, e na mídia.

Assim como colocou Alexander von Gernet (1994, p. 3-4), décadas atrás, existe uma “tarefa negligenciada” não somente em relação ao processo curatorial das coleções herdadas, mas também de estudo dessas coleções, que possibilitam revisar axiomas e gerar novos conhecimentos sobre questões antigas. Essa negligência, sem dúvidas, envolve o papel e a responsabilização dos profissionais da arqueologia na manutenção e superação da crise, ressaltados por Alexander Lindsay e Glenna Williams-Dean.

It is our opinion that many of the curatorial problems are created and can be solved or ameliorated by archaeologists themselves. The apparent lack of a positive ethic for the preservation, care, and use of collections in the training of archaeologists is one cause of the problem. (1980, p. 25)

A negligência e alienação das coleções arqueológicas à pesquisa por um longo período é identificada nesta pesquisa como um dos motivos da permanência na crise curatorial arqueológica, pois há um grande passivo para ser gerenciado. A omissão se estende da gestão dessas antigas coleções, à atenção insuficiente para os novos acervos, oriundos de pesquisas atuais, e que muitas vezes não passam por processos curatoriais que garantam sua preservação física,

informativa e social a longo prazo. Em ambas as situações, a falta de políticas de gestão de acervos (Ladkin, 2004) torna-se um elemento comum na manutenção da crise curatorial arqueológica.

Sullivan e Childs (2003, p. 3) indicam que a ausência ou insuficiência de práticas curatoriais traz prejuízos para os profissionais da arqueologia que perdem dados insubstituíveis, para o público em geral que sofre a perda de recursos educacionais, e para as pessoas e comunidades de interesse que perdem parte de si mesmas.

Stuart Karrow (2017, p. 10) nos lembra um aspecto importante da crise curatorial que é a confiança do público na capacidade de salvuardarmos o patrimônio arqueológico, como eles percebem essa ação, nosso papel nesse processo e o quanto efetivamente estamos cumprindo essa tarefa. O autor ainda ressalta as falhas desse processo no caso canadense, e como isso resultou na situação em que muitas pessoas acabaram guardando seus patrimônios culturais nas próprias casas, mesmo em controvérsia com as leis locais. Problemas levantados ainda nos anos de 1990 no Canadá mostraram que tal situação resultou em uma grande perda de vestígios, por acondicionamento inapropriado ou perda de informação contextual. Um paralelo à esse exemplo pode ser realizado quando pensamos nas coleções arqueológicas amazônicas em contextos domésticos, e o quão complexa são as relações que se estabelecem entre acervos arqueológicos, profissionais da arqueologia e comunidades em geral.

Outro apontamento é que o distanciamento do público com a salvaguarda do patrimônio arqueológico acentua a crise curatorial na medida em que temos dificuldade de demonstrar a relevância dessa ação às comunidades. O papel social da arqueologia e do patrimônio arqueológico tem sido debatido por diversos autores brasileiros (entre eles: Bezerra, 2003; Reis, 2007, Hilbert, 2006), que nos auxiliam a compreender que é, na existência ou na ausência da relação com a sociedade, que é definida a significância do patrimônio arqueológico.

A necessidade do envolvimento de diferentes setores da sociedade na gerência do patrimônio arqueológico não é um ponto novo na disciplina, mas recai em obstáculos de falta de recursos, sejam eles financeiros, estruturais e até

mesmo de recursos humanos especializados. Nesse sentido, precisamos analisar como a escassez de recursos contribui para a permanência da crise curatorial na arqueologia.

Sabemos que as pesquisas arqueológicas ligadas ao licenciamento ambiental movimentaram muitos recursos nas últimas duas décadas, todavia não há dados suficientes para aferirmos quanto desses recursos foram destinados às pesquisas e processos curatoriais após o ingresso dos vestígios nas Instituições de Guarda e Pesquisa. Embora procedimentos curatoriais, como higienização, catalogação e acondicionamento sejam exigidos atualmente em todos os projetos de pesquisa arqueológicos pela Portaria Iphan nº196/2016, ainda são escassos os projetos que investem recursos no processo curatorial a longo prazo, ou instituições com possibilidades de destinar grandes esforços em processos curatoriais de coleções herdadas.

Somado a isso, os dados da pesquisa nos mostraram que os recursos obtidos pelas IGP através da concessão dos endossos, por vezes acabam sendo destinados a outras finalidades institucionais, como à manutenção ou incrementação predial e estrutural, sem o escalonamento de critérios estabelecidos por políticas de gestão de acervos e profissionais especializados. Tais situações muitas vezes ocorrem devido ao sucateamento e/ou abandono das Instituições por órgãos mantenedores, em um contexto em que as estruturas já sofrem com o parco incentivo a ciência, cultura e educação.

O questionamento que me propus a realizar é como criar uma cadeia produtiva na arqueologia que possibilite o gerenciamento eficaz de coleções arqueológicas a longo prazo. Fica evidente que a identificação e responsabilização dos recursos para a preservação física, informacional e social das coleções arqueológicas brasileiras precisa ser mais consistente que a brevidade da transação do endosso institucional, ou o ônus unicamente às IGP. Investigar a crise dos acervos nos mostra que sem um plano nacional para o gerenciamento das coleções arqueológicas, e diante da fragilidade de fomento aos processos curatoriais, estamos impulsionando a permanência da crise curatorial arqueológica, com a amplificação de acervos sem os meios necessários para sua salvaguarda em um futuro muito próximo.

Tão significativo quanto os recursos financeiros, a permanência da crise curatorial na arqueologia pode ser relacionada também aos recursos humanos insuficientes e por vezes não especializados no gerenciamento das coleções arqueológicas. Posto que a Curadoria Arqueológica é um campo de pesquisa, estudos curatoriais e profissionais especializados são essenciais para reverter a permanência dos desafios ligados à preservação das coleções. A inserção do tema do gerenciamento de coleções arqueológicas no processo de formação de novos profissionais na arqueologia, museologia e conservação, poderia se somar a uma mobilização junto aos órgãos responsáveis pela garantia de recursos humanos especializados para planejar e executar os processos curatoriais nas Instituições de Guarda e Pesquisa.

O reconhecimento desses fatores, sugerido no início como um passo essencial para a reflexão sobre a permanência da crise, faz com que seja possível vislumbrar caminhos de superação da crise curatorial arqueológica no país, alguns deles já em construção, como veremos no próximo tópico.

Superação da Crise

A existência da crise curatorial arqueológica é incontestável diante de tantos desafios. Todavia, a forma como a crise curatorial pode ser superada ainda é um caminho em construção o qual essa pesquisa pretende colaborar, demonstrando variantes em distintos contextos a partir de um intenso estudo das conjunturas. Neste tópico almejo elencar algumas reflexões de diversos autores, mas também resultados da presente pesquisa, sobre esses movimentos e possibilidades de superação da crise curatorial arqueológica, destacando a importância do papel dos profissionais da arqueologia nesse processo, como coloca Bustard:

If archeologists do not become involved in curation policies and implementation, decisions will be made by boards of directors, federal and state managers, and administrators in the private sector. I suspect that most archeologists will not be comfortable

with the decisions these individuals make. It is up to us. If we want to make sure the roof doesn't blow off, we must all work on solutions to the archeological curation crisis (Bustard, 2000, p. 14).

Retornando a um dos elementos de origem da crise, nos parece fundamental que as metodologias de coleta de dados e vestígios arqueológicos precisam ser profundamente reflexionadas para estarem alinhadas com o compromisso de gerar novas coleções. A responsabilidade de gerar uma nova coleção deveria ser um dos pontos centrais no planejamento e avaliação de um projeto arqueológico, com o estabelecimento de critérios e procedimentos interdisciplinares (arqueologia, museologia e conservação) que assegurem a preservação desses acervos a longo prazo, em um sistema que proporcione às Instituições de Guarda e Pesquisa e atores envolvidos condições de efetivamente fazê-los para além do pacto legal.

Nesse sentido, Stuart Karrow (2017) ressalta a importância da colaboração e responsabilização dos profissionais da arqueologia e dos poderes governamentais na solução da crise curatorial, já que se trata também do interesse público garantir a preservação das coleções arqueológicas. A atual legislação brasileira atende em parte tal perspectiva, porém ainda existem fissuras entre o pacto legal e a execução, onde permeiam problemas que muitas vezes só são percebidos a longo prazo, já distante do processo que originou as coleções, e onde se torna penoso qualquer responsabilização que não recaia unicamente às Instituições de Guarda.

Diante da latência das características da crise curatorial arqueológica no Brasil, e a dificuldade de reunir as informações para entendê-la completamente, assim como a ausência de um programa coordenado ao seu enfrentamento, faz com que algumas tentativas de superação de seus sintomas, se não avaliadas com atenção, podem intensificá-la. Isso pode acontecer diante da interpretação errônea que os procedimentos curatoriais são ações mecânicas e que não exigem intensas pesquisas, ou mesmo por sua simplificação, ao percebê-los como ações isoladas e não como processos amplos que necessitam de embasamento teórico-metodológico. Um exemplo recorrente é a reprodução não crítica de manuais de gerenciamento de coleções, sem adequá-los ao contexto aplicado e sem os

estudos necessários. Como são comuns os casos de tentativas de adequação do acondicionamento e armazenamentos das coleções sem a associação à documentação, e a utilização de aparelhos de controle ambiental sem o estudo do meio, ou domínio da conservação preventiva. Essas medidas paliativas podem mascarar os sintomas, mas não resolvem a causa do problema.

Outro exemplo dessa dubiedade na busca pela superação da crise curatorial arqueológica no Brasil pode ser o descarte de acervos, tópico recorrente nos debates sobre coleções sub documentadas, embora ainda não estabelecido e autorizado na legislação nacional. A implementação de políticas de descarte de vestígios arqueológicos sem garantir que as Instituições possuam uma política de gerenciamento de coleções, recursos humanos especializados e estudos sobre as biografias curatoriais dessas coleções, abre uma brecha para desincentivar o estudo dessas coleções herdadas em busca de uma saída mais rápida de desonerar Instituições, profissionais e governos sobre esses acervos.

Não há dúvidas de que é preciso um diálogo profundo, profissionais especializados, e políticas de gestão de acervos consolidadas para que políticas de descarte possam entrar em nossa pauta como uma possibilidade. Muitos outros avanços precisam ser garantidos antes, até mesmo para repensar a nomenclatura do procedimento⁸, que não envolve literalmente um descarte, mas uma movimentação do seu status e atribuição de novas funções que exigem menor rigor com a preservação do dado arqueológico em si, já que o mesmo já possui esse déficit. Como é o caso da utilização de acervos para fins didáticos, em ações de extroversão com amplo manuseio e diferenciação metodológica de critérios de guarda.

A preocupação com a ambiguidade do emprego errôneo de determinados procedimentos museológicos-curatoriais também tem sido explicitada por profissionais da museologia, e uma discussão mais profunda sobre o tema do

⁸ Na bibliografia arqueológica norte americana o termo usado para a equivalência do descarte seria “Deaccessioning”, que consiste na remoção desse objeto da categoria de acervo salvaguardado para que ele tenha outra função (Childs, 1999). No contexto arqueológico brasileiro Ana Paula Leal (2014, p. 71) ressalta o termo desincorporação, para a autora “diferentemente do que muitos pensam, o descarte não significa pura e simplesmente colocar o objeto na lixeira, mas sim desincorporá-lo do livro de inventário, de forma que ele não seja mais um bem patrimonializado/musealizados”. Entre as possibilidades de descarte citadas no Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), e que poderiam ser uma possibilidade para os acervos arqueológicos, se destacam a doação, a transferência, a troca e a repatriação, (ICOM, 2009).

descarte pode ser encontrada no texto *“Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil* de Costa & Fernandes (2020), além de Leal (2014) e Duque de Paula *et al* (2020).

Este estudo busca mostrar que um elemento se torna decisório para o sucesso nas tentativas de superação da crise curatorial arqueológica: o processo curatorial ser percebido e executado como campo de pesquisa, com o mesmo rigor, investimento e importância que outras áreas da disciplina arqueológica. Diferentes autores apontam para caminhos que se entrelaçam nesta posição, como a restauração do potencial de pesquisa das coleções, documentação apropriada, pesquisa em conservação preventiva e o reconhecimento das biografias das coleções (Voss, 2012; Schiappacasse, 2019; Friberg & Huvila, 2019).

Para Bárbara Voss (2012), a solução para a crise curatorial está em restaurar o potencial de pesquisa e sistemas relacionais das coleções. O estudo das coleções arqueológicas possui um grande potencial, não somente para profissionais da arqueologia, mas também para estudantes em formação, permitindo a ampliação das análises, novos olhares e aplicação de novos métodos em coleções anteriormente estudadas (Karrow, 2017, p. 4). Esse movimento pode ser relevante também para a população em geral, especialmente para aqueles que possuem uma relação com esses vestígios arqueológicos, ou poderão estabelecer a partir de uma nova oportunidade. Restaurar esse potencial de pesquisa, todavia, enfrenta as dificuldades em reestabelecemos a proveniência e controle de artefatos negligenciados em diferentes processos e tempos de pesquisa (Voss, 2012).

Tal dificuldade está estreitamente relacionada aos problemas informacionais de documentação e gerenciamento dessas coleções. Marquardt e colegas (1982, p. 409) apontam uma documentação apropriada como passo inicial para superação da crise curatorial. A elaboração e aplicação de uma política de gestão de acervos, incluso os documentais, pode resolver muitos problemas da crise curatorial arqueológica, principalmente a níveis institucionais, pois um gerenciamento atento irá possibilitar diagnosticar desafios, auxiliando em tomadas de decisões. Esse apontamento indica algo muito relevante sobre a gestão de

coleções, que o investimento em recursos humanos especializados deve ser prioritário para a superação da crise curatorial, visto que são essenciais para todas etapas e escolhas, inclusive de priorização de recursos.

Há vinte anos, em 2003, o *Advisory Committee on Curation of the Society for American Archaeology SAA*⁹ (Comitê Consultivo de Curadoria da Sociedade de Arqueologia Americana – Tradução livre) produziu o documento intitulado “A crise da curadoria arqueológica: um plano de ação integrado para a SAA e seus parceiros”. O documento aponta a negligência com o gerenciamento das coleções arqueológicas a longo prazo, destacando o estado crítico das mesmas, responsabilizando os profissionais da arqueologia pelos problemas, e solicitando uma mudança na cultura da disciplina arqueológica no que tange as coleções.

O documento, sobre o contexto estadunidense, está dividido em Ações Necessárias, de curto e longo prazo, e Ações para um Programa Nacional de Curadoria Arqueológica. Entre as medidas de ações necessárias, segundo a SAA (2003), estão: **1)** Desenvolver um instrumento de levantamento de repositórios para inventariar e documentar as coleções existentes; **2)** Advogar pela elaboração e promulgação do regulamento de dissociação; **3)** Defender que as organizações financiadoras exijam responsabilidade e cuidado com as coleções geradas pelas pesquisas; **4)** Estabelecer um programa sistemático de bolsas; **5)** Defender a formação de graduação e pós-graduação em curadoria arqueológica e criação de um prêmio anual de pesquisas curatoriais; **6)** Defender a manutenção de uma Base de Dados-Relatórios Arqueológicos Nacionais; **7)** Apresentar uma proposta de financiamento para implementar a pesquisa de coleções; **8)** Trabalhar com o Congresso para financiar (a) um programa de bolsas de curadoria arqueológica e (b) um Programa Nacional de Infraestrutura para o Programa de Curadoria Arqueológica; **9)** Criar um programa de credenciamento para repositórios que fazem curadoria de coleções arqueológicas; **10)** Desenvolver padrões para: a) coleta de campo, b) registros associados e sua gestão, c) acesso e uso de coleções arqueológicas.

Já para um Programa Nacional de Curadoria Arqueológica, a SAA (2003) organizou as recomendações nos seguintes pontos: **1)** Plano de gestão de

⁹ Associação dos Estados Unidos.

crescimento; **2)** Política de dissociação; **3)** Prestação de contas detalhada do gerenciamento das coleções; **4)** Obrigatoriedade que a Curadoria Arqueológica se torne um curso em nível de graduação e pós-graduação na arqueologia; **5)** Soluções para a “literatura arqueológica cinzenta”, referente às pesquisas sub documentadas e não publicadas; **6)** Apoio federal às coleções arqueológicas e as instituições que as abrigam; **7)** Credenciamento de instituições com coleções arqueológicas; **8)** Diretrizes flexíveis para procedimentos curatoriais. A sumarização de aspectos que possam auxiliar na superação da crise curatorial arqueológica, mesmo que em países distintos, pode assessorar a elaboração de um planejamento para o contexto brasileiro.

Do contexto sueco, Zanna Friberg e Isto Huvila (2019) trazem outra possível abordagem para a superação da crise curatorial, os autores propõem que nos apoiemos nas biografias dos acervos e coleções para compreender os processos curatoriais. Identificar as biografias das coleções proporcionaria analisar como surgem as crises de curadoria, como evitá-las e como gerenciar as coleções herdadas, mal documentadas e desorganizadas em cada contexto.

O potencial do uso de biografias de coleções como meio de enfrentar a crise curatorial é um caminho que tenho proposto como metodologia para acervos na Amazônia, e embasou minha análise com os interlocutores entrevistados das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte do país. Adapto o termo proposto Friberg e Huvila para biografias curatoriais, com o objetivo de historicizar a criação das coleções, seus gerenciamentos e usos, examinando as causas e consequências dos problemas de curadoria. Para a superação da crise curatorial arqueológica proponho a compreensão não somente dos aspectos teóricos metodológicos que sustentam o gerenciamento das coleções arqueológicas, mas aspectos do contexto político e social que profissionais e Instituições enfrentam.

De forma central, alguns pontos sintetizam os argumentos citados até aqui, e os caminhos de superação da crise curatorial arqueológica: fomento da pesquisa curatorial interdisciplinar; investimento em recursos humanos, financeiros e estruturais; desenvolvimento de políticas institucionais e públicas de

gerenciamento de coleções arqueológicas de forma coordenada por seus diferentes atores.

Neste ponto vale ressaltar que a implementação de políticas institucionais de gerenciamento de coleções difere da aplicação de protocolos empregados sem reflexão. Este estudo visa demonstrar e reforçar que a pesquisa diagnóstica constante, monitorada e atualizada com as peculiaridades das Instituições e grupos de interesse possui a capacidade de uma política institucional ordenar a gestão das coleções.

A ampliação de pesquisas curatoriais e de implementações de políticas de gerenciamento de coleções arqueológicas possibilitaria a compreensão regional e nacional do status das nossas coleções, assim como mudanças no fazer arqueológico comprometido com o gerar e o gerir dos acervos. Os progressos institucionais quiçá tornariam possível um avanço em políticas públicas para a gestão dos acervos arqueológicos, assim como o movimento contrário pode promover um resultado positivo, situação que vimos acontecer recentemente com normativas do Iphan em relação à gestão das coleções arqueológicas.

Cabe citar alguns importantes esforços de ordenação e compreensão da gestão das coleções arqueológicas no âmbito nacional, que certamente tem nos auxiliado na direção de uma superação da crise curatorial. Um dos mais significativos ocorre a partir do Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNA/Iphan), que cria um cadastro das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, avaliando-as a partir de vistorias realizadas através de suas superintendências estaduais. A criação deste cadastro, assim como os critérios de avaliação, tem como base o conteúdo da Portaria Iphan 196/2016, e tem movimentado positivamente Instituições e profissionais a buscarem qualificação de seus espaços e metodologias de salvaguarda. Para o desenvolvimento da tese, os documentos produzidos sobre as vistorias realizadas pelo Iphan nas IGP da região Norte foram utilizados como um suporte importante para identificação das biografias curatoriais e realização desta pesquisa, o que será tratado mais detalhadamente nos próximos capítulos.

Outro relevante movimento ocorre a partir de 2015, quando o Ministério Público Federal cria o Projeto Arqueologia (MPF- ARQ), que teve como objetivo

aprimorar o desempenho do MPF em relação ao patrimônio arqueológico, fortalecendo a atuação extrajudicial e judicial, articulada com a sociedade civil, além do Iphan e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Entre as ações no montante do projeto foram realizadas visitas em treze estados brasileiros, onde foram vistoriados e criados pareceres técnicos sobre reservas técnicas de arqueologia. Algumas delas, na época, nunca antes haviam sido vistoriadas por órgãos públicos, como apresentado no relatório (MPF, 2005, p. 107). Esses pareceres, embora não contemplem todos os estados e Instituições da região Norte brasileira, também foram estudados como fontes importantes para reconhecer as biografias curatoriais, e foram cruciais para repensar a metodologia de diagnóstico em direção a um aprofundamento dessas ações já existentes.

Em uma esfera distinta de atuação, coletivos que reúnem Instituições, profissionais, estudantes e interessados em geral sobre a temática do gerenciamento das coleções arqueológicas, têm realizado importantes movimentos de auto-organização e diálogo entre as disciplinas de arqueologia, museologia e conservação. A Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) e o Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) têm auxiliado na construção de soluções para a crise curatorial arqueológica no Brasil, ao reunir especialistas e sistematizar aspectos fundamentais sobre este campo de atuação. Suas relevâncias têm sido reconhecidas pelos órgãos públicos, e um diálogo com Iphan e Ibram tem sido proporcionado por meio da atuação dos coletivos¹⁰.

Através da compreensão do quadro histórico, social e teórico, mensuramos como essa crise curatorial se concretizou como um movimento mundial, mas com especificidades nacionais, regionais e locais, e da mesma forma deve ser enfrentada, com olhos atentos a outros percursos, mas com caminhadas únicas. Sendo assim, entendemos que a superação da crise curatorial arqueológica necessariamente deverá passar, ou está passando, por uma mudança epistêmica de como compreendemos a disciplina arqueológica e

¹⁰ A produção de ambos os coletivos pode ser consultada no site <https://acervosarqueologicos.wordpress.com/> através de Cartas produzidas sobre o tema do gerenciamento de coleções arqueológicas. Tais cartas foram produzidas de forma coletiva como resultado de eventos organizados por ambos coletivos, intitulado Fóruns de Acervos Arqueológicos, que em 2023 chegou em sua sexta edição.

sua responsabilidade sobre as coleções. Sobre essa mudança epistêmica e os caminhos curatoriais dentro da arqueologia, o próximo item irá abordar especificamente o tema da Curadoria Arqueológica.

1.2. Curadoria Arqueológica: teoria e método da disciplina arqueológica

Na arqueologia brasileira, o termo curadoria tem sido dissociado da perspectiva de pesquisa e empregado de forma simplista na adjetivação de procedimentos como higienização, catalogação e acondicionamento de vestígios. Mesmo diante de alguns desafios, acredito que a insistência no uso do termo enquanto campo de estudo possa auxiliar na conscientização de sua importância e complexidade, direcionando-o para a pesquisa dentro da disciplina arqueológica.

Historicamente a simplificação e replicação irrefletida das ações comumente associadas à curadoria/salvaguarda das coleções arqueológicas resultou em um engessamento da gestão das coleções nos projetos arqueológicos, um 'sistema' aceito tanto pelos profissionais da arqueologia, como pelo órgão regulador, intensificando os apagamentos da multiplicidade de visões sobre essa materialidade, reduzindo-a (quando muito) à seguridade informacional dos dados indicados pela pesquisa arqueológica, afastando qualquer tomada de decisão e perspectiva das comunidades de interesse no processo curatorial. Essa questão integra uma crítica mais ampla sobre a colonialidade do saber científico, o gerenciamento cultural no sistema capitalista e a alienação do passado como estratégia hegemônica de controle de narrativas e poderes, que não são o foco central dessa pesquisa, mas que irão transpassar a reflexão ao propor um olhar crítico aos sistemas arqueológicos curatoriais vigentes.

Tanto na bibliografia acadêmica quando em trabalhos técnicos, é habitual encontrarmos uma etapa de curadoria fixada entre o fim da pesquisa de campo e o início dos estudos laboratoriais de análise, ações descritas e realizadas de forma mecânica, sem referencial teórico e desconectadas das demais etapas da pesquisa arqueológica. Essa desvalorização também é percebida na ausência do

tema em nossa formação como profissionais, perpetuando esse sistema intuitivo e pouco embasado teórica e metodologicamente nos processos curatoriais.

Como vimos no item anterior, ao esmiuçarmos a crise curatorial arqueológica, a ausência de pesquisas que percebam a gestão da materialidade em um processo mais amplo, e que permeiam todas as etapas da pesquisa arqueológica, é um dos fatores de origens e permanências da crise. A banalização das tomadas de decisões sobre a gestão das coleções arqueológicas afastou o termo curadoria da perspectiva de pesquisa. O estudo realizado, através de profissionais que atuam nas Instituições de Guarda e Pesquisa da região Norte, busca mostrar como a valorização da pesquisa curatorial pode gerar mudanças positivas na disciplina arqueológica.

Diversos autores conceituam o termo curadoria, sendo que sua compreensão foi se alterando com o tempo, e ainda permanecem distintas apreensões sobre ele. Para Kersel (2015, p. 42), curadoria envolve a administração cuidadosa e gestão de coleções, incluindo acessos, limpeza, catalogação, manutenção, processamento, publicação, armazenamento de artefatos e sua documentação associada. Segundo Marquadt e colegas (1982, p. 409), o termo acarreta funções de gerenciamento em relação às coleções arqueológicas, que perpassam diversas etapas, desde a aquisição à disponibilização das coleções e sua documentação para pesquisa.

No Brasil, Ulpiano de Meneses, ainda na década de 1980, conceituava o termo da seguinte forma:

[...] curadoria é o ciclo completo de atividades relativas ao acervo, compreendendo a execução e/ou orientação científica das seguintes tarefas: formação e desenvolvimento de coleções, conservação física das coleções, o que implica soluções pertinentes de armazenamento e eventuais medidas de manutenção e restauração; estudo científico e documentação; comunicação e informação, que deve abranger de forma mais aberta possível, todos os tipos de acesso, apresentação e circulação do patrimônio constituído e dos conhecimentos produzidos, para fins científicos, de formação profissional ou de caráter educacional genérico e cultural (exposições permanentes (sic) e temporárias, publicações, reproduções, experiências pedagógicas, etc.). (USP, 1986 apud Cury, 2009)

Marília Cury (2009, p. 32) coloca que “curadoria ou processo curatorial é uma das formas de se entender o trabalho do museu, agora a partir da cadeia operatória em torno do objeto”. A cadeia operatória aqui é entendida como o conjunto de ações e procedimentos pelos quais os objetos precisam passar para tornarem-se documento e serem considerados musealizados, sendo composta por ações de salvaguarda (pesquisa, conservação e documentação museológica) e comunicação (exposição e ações educativas e culturais) (Bruno, 2008, p. 146).

Cristina Bruno também faz uma importante historicização e reflexão sobre o termo no seu artigo “Definição de Curadoria - os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial”:

É possível constatar que o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de tratá-las no que corresponde à manutenção de sua materialidade, à sua potencialidade enquanto suportes de informação e à exigência de estabelecer critérios de organização e salvaguarda. Em suas raízes mais profundas articulam-se as intenções e os procedimentos de coleta, estudo, organização e preservação, e têm origem as necessidades de especializações, de abordagens pormenorizadas e do tratamento curatorial direcionado a partir de um campo de conhecimento.

[...] Assim, nas últimas décadas, a definição de curadoria tem sido permeada pelas noções de domínio sobre o conhecimento de um tema referendado por coleções e acervos que por sua vez permite a lucidez do exercício do olhar, capaz de selecionar, compor, articular e elaborar discursos expositivos, possibilitando a reversibilidade pública daquilo que foi visto e percebido, mas considerando que as ações de coleta, conservação e documentação já foram realizadas. Para alguns, a implementação de atividades curatoriais depende especialmente de uma cadeia operatória de procedimentos técnicos e científicos, e o domínio sobre o conhecimento que subsidia o olhar acima referido, é na verdade a síntese de um trabalho coletivo, interdisciplinar e multiprofissional. Para outros, o emprego da definição de

curadoria só tem sentido se for circunscrito a uma atividade que reflita um olhar autoral, isolado e sem influências conjunturais que prejudiquem a exposição de acervos e coleções, conforme os critérios estabelecidos em função do domínio sobre o tema (Bruno, 2008, p.17 -20).

O termo tem sido debatido, nacionalmente e internacionalmente. No cenário nacional, o desgaste do termo curadoria na arqueologia foi apontado nos resultados do IV Fórum Acervos Arqueológicos, ao indicar que muito tem se falado em curadoria na disciplina arqueológica, mas ainda há pouca compreensão efetiva de seu processo (Carta de Disposições, 2021). Nessas discussões, há uma preocupação válida de que o uso do termo curadoria, pela difusão de uma aplicação equivocada, prejudique os esforços de demonstrar a importância e complexidade desses processos para a disciplina arqueológica.

Dessa forma neste estudo compreendemos a curadoria através de outra perspectiva, crítica ao que está posto como prática estática na disciplina arqueológica, sinônimo de procedimentos. A crítica sobre como as instituições museais e as práticas curatoriais estiveram estáticas à preservação do passado é trabalhado por Philipp Schorch e colegas (2019) através da introdução do conceito *Curatopia*. Os autores acessam o conceito de heterotopia, elaborado pelo filósofo Michel Foucault, para conotar constante movimento a lugares e espaços curatoriais que antes eram vistos como estagnados.

Museums and libraries have become heterotopias in which time never stops building up and topping its own summit, whereas in the seventeenth century, even at the end of the century, museums and libraries were the expression of an individual choice. By contrast, the idea of accumulating everything, of establishing a sort of general archive, the will to enclose in one place all times, all epochs, all forms, all tastes, the idea of constituting a place of all times that is itself outside of time and inaccessible to its ravages, the project of organizing in this way a sort of perpetual and indefinite accumulation of time in an immobile place, this whole idea belongs to our modernity. The museum and the library are heterotopias that are proper to western culture of the nineteenth century. Opposite these heterotopias that are linked to the accumulation of time,

there are those linked, on the contrary, to time in its most fleeting, transitory, precarious aspect, to time in the mode of the festival. (Foucault, 1984, p.26).

Embora não esteja pacificado o significado do termo curadoria, existem muitas convergências entre esses autores sobre o conceito, que culminam no princípio de um processo amplo que ultrapassa e conjuga etapas, sintetizado por Desvallés e Mairesse (2013, p. 33) como “um processo que integra todas as ações em torno da coleção”.

Especificamente sobre o conceito de Curadoria Arqueológica, Sarah Buchanan (2016, p. 8) o define como “a continuous process that encompasses collections management activities performed on a set of objects, including their accession, conservation, display, storage, and long-term preservation.” A autora ainda ressalta a importância da Curadoria Arqueológica como elo entre o trabalho arqueológico e museal, aferindo responsabilidades amplas, muito além de procedimentos.

Curation encompasses several handoffs of objects and documentation on their way from archaeological custody to museum custody. Curatorial work also involves the exercise of professional judgment to negotiate the moral, legal, intellectual, and physical boundaries within which museums and collecting institutions operate. (Buchanan, 2016, p. 8)

Sobre esse processo, Susan Pearce com o livro *Archaeological Curatorship* (1990), auxiliou a consolidar o papel da Curadoria Arqueológica para disciplina arqueológicas, identificando seu livro não como um manual, mas um conjunto de questões teóricas e metodológicas da pesquisa curatorial. A autora ressaltou, ao longo do livro, o papel ativo da curadoria em um processo contínuo de interação entre as coleções existentes e recebidas, as políticas de gerenciamento, e o exercício de julgamento dos procedimentos, que são tecidos nas ações e decisões diárias (Pearce, 1990, p. 67). Perpassando temas centrais

das etapas da pesquisa arqueológica, desde a formação das coleções, aspectos éticos e legais, questões sobre acondicionamento, conservação, documentação e pesquisa, assim como o público e exposições, Pearce amplia a visão sobre o processo curatorial ao mostrar a trama desse tecido associado como parte da pesquisa arqueológica.

A grande contribuição de Pearce, no entanto, foi demonstrar que o estudo dos processos curatoriais configura uma etapa essencial para a arqueologia, e é percebido por ela como pesquisa arqueológica. Embora seja arqueóloga, especialista nas possibilidades relacionais da cultura material, a autora não negligencia o papel de outras áreas e profissionais, como conservadores e museólogos, mas demonstra a importância dos profissionais de arqueologia também terem a responsabilidade sobre a pesquisa curatorial e poder desenvolvê-la.

Sobre o apagamento e desvalorização do processo curatorial na pesquisa arqueológica e na formação de novos arqueólogos, Wendy Bustard (2000, p.14) ressaltou que: "Curation does not seem to be part of either undergraduate or graduate archeological curricula. It is as though archeologists collect things and then the objects disappear into another realm of responsibility."

No contexto nacional, os profissionais da arqueologia que pesquisam os processos da Curadoria Arqueológica são vistos como elementos híbridos e por vezes incompletos ou multiprofissionais, algo entre os campos da arqueologia, conservação e museologia. É um grupo que acaba localizado naquele campo circundante dos conhecimentos com os quais a arqueologia dialoga, mas que na maioria das vezes são colocados em um patamar menor, como conhecimentos assistentes.

Recuando temporalmente no cenário nacional, é possível identificar que com os apagamentos dos processos curatoriais como pesquisa arqueológica, outras perspectivas, oriundas especialmente da museologia, e em menor escala na conservação, prevaleceram no cenário brasileiro (Toledo, 2017). A opção por trazer a Curadoria Arqueológica como aporte da pesquisa não é de oposição a essas outras abordagens, como a Musealização da Arqueologia ou a Conservação Arqueológica, que tanto contribuem para a preservação dos acervos

arqueológicos, mas de responsabilização da arqueologia com os acervos que gera, atenta às suas peculiaridades. As diferenças na gestão dos acervos arqueológicos são destacadas por Vasconcelos e Alcântara:

A gestão dos acervos arqueológicos, especificamente, diferencia-se da curadoria de outras tipologias de acervo basicamente em quatro aspectos: pela fragilidade devido à ruptura ambiental causada pelo trabalho de campo, pela diversidade material dos artefatos, pela presença de informações e documentos associados aos objetos; e, pelo fato de que se inicia no planejamento do projeto de pesquisa arqueológico, e não dentro das instituições de salvaguarda. Estas características tomam as coleções arqueológicas e sua conseqüente gestão um trabalho complexo (Vasconcelos e Alcântara, 2017. p. 155)

É importante ressaltar que partir da Curadoria Arqueológica para o estudo do gerenciamento de coleções não retira o caráter necessariamente interdisciplinar da gestão dos acervos, o respeito às atribuições de cada disciplina, ou tampouco cria diferenças valorativas de uma disciplina sobre a outra. A escolha pela Curadoria Arqueológica está imanente ao meu lugar de fala, um posicionamento enquanto arqueóloga, sobre o fortalecimento do tema dentro da arqueologia através de uma mudança de perspectiva sobre nosso papel nos processos curatoriais e o reconhecimento que tal mudança pode auxiliar na superação da crise curatorial.

Sobre o afastamento entre arqueologia e a Curadoria Arqueológica no Brasil, percebo esse fenômeno através de dois movimentos, o primeiro relacionado ao próprio descuramento epistêmico da disciplina arqueológica sobre o tema. A cisão epistemológica entre gerar coleções e gerir coleções, que remonta à concepção da própria disciplina, através da dificuldade em reconhecer sua prática para além dos métodos de escavação e análises dos seus vestígios.

Um segundo movimento, esse no contexto nacional, associado à influência da Musealização da Arqueologia. Cristina Bruno (1999; 2008) foi pioneira em pensar criticamente a gestão das coleções arqueológicas brasileiras

em uma escala mais ampla e fortemente inserida na disciplina arqueológica. Para a autora:

O conceito de Musealização da Arqueologia tem sido construído a partir de diferentes influências e operacionalizado em distintos contextos culturais, está vinculado, sem dúvida, às estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos (Bruno, 2014, p. 6)

A Musealização da Arqueologia proposta por Cristina Bruno balizou uma geração de profissionais e têm sido uma presença constante não somente na elaboração de trabalhos de referência, como na militância e organização da categoria arqueológica para a temática da gestão dos acervos. Dessa forma, o Brasil, possui há pelo menos três décadas, um arcabouço teórico consolidado que supriu os profissionais da área, tornando prescindível o uso de teorias de origem internacional, como a Curadoria Arqueológica.

Mesmo com uma produção bibliográfica nacional pioneira, ligada às contribuições da Musealização da Arqueologia e diversos, a gestão das coleções arqueológicas como pesquisa ainda enfrenta dificuldades de penetrar na base das pesquisas arqueológicas, fator que atribuo à resistência dos profissionais da arqueologia perceberem tais pesquisas como necessárias para o fazer arqueológico, o que se reflete na ausência do tema em nossa formação e em nossos projetos de pesquisa, seja no âmbito acadêmico ou no do licenciamento ambiental.

É possível traçar um paralelo da Curadoria Arqueológica com a Musealização da Arqueologia, pois ambas percebem os procedimentos curatoriais como parte de algo maior que precisa ser alvo de pesquisa, sendo o lugar de fala e origem disciplinar, arqueologia e museologia, sua maior diferenciação. Essa provável resistência - consciente ou inconsciente, e de certa forma velada - da categoria arqueológica em incluir a Musealização da Arqueologia como campo de pesquisa da disciplina arqueológica e parte indispensável do fazer arqueológico, acabou sendo um dos motivadores para essa pesquisa se apoiar na Curadoria

Arqueológica. Dessa forma, busco me somar às tentativas de chamar à disciplina arqueológica a responsabilidade para esse campo de pesquisa, como parte essencial da formação de novos profissionais da arqueologia, e maior inserção nas pesquisas arqueológicas.

O alargamento da disciplina arqueológica para a identificação e compreensão de relações contemporâneas com os vestígios arqueológicos reforça o conjunto de motivos que classificam a Curadoria Arqueológica como campo de pesquisa e não apenas uma aplicação de procedimentos. A forma como geramos, gerimos e tomamos decisões sobre informação, fisicalidade, acesso e narrativa das coleções é também um problema de pesquisa da arqueologia. A própria configuração do fazer arqueológico impõe à arqueologia estar mais consciente e engajada com os processos curatoriais sendo que eles precisam estar contemplados ainda na etapa de planejamento da pesquisa, antes de qualquer outra atividade. Neste ponto, vale destacar que uma ampla compreensão da categoria arqueológica sobre os processos curatoriais poderia tornar a interface com outras disciplinas mais equilibrada, tendo em vista o reconhecimento dos limites disciplinares de cada ciência, e a importância da museologia e da conservação estarem integradas em todas as etapas da pesquisa arqueológica.

A compreensão da Curadoria Arqueológica como campo de pesquisa também da arqueologia possibilita que os processos curatoriais estejam em consonância com os anseios atuais em relação ao patrimônio arqueológico e, ao mesmo tempo, que sejam garantidos os princípios já conquistados pelas disciplinas da ciência do patrimônio, com os estudos de museologia e conservação no gerenciamento de coleções.

Essa 'escavação' da Curadoria Arqueológica como pesquisa a percebe alinhada com a produção interdisciplinar e os avanços teóricos metodológicos das ciências do patrimônio. O que tenho proposto nesta pesquisa, e na minha prática profissional diária, é que assim como vários ramos da arqueologia mudaram e se aprimoraram, sendo mais democráticos e eficazes, a Curadoria Arqueológica também deve ser.

Hedley Swain (2007, p. 203) expõe como a arqueologia e seus profissionais têm sido falhos no uso de suas coleções e espaços de guarda. O autor coloca que os profissionais da arqueologia costumam acessar os acervos arqueológicos de forma muito pontual e direcionada. Tal limite observativo não é necessariamente um problema, mas corroboro com Swain em assinalar que há um desequilíbrio nas discussões arqueológicas, que buscam estabelecer conexões e relações de contextos e como gerenciamos nossas coleções. Sobre esse processo, o autor coloca:

So we spend a lot of time describing contexts, context groups and context relationships through matrixes and so on. Anyone who has had to compile a large complex archive, or seen someone else do it will know it is a truly painful, long-drawn out and complex business. It would be such a shame if we were doing all that work for nothing. And it is very expensive. (Swain, 2007, p. 93).

Esse papel decisivo que a disciplina arqueológica e seus profissionais possuem nos acervos justifica incluir o tema como campo de pesquisa. A Curadoria Arqueológica deve estar conectada com novas tecnologias de conservação, possibilidades de musealização, mas também com outras possibilidades de relação entre as coleções arqueológicas, profissionais da arqueologia e comunidades. Estar engajada não somente com a conservação física e informacional, mas também com a extroversão e apropriação dos seus acervos pelas comunidades, permitindo múltiplas interpretações e usos, ligadas a diferentes ontologias.

Para compreender os desafios da aplicação do termo curadoria aplicado à arqueologia brasileira, realizei um estudo bibliométrico através de periódicos brasileiros de arqueologia. O objetivo foi entender o uso do termo no cenário arqueológico brasileiro, e o que esse diagnóstico poderia auxiliar a refletir sobre a relação do fazer arqueológico e os processos curatoriais.

A pesquisa foi focada em periódicos nacionais, disponíveis gratuitamente online. Para tal, foram selecionados periódicos classificados como Qualis A1 e

A2¹¹ na área de arqueologia. O Qualis Periódicos é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação e tem como função auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca na Plataforma Sucupira indicou oito periódicos classificados com Qualis A1 e A2. Embora todo recorte seja limitador, ele visou alcançar uma amostragem realista, em que fosse possível analisar os textos indicados e representasse reconhecidos meios de divulgação científica da categoria arqueológica. Os periódicos pesquisados foram:

- 1) Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Qualis A1)
- 2) Boletim do Museu Paraense Goeldi (Qualis A1)
- 3) Anais do Museu Paulista (Qualis A1)
- 4) *Cadernos do LEPAARQ* (Qualis A2)
- 5) Revista Vestígios (Qualis A2)
- 6) Revista Habitus (Qualis A2)
- 7) Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Qualis A2)
- 8) Revista Tessituras (Qualis A2)

A metodologia de análise consistiu inicialmente na busca individual em cada periódico virtualmente, acessando cada volume e artigo separadamente. Nos artigos que permitiam a pesquisa por palavras, foram realizadas a busca utilizando tal ferramenta; e nos que não permitiam essa tipologia de busca, a pesquisa foi realizada considerando se os termos apareciam no título ou nas palavras-chave dos artigos. Foram consultados os seguintes termos em todos os artigos: curadoria; conservação; museologia; musealização. Ampliei a busca para além do termo curadoria para entender como o termo estava se relacionando a outras disciplinas e temas do gerenciamento de coleções arqueológicas.

¹¹ A classificação pode ser acessada através da Plataforma Sucupira <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. A pesquisa foi baseada nos dados disponíveis em 2023.

Para o estudo bibliométrico elaborei uma tabela com as seguintes informações: Nome do Periódico; Ano; Volume; Número; Termo Curadoria; Termo Conservação; Termo Museologia; Termo Musealização; Presente no Título e Palavras-Chave; Presente no Corpo do Texto; Link do Artigo. Na tabela¹², além das informações sobre o artigo e seu respectivo link de acesso, facilitando a consulta e criando uma base de dados. Os termos (curadoria; conservação; museologia e musealização) foram assinalados conforme identificados em cada artigo, assim como onde no texto foram identificados, no título e /ou palavras-chave, ou no corpo do texto.

Figura 2. Exemplificação do preenchimento da tabela do estudo bibliométrico dos artigos em periódicos.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Nome do Periódico	Ano	Volume	Número	Curadoria	Conservação	Museologia	Musealização	Título e Palavras Chaves	Corpo do Texto	Link do artigo
Revista de Arqueologia da SAB	1983	1	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/24/
Revista de Arqueologia da SAB	1984	2	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/31/
Revista de Arqueologia da SAB	1984	2	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/32/
Revista de Arqueologia da SAB	1986	3	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/45/
Revista de Arqueologia da SAB	1987	4	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/61/
Revista de Arqueologia da SAB	1988	5	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/64/
Revista de Arqueologia da SAB	1988	5	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/72/
Revista de Arqueologia da SAB	1993	7	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/101/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/464/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/465/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/470/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1				X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/472/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X	X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/475/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/476/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1			X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/477/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/481/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/653/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/665/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/666/
Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/680/

Contemplando os oito periódicos e seus volumes, foram pesquisados 3.234 artigos, que se apresentaram da seguinte forma:

Tabela 1. Relação de períodos, volumes e quantidade de artigos pesquisados.

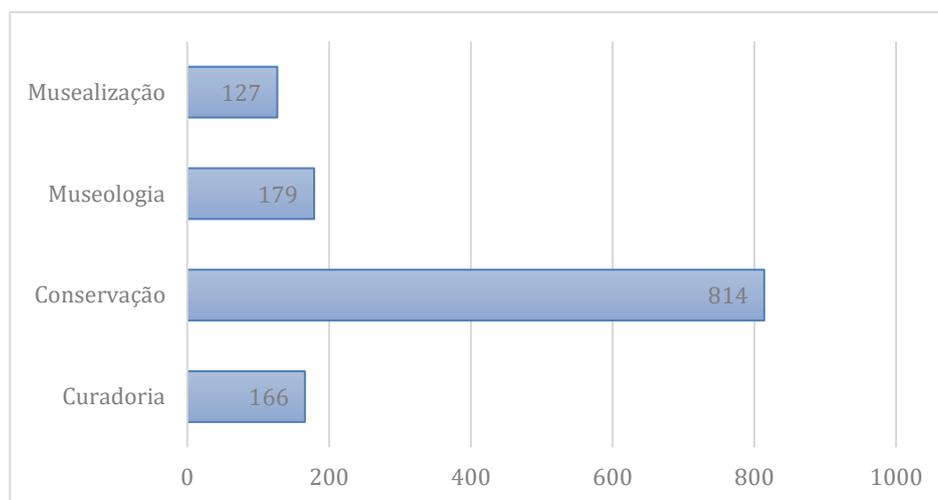
Periódico	Volumes e Anos Contemplados	Quantidade de Artigos Pesquisados	Observações
Revista da SAB	Volume 1, n 1 (1983) até Volume 36, n 2 (2023)	636	

¹² A totalidade da tabela está em anexo ao texto para consulta.

Revista do Museu Goeldi	Volume 1, n 1 (2006) até Volume 18, n 2 (2023)	715	
Anais do Museu Paulista	Volume 1, n 1 (1993) até o Volume 31 (2023)	537	
Cadernos Leparq	Volume 1, n 1 (2004) até o Volume 20, n 39 (2023)	337	
Revista Vestígios	Volume 8, n 2 (2014) até o Volume 17, n 1 (2023)	129	Nos volumes anteriores não foi possível fazer a pesquisa filtrando os termos.
Revista Habitus	Volume 3, n 1 (2005) até o Volume 20, n 2 (2023)	359	Os volumes 1 e 2 não estão disponíveis no acervo da revista, no site a primeira revista disponível é o volume 3, n 1.
Revista do MAE	Número 1 (1993) até o Número 13 (2003)	235	A pesquisa não contemplou todos os Números, pois o site estava fora do ar. A revista vai até o Número 40 (2023).
Revista Tessituras	Volume 1, n 1 (2013) até o Volume 10, n 2 (2022)	286	

Os 3.234 artigos resultaram em uma filtragem inicial de 960 artigos, onde foram identificados um dos quatro termos pesquisados (curadoria; conservação; museologia e musealização), uma filtragem mais minuciosa diminuiu esse número para 946, excluindo os casos em que o termo conservação era o único identificado e estava associado com o uso “unidade de conservação”. Desses 946 artigos, os termos aparecem quantitativamente, sem considerar sua sobreposição, da seguinte forma:

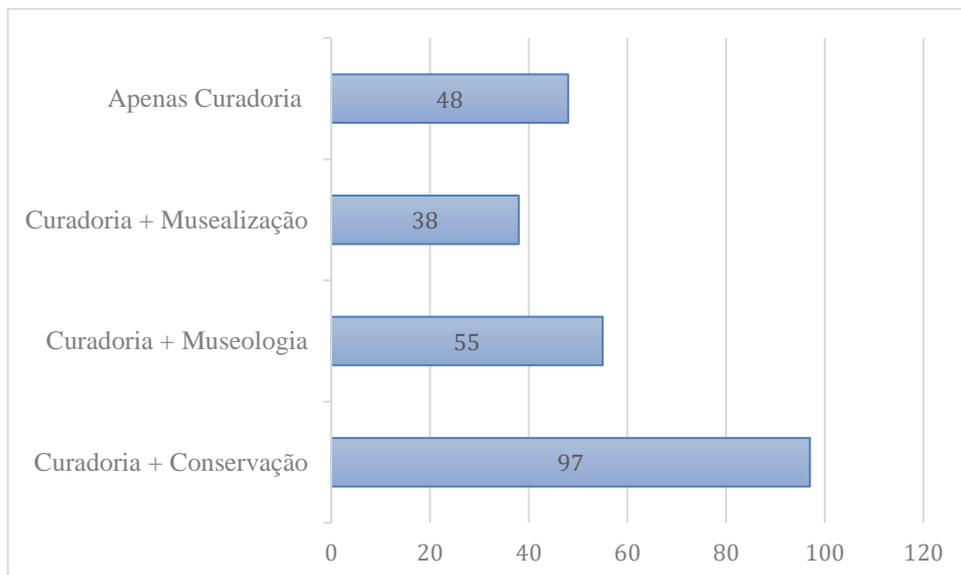
Figura 3. Quantificação dos termos identificados nos artigos.



A desproporcionalidade da identificação do termo 'conservação' está relacionada à diversidade da aplicabilidade do termo, estando relacionado principalmente à questão da conservação das áreas de pesquisa arqueológica e aos vestígios, aparecendo frequentemente como um dos atributos da análise dos materiais, mas conexão com a disciplina de conservação. Após finalizada esta primeira etapa, de levantamento e quantificação, iniciei uma segunda etapa, da análise do emprego do termo curadoria e seus usos. O termo curadoria apareceu em apenas 166 artigos, dos 3.234 pesquisados, dessas 166 vezes ele aparece 37 vezes entre os títulos e palavras-chave dos artigos e 163 no corpo do texto levando em consideração a ferramenta de busca por termos.

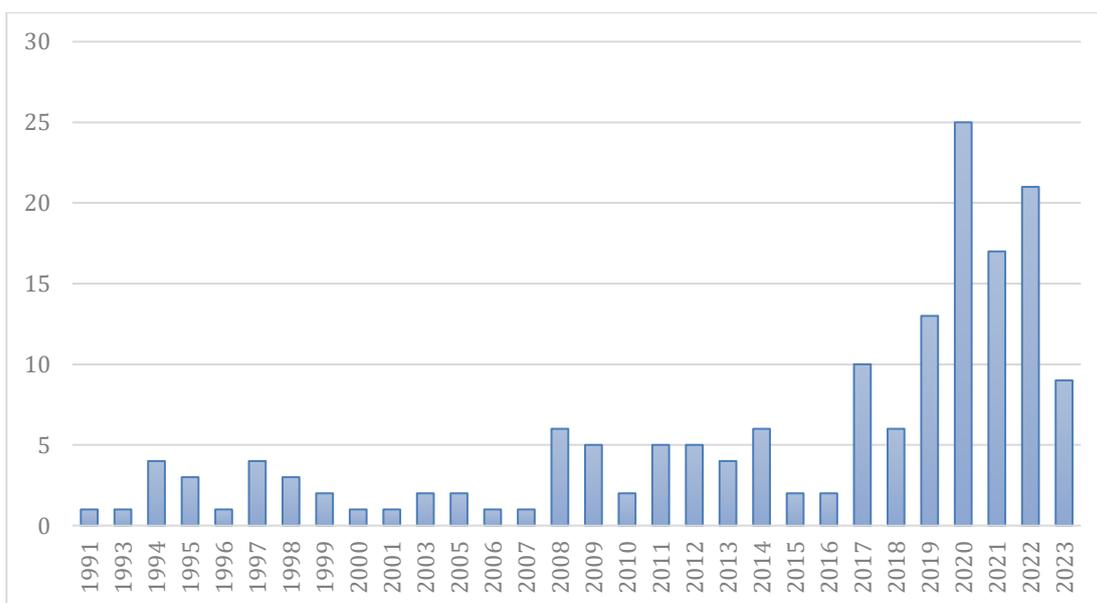
Os 166 artigos foram o foco da minha análise. Dessa amostragem, o termo curadoria apareceu de forma isolada, sem nenhuma menção à conservação, museologia ou musealização, em 48 casos. Já, na interface, dentre os 166 artigos, ele aparece juntamente com o termo conservação 97 vezes, com museologia 55 vezes e musealização 38 vezes.

Figura 4. Gráfico de análise da relação entre os termos.



Esse levantamento também permitiu dimensionar a recorrência do uso do termo curadoria na produção bibliográfica a partir dos seus anos de publicação, indicando um expressivo aumento quantitativo a partir de 2017.

Figura 5. Gráfico da quantidade de publicações analisadas que mencionam o termo curadoria sistematizado a partir do seu ano de publicação.



Com base nesse comparação quantitativa e temporal, é interessante suscitar elementos que possam ter influenciado esse aumento, como: **1)** um possível impacto da Portaria Iphan 196/2016 na amplificação do tema curatorial nas publicações acadêmicas da arqueologia; **2)** o crescimento a partir de 2010 de pesquisas na pós-graduação (mestrado e doutorado) na interface da arqueologia, museologia e conservação, apontadas anteriormente por Toledo (2017); **3)** a atuação dos coletivos, GT Acervos da SAB e REMAAE, no fomento do tema no contexto brasileiro, incluindo a organização de dossiês que influenciaram numericamente na pesquisa bibliométrica; **4)** o movimento de incorporar no contexto nacional temas amplamente debatidos na bibliografia internacional da disciplina arqueológica, acompanhando as discussões teóricas metodológicas da área.

Partindo dessa análise quantitativa, extraí dos 166 textos analisados os usos do termo curadoria para compreender os sentidos de sua aplicação na disciplina arqueológica. O intuito foi superar a afirmação generalista sobre a simplicidade do emprego do conceito curadoria na pesquisa arqueológica para sistematizar uma amostragem de como realmente o termo tem sido usado. Para apresentar esse diagnóstico optei por referenciar os textos não por autores, mas apenas por ano e número de identificação de análise correspondente com meu levantamento, de 1 a 166, entendendo que aqui eles não cumprem uma função de citação, mas objeto de estudo. A checagem e referência dos textos podem ser acessados via tabela em anexo.

Distintos usos do termo curadoria foram identificados nos textos, dos quais para melhor compreensão dividi em cinco sentidos:

1) *Curadoria na Análise de Materiais*

Um dos usos menos evidenciados foi a aplicação do termo relacionado ao estudo de materiais, especialmente líticos, para diferenciação entre a indústria de expediente e a indústria de curadoria. Nessa utilização, fica evidente que não há uma relação com a gestão dos objetos, mas sim uma referência do estudo dos materiais utilizado na bibliografia especializada para categorizar escolhas:

“A partir da análise realizada, pudemos classificar os tipos artefatuais em indústria de curadoria e indústria expediente.” (Texto 7/2009)

“temos os artefatos que representam um esforço acentuado na manutenção e procura da matéria prima, representativos da categoria de indústria de curadoria”. (Texto 7/2009)

2) *Curadoria no Processo Expositivo*

Curadoria associada a exposições apareceu tanto no sentido do processo expositivo, como de autoria desses processos. Embora pouco recorrente nos textos analisados, possui ampla compreensão e utilização em outros contextos disciplinares.

“realizando seminários e exposições colaborativas [...] teve a curadoria de ...” (Texto 122/2022).

“a curadoria de exposições em museus de história [...] Os autores discutem os processos expositivos destas instituições e apresentam as diferentes possibilidades de abordagem de um tema histórico.” (Texto 47/ 2010).

3) *Curadoria como Cuidado*

Curadoria como cuidado foi associado à etapa pós-escavação e análise dos materiais, relacionada à guarda e cuidados das coleções, indicando uma temporalidade para a curadoria após a finalização de outras atividades. Sua aplicação, no entanto, não descreve com clareza quais as características e procedimentos que competem à curadoria, podendo ter sentidos ambíguos e também estar relacionados tanto à procedimentos como um processo mais amplo.

“realizou prospecções, cadastrou dezessete sítios, escavou e analisou material, cuja documentação e materiais estão atualmente sob a guarda e curadoria da Fundação...” (Texto 2/1994)

“torna-se relevante uma legislação específica com orientações efetivas no sentido de lidar com o tratamento de remanescentes

humanos desde o processo de escavação até a curadoria no acervo e os conflitos referentes a repatriação.” (Texto17/2019)

4) *Curadoria como Procedimentos*

O uso mais recorrente do termo curadoria nos textos analisados foi associado a execução de procedimentos. Chama atenção que o termo associado a este sentido, na maioria dos casos, ganha uma conotação autoexplicativa, em que não é despendido espaço para sua descrição nem menção ao referencial teórico que embasou esses procedimentos.

"A continuação da pesquisa, que contempla a ampliação das escavações, a pesquisa sistemática da documentação textual, a curadoria do material resgatado e finalmente a divulgação e musealização da área, representará uma mudança significativa para o conhecimento da história local.” (Texto 6/2021)

“Os objetos escavados passaram por acurada triagem e posterior curadoria, catalogação e análises de todos os vestígios, seguindo as recomendações da literatura especializada.” (Texto 43/2023)

“Logo após a curadoria, o inventário e a análise bioarqueológica em laboratório dos remanescentes humanos do sepultamento 1, pudemos verificar que se trata de um esqueleto parcialmente completo de um único indivíduo adulto.” (Texto 55/2017)

“Todos os materiais coletados em ambos os empreendimentos foram submetidos à curadoria em laboratório. A primeira atividade executada foi a limpeza do material com auxílio de escovas de cerdas macias e água, em alguns casos. Na sequência, realizou-se a triagem de todos os itens, objetivando a exclusão de peças que não figurassem como material arqueológico. Após o processo inicial, realizou-se a numeração ou o tombamento dos artefatos, seguindo a metodologia tradicional de esmalte incolor e tinta nanquim aplicada com ponteiro tipo bico de pena, nas regiões da

peça que não prejudicassem futuras análises e, também, que não anulassem seu apelo estético.” (Texto153/2022)

5) *Curadoria como Processo Curatorial*

O sentido amplo do conceito de curadoria foi identificado enquanto processo, de característica interdisciplinar e perpassando as diferentes etapas da pesquisa arqueológica e contemplando em seu escopo outros sentidos mencionados acima, como o de cuidado e procedimentos.

“curadoria deve ser considerada parte crucial do processo de manejo de recursos culturais, ou de outra forma, o trabalho cuidadoso feito pelos arqueólogos no campo.” (Texto 9/2009)

“No entanto, a curadoria vai além dos trabalhos de arqueologia, pois deve se caracterizar como um processo contínuo, ligado também às futuras instituições de salvaguarda desses acervos arqueológicos e documentais.” (Texto14/2013)

“Embora nos últimos anos as expressões curadoria e processo curatorial tenham sido aplicadas em contextos muito alargados, aqui indicam o conjunto de ações voltadas aos processos de pesquisa, de tratamento e extroversão dos acervos.” (Texto 22/2020).

“Hoje se entende que a gestão de acervos arqueológicos e sua curadoria estão não apenas relacionados à organização desses acervos nos espaços de guarda, sua documentação e protocolos técnicos, mas também, são relativas a todo processo de salvaguarda, conservação preventiva e incluindo a comunicação dos bens arqueológicos.” (Texto 37/2021)

O exercício de identificação de distintos sentidos para o termo curadoria na disciplina arqueológica objetivou diferenciar suas aplicações, mas também compreender qual sentido está de acordo com o conceito de Curadoria Arqueológica enquanto campo de pesquisa. Nesse sentido, foi possível verificar que o termo curadoria, na maior parte dos textos analisados, apareceu de forma bastante rasa, sendo identificado entre uma ou duas vezes ao longo de cada texto, especialmente quando os sentidos estavam relacionados a exposição, cuidado e procedimentos.

É importante ressaltar que com a identificação de sentidos também foi possível perceber diferentes usos do termo em um mesmo texto, como “equipe de curadoria”, a “curadoria de exposições”, a “curadoria dos acervos”, o que me leva a acreditar que mesmo entre os profissionais há uma certa confusão sobre a aplicabilidade do termo. Mesmo com a diversidade de empregos ser tão evidente na área, isso não evitou que a falta de conceituação sobre o que os autores entendem pelo termo curadoria também fosse expressivo nos textos analisados.

Esse tensionamento entre os sentidos do termo curadoria na disciplina arqueológica já foi trabalhado por Sullivan e Childs (2003), o que as autoras colocam como uma característica da arqueologia relacionada a percepção em relação as coleções arqueológicas: “making versus caring”.

A palavra curadoria, que possui uma etimologia de raiz latina de cura, cuidar e/ou preocupar-se, na disciplina arqueológica acabou ganhando outros sentidos para além da sua ligação histórica com a prática de museus de arte, e da sua conceituação por Lewis Binford para se referir ao uso de ferramentas feitas à mão (Buchanan, 2019).

Outro elemento interessante foi a distinção de uma “curadoria científica de coleções” (Brandão e Costa, 2007), que estaria relacionada especificamente à função de pesquisa da materialidade. Nesse sentido, é possível pensar que as particularidades da Curadoria Arqueológica, que congregue os interesses de pesquisa da ciência arqueológica, assim como os preceitos da museologia e conservação, em um **processo** amplo e contínuo, que possa ultrapassar os muros institucionais seja o sentido curatorial que esta pesquisa tem vislumbrado.

Como visto nos exemplos do sentido (5) de curadoria como processo curatorial, essa é uma posição já presente na bibliografia arqueológica nacional. O sentido de curadoria como processo também atende o que Sarah Buchanan (2019) chama de “archaeological curation as assemblage” ou curadoria arqueológica como conjunto (tradução livre), que orienta a reflexão de sistemas que englobam estruturas distintas, como os museus e os repositórios, ou as instituições de guarda e pesquisa, como chamamos no contexto brasileiro. A percepção da Curadoria Arqueológica como processo e campo de pesquisa nos possibilita debatermos sua desroteirização.

1.3. Desroteirizar a pesquisa curatorial

A desroteirização da pesquisa arqueológica curatorial é compreendida por mim como um processo de preservação que preza pela coexistência de diferentes formas de compreender, se relacionar, e salvaguardar os acervos arqueológicos, sejam eles oriundos das disciplinas patrimoniais ou indisciplinados. Essa é uma afirmação necessária diante de um campo que ainda sofre com simplificações e replicações irrefletidas de procedimentos. Sendo assim, a Curadoria Arqueológica não teria um único caminho ou resultado curatorial, mas princípios almejados em caminhos diversos, na busca pela tautocronia da expertise do conhecimento acadêmico e das múltiplas sabedorias sobre o que chamamos de patrimônio arqueológico.

Trazendo reflexões sobre esses (des)encontros entre arqueólogos, coleções e grupos de interesse, a arqueóloga Juliana Machado coloca:

“além de “índices”, sabemos também, que as coisas têm um significado em si, a partir de sua agência - contudo é na *relação* entre as coisas, os lugares e as pessoas que este emaranhado de significados/agências se potencializa e que as narrativas mais profundas podem ser tecidas. Precisamos, portanto, saber das *relações entre as coisas* para poder *falar sobre as coisas*. Precisamos também nos perguntar *para quem* estes objetos retirados de seus contextos de significação podem servir de índice de memória. (Machado, 2021, p. 7)

A gestão de coleções musealizadas possui uma vasta bibliografia e diretrizes acerca de métodos de preservação de acervos. Roteiros, standards, manuais e guias são ferramentas úteis para pesquisas curatoriais, mas não podem ser encarados como soluções de problemas mais profundos, que são de cunho sistêmico. Diante dos elementos da crise curatorial arqueológica, como a insuficiências de recursos humanos especializados (Kersel, 2015), tais mecanismos têm sido aplicados como fórmulas únicas no gerenciamento de

coleções, auxiliando a consolidação de uma visão errônea que desassocia o processo curatorial arqueológico à necessidade de pesquisa.

No caso da arqueologia brasileira, esse cenário é amplificado pelo distanciamento de conhecimentos basilares oriundos da conservação e da museologia, e a insuficiência de equipes interdisciplinares, com museólogos e conservadores nas pesquisas arqueológicas, questões que foram amplamente trabalhadas por Toledo (2017) e Vasconcelos (2020). Sem a pesquisa interdisciplinar necessária para os processos curatoriais, os roteiros são empregados como suporte para uma estrutura instável. Um exemplo recorrente são as replicações de padrões de temperatura e umidade de acordo com uma bibliografia que não foi produzida para o contexto amazônico, ou o monitoramento de medições de ambiente sem a análise e o processamento dos dados.

A lógica de roteiros, como um checklist, deve indicar pontos essenciais que os processos curatoriais devem possuir, mas evitar a padronização de práticas que, por se tratar de ações diretas com patrimônios, devem ser pesquisadas em sua materialidade e para além dela. Dessa forma, a crítica aos roteiros ocorre pelo seu uso errôneo e não pela sua utilização.

Acredito que reafirmar a necessidade da desroteirização da pesquisa curatorial arqueológica pode auxiliar na amplificação de métodos de gerenciamento de coleções arqueológicas no contexto amazônico, oportunizando que outras compreensões sobre o patrimônio arqueológico integrem os processos curatoriais. Tal perspectiva pode possibilitar que os métodos e técnicas das ciências patrimoniais sobre o gerenciamento de acervos se adequem à construção dos processos curatoriais, ao invés do engessamento dos processos curatoriais pelas técnicas.

Nesse sentido, o reflexo da lógica de roteiros em normativas precisa de especial atenção, como a Portaria Iphan 196/2016, que embora represente um grande avanço em termos de gerenciamento de coleções arqueológicas, sem a leitura especializada, padroniza elementos que podem ser geridos de forma distinta sem lesar a conservação física e informacional das coleções. Podemos citar as indicações de perfuração de sacos plásticos, o uso de refrigeração mecânica de ambientes, padrões de temperatura e umidades sem considerar as

distintas realidades continentais do país. Acredito que o caminho de normativas deve ser indicar a necessidade de recursos humanos especializados, a consulta de comunidades de interesse, a pesquisa curatorial embasada, e projetos de conservação e planos museológicos que garantam a multiplicidade de processos curatoriais das coleções arqueológicas.

Diante de tais predispostos, é preciso indagar os roteiros e legislações sobre os processos curatoriais a partir da ênfase do estudo desses processos enquanto campo de pesquisa, a necessidade interdisciplinar para o gerenciamento das coleções arqueológicas, a ampliação dos procedimentos curatoriais e dos atores envolvidos nesse processo para além dos muros institucionalizados.

O debate sobre a desroteirização passa pela busca de caminhos que possam garantir condições para o processo curatorial arqueológico ocorrer sem lesar a fisicalidade e informações dos acervos, ao mesmo tempo em que coloca na centralidade questões sobre o que estamos salvaguardando, porque estamos salvaguardando, como estamos salvaguardando e para quem estamos salvaguardando. Embora ainda incipiente na disciplina arqueológica, “o esforço na direção de uma abordagem decolonial na curadoria de coleções arqueológicas”, conforme proposto por Helena Lina e Cristiana Barreto (2020, p. 51), pode avançar muito através das experiências desenvolvidas com coleções etnográficas (López Garcés & Karipuna, 2021; Silva & Cunha Lima, 2015), especialmente no contexto amazônico.

Para avançarmos em mudanças estruturais na Curadoria Arqueológica, é preciso refletir como os processos museológicos/curatoriais produzem e representam percursos impostos pelas disciplinas às coleções, como isso impacta as comunidades de interesse, e o que pode ser feito para os processos curatoriais abrigarem múltiplos mundos. É preciso construir processos museológicos/curatoriais que estejam comprometidos em refletir em como distintas formas de contar e ordenar o mundo por outros grupos podem conduzir outras linguagens, sistematização e representação sobre as coleções (Schorch et al, 2019, p. 03)

A salvaguarda de múltiplos mundos relacionada à materialidade reconhecida como arqueológica, e inserida no contexto amazônico, sempre me faz retornar a uma situação ocorrida em uma visita à Reserva Técnica do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do IEPA durante a pesquisa da arqueóloga Mariana Petry Cabral, em colaboração com o povo indígena Wajãpi, da qual reproduzo aqui o relato da arqueóloga:

Na primeira visita de Nazaré, pesquisadora e única mulher em posição de chefia entre os Wajãpi, fiquei desconcertada quando ela me inquiriu o motivo pelo qual os ossos de uma urna funerária não estavam guardados dentro da urna. O que para mim nunca havia sido um problema – afinal, guardar as coleções em categorias de tipos de materiais é uma prática básica de curadoria – era claramente uma decisão curiosa para ela. Se havia uma urna funerária, lá era o lugar onde o morto deveria ficar guardado. Separá-los era claramente uma escolha estranha. (Cabral, 2014, p. 73-74)

A questão de Nazaré me acompanha como um lembrete que os sistemas de gerenciamento de coleções são divisões e criações das disciplinas patrimoniais e que nem sempre correspondem às múltiplas percepções de mundos e da materialidade. Como profissional atuando no gerenciamento de coleções arqueológicas, sei que tal proposta, embora represente um grande desafio em termos de acondicionamento, conservação e organização, não é impossível. A ciência da conservação tem avançado muito nas últimas décadas e uma solução para tal questão poderia ser pesquisada e executada em outros formatos. Diante de inúmeras possibilidades de gerar e gerir as coleções arqueológicas, qual a função dos gestores/curadores para desroteirizar nossa prática? Como isso impacta a função científica e social das coleções?

Segundo Fabian (2010), coleções não são compostas de objetos, mas de “memória material”, enquanto memória, possui atribui vitalidade aos objetos, significância histórica e valor aos grupos sociais (Halbwachs, 2004). Alinhada à compreensão que as coleções ultrapassam sua materialidade, cabe questionar o

papel dos profissionais de arqueologia na desroteirização dos processos curatoriais para além dos objetos e em direção à salvaguarda de múltiplas memórias. Sobre nosso papel pouco inovador de curadores dessas coleções, o Fabian (2010, p. 61) ainda ironiza: “O que mais se poderia esperar (poder-se-ia perguntar um tanto cinicamente) de curadores (aqueles que tomam conta das coleções), chamados em toda parte de conservateurs ou Konservatores?”. A crítica, embora ácida, torna-se válida para refletir nosso apego ao protagonismo nas tomadas decisórias sobre o gerenciamento das coleções.

As mudanças que a atualidade impõe ao papel dos curadores também é apontada por Schorch et al (2019, p. 05 e 07) indicando que os procedimentos curatoriais evoluíram nas últimas décadas do cuidar para o criar. Nesse sentido, a figura do curador assume a perspectiva de (re)construir ou criar significados e relacionamentos.

Ao trazer tais problematizações, não pretendo culpabilizar ou descartar a importância dos profissionais que atuam no gerenciamento das coleções, dos procedimentos curatoriais ou mecanismos como roteiros, mas provocar um incômodo reflexivo sobre nossa prática e a aplicação de metodologias. Concordo com Fabian (2010, p. 59) que as mudanças estruturais nos processos curatoriais talvez não sejam encontradas nos parâmetros disciplinares e institucionais existentes. Todavia, acredito que podemos ser parte dessas mudanças, especialmente como facilitadores, através de um esforço para decolonizar e democratizar o acesso e usos das coleções para além da disciplina arqueológica.

Nesse sentido, em vez de descartar o papel do curador, assim como Cury (2009, p.32), o compreendo de forma ampliada, em que “são curadores todos aqueles que participam do processo curatorial” e para sua alteração é preciso garantir uma abertura desses processos. A necessidade de ampliar a participação nos processos arqueológicos curatoriais fica ainda mais latente quando nos debruçamos nas coleções arqueológicas amazônicas, suas diversidades e múltiplos mundos, questão que irei explorar no capítulo a seguir.

Capítulo 2| Coleções arqueológicas amazônicas e seus múltiplos mundos

Os termos ‘coleções’ e ‘acervos’ arqueológicos denotam nossa responsabilidade de salvaguardar conjuntos de objetos, muitas vezes em grandes quantidades, com características e biografias distintas. Diante dessa realidade, criamos definições, subdivisões e sistemas organizacionais desses conjuntos a partir de tradições e pressões disciplinares que melhor atendem aos profissionais da arqueologia (Buchanan, 2019), ao invés do desenvolvimento de gestões compartilhadas que alcancem todo o potencial de pesquisa e comunicação das coleções arqueológicas.

A importância da Curadoria Arqueológica reside na pesquisa e reflexão crítica das tomadas de decisões sobre esses conjuntos de objetos, os agentes envolvidos nos processos curatoriais, sempre atenta às particularidades de cada acervo, coleção e contexto. Desde meu primeiro contato com as coleções arqueológicas salvaguardadas no Norte do Brasil, e tendo tido experiências prévias em outros contextos, o contexto amazônico atribuía uma maior vivacidade aos acervos, o que também traz uma série de questões associadas.

Este capítulo foi pensado para apresentar essa vivacidade, as distintas visões e possibilidades sobre as coleções arqueológicas no contexto amazônico. O objetivo é contextualizar regionalmente as coleções arqueológicas, realizando uma imersão uma imersão à conjuntura amazônica. O capítulo traz uma contextualização sobre a formação das coleções arqueológicas, suas relações interdisciplinares e indisciplinadas entre campos de pesquisa, aldeias,

comunidades ribeirinhas, incluso as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP). Nesse capítulo almejo que, mesmo os que desconhecem a Amazônia e a relevância das arqueologias que permeiam seu contexto, consigam visualizar a pluralidade de perspectivas e relações que atravessam o patrimônio arqueológico na região. A atenção para as particularidades desse panorama é fundamental para reconhecermos a ampliação do conceito e dos domínios da curadoria das coleções arqueológicas para além das paredes institucionais. Aqui ressalto o termo reconhecer como uma ação impreterível no ambiente acadêmico, pois parto do predisposto que múltiplas curadorias arqueológicas amazônicas já acontecem em contextos diversos, tão expressivos quanto os próprios alcances das ciências do patrimônio, e talvez ainda mais presentes no cotidiano.

2.1. Coleções arqueológicas

A complexidade e responsabilidade do campo de pesquisa sobre gerenciamento de coleções arqueológicas perpassa por uma compreensão mais detalhada do que são esses acervos e coleções arqueológicas. Neste tópico viso trazer conceitos e perspectivas das coleções arqueológicas para a arqueologia e as ciências patrimoniais, com o intuito de situar como nós, profissionais do campo, as percebemos, ressaltando possíveis lacunas e desafios contemporâneos.

Parto do princípio de que coleções são construções, fragmentos de um todo inacessível, que significamos de acordo com recortes e delimitações estabelecidos de acordo com os preceitos atuais da disciplina arqueológica.

No Brasil, assim como coleção, o termo acervo é amplamente utilizado, como é descrito e distinguido no Dicionário do Patrimônio Cultural do Iphan:

Um acervo arqueológico corresponde a um conjunto de bens de interesse para a Arqueologia, que tenha resultado de pesquisas arqueológicas ou com potencial para o desenvolvimento de pesquisas do tipo. Sua existência decorre das obrigações legais e éticas de arqueólogas e arqueólogos em preservar os dados coletados e produzidos em suas pesquisas para as futuras

gerações e com vistas à fruição do público em geral, quando for o caso. [...] Ao passo que coleções arqueológicas são distinguidas, em geral, por uma procedência em comum, os acervos arqueológicos são geralmente associados ao conjunto de bens sob guarda de uma mesma instituição ou reunidos em um mesmo local físico – podendo incluir dados oriundos de diferentes projetos de pesquisa e diferentes sítios ou regiões. Deste modo, um acervo pode abrigar distintas coleções. (Saladino & Polo, 2016).

Childs e Sullivan (2004, p. 4) ressaltam que coleções arqueológicas só podem ser assim denominadas se estiverem acompanhadas por um conjunto de registros que documentem seus contextos. Somo a essa colocação a necessidade de ampliação do registro para todos os processos que esses vestígios passam ao longo de sua vida, incluindo, portanto, suas ressignificações e existências dentro das instituições de guarda.

É preciso pensar também nas diferentes maneiras em que os acervos são formados, e como isso reflete, principalmente, nas informações que estão associadas aos mesmos. No exercício de sistematizar o campo de pesquisa da Curadoria Arqueológica, Susan Pearce (1997 p.49) dividiu as coleções arqueológicas encontradas em museus em seis categorias: **1)** Peças únicas ou pequenos grupos encontrados como achados fortuitos, a maioria das vezes com informações de contexto limitadas; **2)** Grandes grupos de peças formados como coleções particulares, às vezes com registros substanciais anexados; **3)** Material de escavações realizadas pela própria instituição, que tendem a estar bem registrados; **4)** Material de escavações efetuadas por outras entidades, pesquisas antigas ou novas, em que seja possível a consulta; **5)** Material oriundo de projetos em que a instituição esteja vinculada; **6)** Material coletado por não-arqueólogos. A autora cita ainda objetos identificados através de detectores de metais, já que seu foco é o Reino Unido, contexto que não se aplica à realidade e legislação brasileira.

Compreender essa categorização e estabelecer nossas próprias divisões institucionais das coleções, identificando o fluxo dos acervos na cadeia produtiva e operatória da arqueologia e museologia é um passo importante para a

elaboração de diagnósticos e políticas de gerenciamento, tanto em níveis micro, como macro.

Em nível mundial foi possível perceber, nas últimas duas décadas, um crescente interesse sobre o estado das coleções arqueológicas e sobre o que elas revelam sobre a própria disciplina arqueológica. Segundo a autora Samantha Wolff (2019, p. 9), essa análise sobre as coleções arqueológicas tem sido informalmente denominada de "arqueologia da arqueologia", uma autoanálise importante para os profissionais da arqueologia que nos torna mais conscientes de nosso passado e presente, e nos permite realizar transformações na disciplina.

Por acreditar no potencial da disciplina arqueológica revisar suas práticas também através da gestão dos acervos, propus esse caminho de partir da crise curatorial, rever nosso debate sobre curadoria dentro da disciplina, para alcançar um olhar cuidadoso para o contexto amazônico e suas coleções.

Essa autoanálise através das coleções, proposta por Wolff (2019), é um grande desafio no contexto brasileiro. Pensar a definição e a formação das coleções arqueológicas para além da somatória de ações e resultados de pesquisa, definir o perfil dos acervos, e elaborar políticas de coleções ainda é um movimento incipiente no Brasil, porém extremamente importante para o futuro científico e social delas.

A realidade das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos no Brasil, todavia, têm demonstrado a carência de teorias e métodos de documentação arqueológica/museológica que auxiliem esse processo e otimizem o uso científico e social dos acervos. O atual status das coleções arqueológicas brasileiras possui um déficit de dados e diagnósticos quantitativos e qualitativos que limitam aferir com precisão a situação das coleções arqueológicas no país. No entanto, essa lacuna de informações, em si, é um indicativo que ainda há muito por fazer.

Essas questões já têm sido debatidas de forma sistemática por um pequeno, mas obstinado, grupo de profissionais na arqueologia brasileira (Costa, 2019; Toledo, 2017; Saladino, 2017; Wichers, 2010; Ribeiro, 2013; Bruno, 1999), pelo menos nas últimas duas décadas, especialmente a partir da ampliação da própria disciplina arqueológica no país nos anos 2000. O acelerado crescimento

das coleções arqueológicas, oriundo de pesquisas ligadas ao licenciamento ambiental, intensificou o surgimento de novas problemáticas (Bruno & Zanettini, 2007, p. 2), e tem despertado o tema para muitas instituições.

Se o gerenciamento de coleções demanda a responsabilidade de reunir, classificar, selecionar, conservar e comunicar os objetos que as compõem (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 32), os passos para trilhar esse caminho precisam ser amplamente debatidos. Essa responsabilidade torna latente a necessidade de discutirmos o papel da arqueologia sobre as coleções, conectando as pesquisas arqueológicas com os anseios atuais e futuros sobre os acervos arqueológicos. É preciso planejarmos hoje como serão as coleções arqueológicas no futuro.

2.2. Coleções arqueológicas amazônicas

Após uma visão acadêmica do que reconhecemos como coleções arqueológicas de modo geral, neste tópico busco trazer outras perspectivas, como experiências de arqueologias colaborativas e mesmo fora dos campos disciplinados, de como as pessoas se relacionam com o que chamamos coleções arqueológicas. O objetivo é demonstrar as muitas facetas do patrimônio arqueológico na Amazônia, que está nos grandes centros urbanos, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no meio urbano, enfeitando casas, sendo constantemente colecionado e ressignificado, estabelecendo relações entre comunidades e o patrimônio arqueológico. Como exemplifica Marcia Bezerra:

[...] as ativas e cotidianas relações que as comunidades locais da região têm com as coisas do passado implicam a necessidade de se pensar sobre a lógica de construção de outras epistemes. Na Amazônia é frequente observar que as casas se assentam sobre os sítios arqueológicos. Urnas funerárias e outros vasilhames servem como armazenadores de água e/ou farinha. Os moradores aproveitam os sítios de terra preta para fazer suas roças. As crianças, por sua vez, brincam com fragmentos de cerâmica, guardam objetos encontrados na beira de rios, igarapés, nas ruas

de terra e formam pequenas coleções (Ravagnani,2011). Há ainda registro do uso de cacos de cerâmica como conservadores de umidade em vasos de plantas e até uma garrafa de grés aproveitada como vaso de flores (Moraes, 2012). (Bezerra, 2013, p.110)

Múltiplas formas de ver e viver o mundo são latentes na Amazônia, assim como suas intercessões e interfaces. A maior floresta tropical do mundo, com cinco milhões e meio de quilômetros quadrados, a Amazônia está na centralidade da pauta mundial no combate às mudanças climáticas¹³, ao mesmo tempo que a região Norte apresenta uma das piores taxas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Neste contexto, o ancestral pode esbarrar com o lado mais cruel do capitalismo, e “o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil tem frequentemente se mostrado incompatível com a agenda da Arqueologia mundial” (Rocha et al, 2013, p. 132).

Os tensionamentos entre os modos de viver na região amazônica são colocados por Helena Lima da seguinte forma:

Se, de um lado, o bem viver e suas várias equivalências ameríndias rompem com os conceitos ortodoxos do capitalismo e do desenvolvimentismo, sua apropriação discursiva por indígenas e não indígenas reflete as drásticas mudanças que a região amazônica tem passado nos últimos 20 ou 30 anos, nas metrópoles e também nas comunidades de pequena escala e de povos indígenas e tradicionais, aonde grandes projetos de desenvolvimento, geralmente a serviço do capital, ameaçam o “bem viver” das comunidades locais. (Lima, 2019, p. 27)

Neste cenário complexo e de disputas, as coleções arqueológicas são mais um elemento que perpassa posicionamentos de como percebemos e almejamos o futuro não somente da disciplina arqueológica, mas também da

¹³ Fonte: Imazon <https://imazon.org.br>

região amazônica e qual será o papel da arqueologia inserida nesses tensionamentos políticos, econômicos e sociais.

Se as coleções são recortes de um todo, criadas a partir de um critério escolhido, e guardadas com zelo de acordo com padrões próprios, como Marcia Bezerra coloca (2023, p. 33) que somos “nós que inventamos a materialidade dos acervos, o conceito de acervos, a função dos acervos e as estratégias para sua gestão”, podemos considerar que há muitas coleções arqueológicas amazônicas que nem a disciplina arqueológica, nem os órgãos governamentais têm conseguido abarcar de forma ampla.

Especialmente no contexto da arqueologia amazônica, debates como é possível pensar as múltiplas formas de salvaguardar os mundos que cabem nas coleções arqueológicas têm suscitado um debate profícuo envolvendo não somente profissionais da arqueologia, mas comunidades e Iphan. Bianchezzi e colegas indicam que:

Sabendo que o ato de colecionar (e a lógica subjacente que fundamenta uma curadoria e organiza uma exposição), se fazem dentro do campo social e histórico em cada tempo e lugar, conhecer esses regimes diferenciados de materialidades às coleções domésticas permite adentrar lógicas outras de cuidado e assim perceber formas mais efetivas de gestão (Bianchezzi et al, 2021, p. 32).

Sobre essas outras lógicas, Marcia Bezerra tem se debruçado nos últimos anos sobre as práticas recorrentes nas comunidades em colecionar achados fortuitos, que a autora nomeia como “coleccionamento” (Bezerra, 2018). Segundo Bezerra (2011, p. 58), “moradores formam pequenas coleções de louças, cerâmicas e moedas coletadas, sobretudo, pelas crianças. A formação dessas ‘coleções domésticas’ é recorrente na Amazônia, em especial nas vilas assentadas sobre antigas aldeias.”

Distintas maneiras de perceber as coleções arqueológicas, especialmente as salvaguardas nas Reservas Técnicas, também já foram trabalhadas por mim (Pereira, 2012; 2015; 2019), ao perceber que a divisão entre as coleções salvaguardas/institucionalizadas e outras formas de colecionar e se relacionar

com o patrimônio arqueológico se confundiam em muitas interações intra e extra muros institucionais.

Sobre a multifacetada característica das coleções arqueológicas na Amazônia, Jácome *et al*, (2000, p. 308) trazem o oportuno conceito de acervos epistêmicos:

Os acervos arqueológicos e etnográficos, dispostos em museus ou laboratórios de instituições de pesquisa e ensino, revelam uma pluralidade de saberes, tecnologias, intercâmbios culturais e estratégias de sobrevivência desenvolvidas por múltiplos povos em diferentes contextos e temporalidades. Por isso, denominamos “acervos epistêmicos” o valioso conjunto de material cultural organizado nessas coleções. Os acervos epistêmicos na Amazônia possuem um papel fundamental na conexão e compartilhamento de saberes quando são acessíveis.

Embora seja um desafio do ponto de vista da legislação patrimonial vigente, não podemos ignorar o fato de que existe uma grande quantidade de coleções arqueológicas na Amazônia que não se encaixam nos modelos previstos das Instituições de Guarda e dos Museus. As coleções domésticas estão presentes por toda região amazônica, impulsionadas pela densidade de vestígios, pelo seu apelo estético, ricamente decorados, e à forma intrínseca ao ser humano em se relacionar com as materialidades.

Essa não é uma questão de fácil solução, ou de solução única, pois possui muitas nuances. Enquanto profissionais do patrimônio, não podemos incentivar que uma intervenção em sítios arqueológicos e seus vestígios seja realizada sem as devidas condições, sabendo que a menor das ações pode representar a perda e destruição de contextos, vestígios e informações. Por outro lado, não podemos tratar como criminosas as comunidades e pessoas que estão vivendo próximas a sítios arqueológicos, e onde há pouca informação sobre arqueologia, ou mesmo ignorar que tais práticas também influenciam como gerimos as coleções arqueológicas institucionalizadas.

Abro uma ressalva aqui, que não estou tratando de colecionadores que adquirem vestígios arqueológicos através de sua comercialização ilegal, mas de pessoas ou grupos que vivem sobre patrimônios arqueológicos e, à sua maneira, coletam, ordenam, guardam e criam explicações e significações sobre ele. É preciso elucidar que ao tratar do assunto não estou incentivando qualquer intervenção em sítios arqueológicos sem as devidas autorizações, mas trazendo para o debate uma realidade massiva no território amazônico quando falamos de acervos arqueológicos.

Em suas pesquisas, a arqueóloga Marcia Bezerra (2011; 2017; 2018) tem exposto a complexa relação das pessoas e as coisas do passado na Amazônia, entre elas as coleções domésticas, e como estamos longe de uma mudança sistêmica que atenda comunidades e profissionais do patrimônio. Embora ainda não estejam mapeadas para conseguirmos quantificar ou qualificar essas coleções, sabemos que muitas vezes, quando suas existências chegam ao conhecimento de profissionais do patrimônio, acabam sendo enviadas para Instituições de Guarda reconhecidas pelo Iphan. A doação acaba sendo um caminho comum, mas muitas vezes é feito a contragosto do doador.

Este estudo não vai abordar diretamente as coleções arqueológicas domésticas, mas sim, como as Instituições estão se relacionando com essas coleções, conhecimentos e pessoas, pois acredito que a forma como gerimos as coleções arqueológicas salvaguardadas nas IGP pode auxiliar a mudar esse distanciamento entre academia e comunidades, propondo mudanças sistêmicas.

Na disciplina arqueológica amazônica, há um avanço inegável quanto à construção de conhecimentos de forma horizontalizada, com a participação de não-arqueólogos nas pesquisas, essa mudança, no entanto, tem demorado para chegar nos processos arqueológicos curatoriais. Associados às coleções etnográficas, por outro lado, encontramos diversas experiências e um maior reconhecimento da importância da participação de comunidades na gestão dos acervos, mas é preciso questionar o quanto essas colaborações efetivamente transformam a forma que os processos curatoriais ocorrem. Sobre essa crítica, a partir das colaborações indígenas e do que intitulam *Curadorias do invisível*, López Garcés e Karipuna (2021, p.105) colocam:

Avançar na implantação de curadorias compartilhadas deste tipo de coleções exige uma verdadeira transformação na forma de trabalhar das instituições que as guardam, a fim de garantir uma estreita colaboração com os povos indígenas e demais populações artífices dos objetos ali guardados, atores que, além de contribuírem com os seus conhecimentos e pontos de vista a contextualizar e dar significado aos objetos musealizados, vem suscitando também questionamentos epistêmicos, éticos e políticos, para repensar e redefinir o papel dos museus e o ato de colecionar objetos de diversas sociedades.

Esses questionamentos são primordiais também no contexto das curadorias arqueológicas amazônicas, em que o número de Instituições de Guarda é muito menor que em outras regiões, impondo grandes distâncias entre acervos e comunidades; onde há muitos sítios arqueológicos em que conexões entre os vestígios e moradores são latentes; e onde existe uma rica diversidade cultural que relaciona lugares, acervos, pessoas e seres.

Quando observamos o mapa das Instituições de Guarda na Amazônia brasileira, e as proporções territoriais versus a quantidade de Instituições, não há como não levantarmos a questão da acessibilidade dessas coleções para a população. Há uma centralidade das Instituições nos grandes centros urbanos amazônicos, criando lacunas territoriais. No Amapá, por exemplo, onde as IGP estão todas em Macapá, moradores do município do Oiapoque precisam percorrer cerca de 580km até a capital para terem acesso às coleções. No caso do Amazonas, a distância em linha reta entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira, considerada a cidade mais indígena do Brasil, é 862.56 km, mas a distância de condução é 1,702 km, representando dias de viagem.

Sobre a importância da interiorização para o acesso da população às coleções arqueológicas, docentes do curso de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) destacam como a localização da Instituição de Guarda, longe dos grandes centros urbanos, reflete também sobre a característica das coleções. Eles colocam:

Grande parte da acessibilidade do acervo do Laboratório se dá por sua localização e pela forma como os sítios e vestígios arqueológicos interagem com a população amazonida. Gerenciamos uma das principais reservas técnicas (RTs) do interior da Amazônia. Quase todos os outros locais que abrigam coleções no interior da Amazônia são frutos de iniciativas pessoais ou de pequenos coletivos [...]. É muito comum que es professores, es gestores de cultura e integrantes de igrejas guardem ou mesmo exponham material. Boa parte das doações que recebemos são oriundas dessas pequenas coleções locais, quando indivíduos ou coletivos, ao valorizarem os vestígios arqueológicos, decidem que eles precisam ser guardados por arqueólogos profissionais (Jácome *et al*, 2020, p. 311).

Compreender os desafios do gerenciamento de acervos arqueológicos na Amazônia precisa ultrapassar os muros institucionais, para conectar nossa prática profissional com a realidade que estamos inseridos, e trazer respostas metodológicas que atendam as demandas da sociedade. O momento para essa reflexão é oportuno, já que recentes legislações têm impulsionado muitas Instituições a fazerem o movimento de adequação de seus espaços e políticas de coleções, criando um contexto profícuo para mudanças estruturais de como percebemos e realizamos a Curadoria Arqueológica.

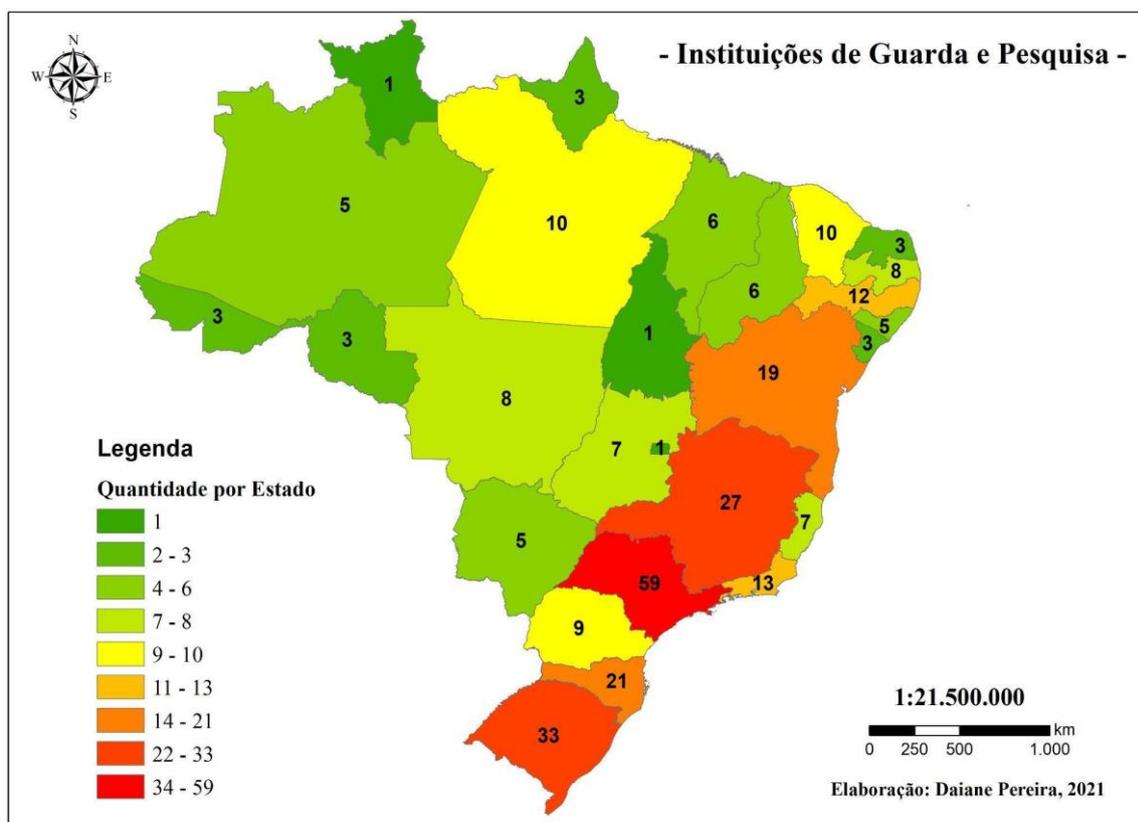
2.3. Instituições de Guarda e Pesquisa na Amazônia

Neste terceiro tópico culmino com a apresentação dos locais/ mecanismos/ processos que alicerçaram minhas reflexões sobre a salvaguarda desses muitos mundos amazônicos que cabem no patrimônio arqueológico no Norte do Brasil.

Para a realização do estudo, optei por analisar as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP), nomenclatura utilizada pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan) para as instituições que possuem permissão para salvaguardar vestígios arqueológicos em caráter permanente. Tal registro ocorre no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP), acessível pelo site do órgão. O cadastro é um mecanismo relativamente recente, criado em 2014 com o início do Programa de Fiscalizações às instituições de guarda e instituído em 2016 com a Portaria Iphan nº196/2016.

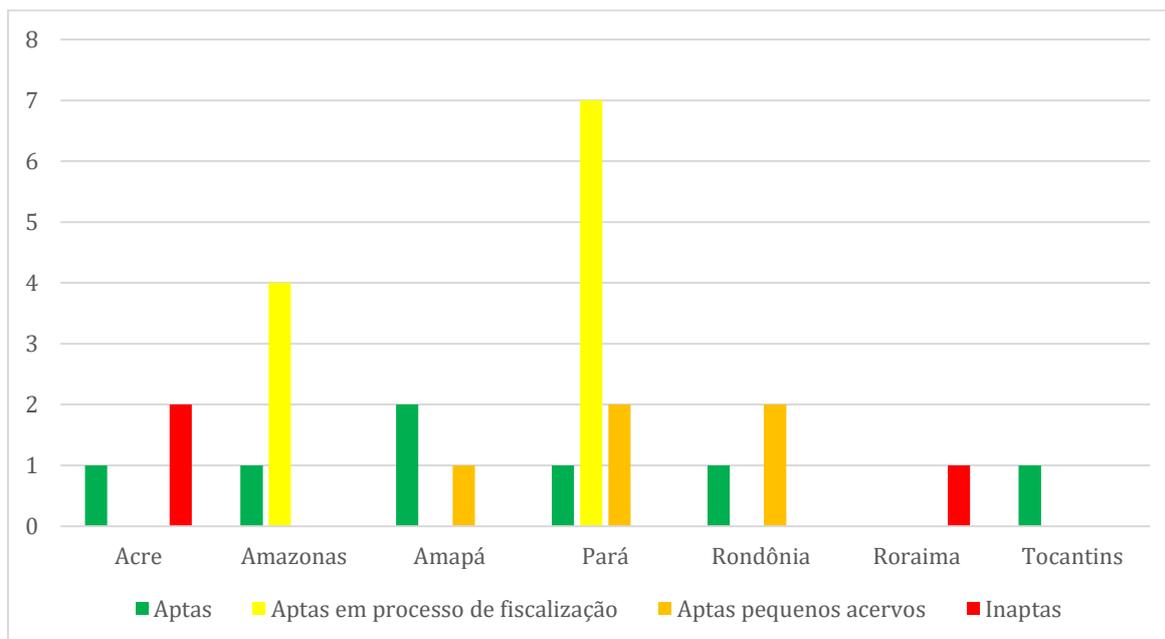
Figura 6. Mapa da quantidade de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dividida pelos estados brasileiros.



Alicerçadas pela Portaria Iphan nº 483/2015, as fiscalizações devem ocorrer periodicamente e classificam as instituições em “aptas”, “aptas com condicionantes” ou “inaptas” a receber a guarda de bens arqueológicos. Essa classificação é o resultado do preenchimento de um Formulário de Fiscalização interno do Iphan (Ordem de Serviço 02/2016) que “averigua a estrutura, equipe, setores, atividades, problemas, documentação, gerenciamento, estado de

conservação do acervo, além do seu armazenamento e acondicionamento” (Iphan, 2020).¹⁴

Figura 7. Gráfico com o quantitativo de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na região Norte brasileira, divididas por estado e situação para receber novos acervos: inaptas, aptas e aptas com algum condicionante, em processo de fiscalização ou apenas para pequenos volumes de acervos. Dados de 2023.



A criação do CNIGP, do Programa de Fiscalização e a publicação da Portaria Iphan nº196/2016, embora ainda com pontos a serem aprimorados, representam um enorme avanço, pois instigaram a discussão sobre a gestão dos acervos arqueológicos em âmbitos antes pouco alcançados. Pequenas instituições e museus, que muitas vezes não contam com profissionais de arqueologia em seus quadros, mas salvaguardam bens arqueológicos e emitem endosso para pesquisas, também foram instigados a refletir e se adequar com os parâmetros de preservação exigidos pelo Iphan.

O Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos foi utilizado para definir as instituições estudadas. Dos nove estados que compõem a Amazônia brasileira, trabalho com o recorte regional dos estados pertencentes ao Norte do país: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia,

¹⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1309> Acessado em fevereiro de 2020.

Roraima e Tocantins. Juntos, eles possuem vinte seis IGP, que além de comungarem as peculiaridades amazônicas, também compartilham as especificidades regionais do Norte.

Uma exígua análise sobre a gestão do patrimônio arqueológico na região Norte nas últimas duas décadas já havia sido realizada por Cabral, Pereira e Bezerra (2018). Através de dados cedidos pelo Iphan, as autoras se debruçaram sobre um panorama geral, e entre os tópicos abordados estão as IGP e a gestão das coleções arqueológicas. Para contribuir com esta reflexão, vale ressaltar os seguintes apontamentos no artigo: a) a importância do caráter colaborativo no gerenciamento das coleções; b) a aceleração do crescimento das coleções devido à arqueologia preventiva; c) disparidade do tamanho do território da região Norte com o número de IGP; d) a tardia introdução de critérios para autorização de guarda nas IGP; e) a dificuldade das comunidades terem acesso às coleções arqueológicas salvaguardadas, seja pelo desconhecimento de sua existência ou pelo seu distanciamento físico; f) a incipiência de pesquisas para o gerenciamento das coleções; g) a escassez de recursos humanos especializados no tema.

Essa síntese de tópicos nos auxilia a pensar as singularidades e similaridades do gerenciamento das coleções arqueológicas nas IGP da região Norte. Sendo necessário, todavia, um aprofundamento para além do dado bruto disponibilizado pelo órgão fiscalizador, para percebermos as nuances além dos números.

Desta forma, um processo de criação de uma metodologia que pudesse reconhecer as biografias curatoriais dessas Instituições iniciou com a realização de um perfil preliminar de cada uma delas. O levantamento de informações que pudessem auxiliar na identificação de variantes e similitudes foi fundamental para ultrapassar uma metodologia que as avaliasse de forma análoga e que buscasse reconhecer processos e perfis distintos.

Foram definidas algumas informações que pudessem categorizar essas Instituições em um primeiro momento, para auxiliar a priorizar uma abrangência de estudo de modo que contemplasse todas as categorias. Inicialmente categorizei as Instituições por estado, aptidão (aptas e inaptas para conceder novos endossos) e responsável (natureza mantenedora, municipal, estadual,

federal e/ou privada). O acesso aos pareceres técnicos das vistorias às IGP realizadas pelo Iphan, disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), me auxiliaram a compreender a situação das Instituições antes da realização das entrevistas com os interlocutores. A leitura dos pareceres foi importante para conhecer melhor a realidade das Instituições, mas também para identificar as nuances no fluxo normativo do Iphan e suas diferenças estaduais.

Com o objetivo de auxiliar a visualização do panorama estudado, faço neste capítulo uma relação simplificada das Instituições de Guarda e Pesquisa contempladas pela pesquisa, deixando para os capítulos subsequentes a sistematização das entrevistas e a análise dos elementos das biografias curatoriais.

É importante ressaltar que ao longo da tese evitei manifestações individuais sobre as Instituições de forma nominal, optando por expor questões norteadoras para o estudo do tema na conjuntura regional. Essa escolha está relacionada com o objetivo da pesquisa em não abrir espaços para leituras equivocadas que possam levar a culpabilizações. Tal posicionamento também foi fundamental para iniciar um diálogo com as IGP, eximindo a pesquisa de um caráter avaliador para uma posição de diálogo sobre os processos curatoriais,

Tabela 2. Lista das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nº	UF	Instituição	Responsável	Cidade	Aptidão
1	AC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Rio Branco	Apta
2	AC	Fundação Elias Mansour	Governo do Estado do Acre	Rio Branco	Inapta, sem interesse em endossar

3	AC	Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil	Prefeitura Municipal de Rio Branco	Rio Branco	Inapta, sem interesse em endossar
4	AM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – Governo Federal	Tefé	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
5	AM	Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Manaus	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
6	AM	Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)	Associação privada Museu da Amazônia	Manaus	Apta
7	AM	Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas	Manaus	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
8	AM	Prefeitura Municipal de Itacoatiara	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas	Itacoatiara	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
9	AP	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP)	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Macapá	Apta
10	AP	Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq / Instituto de Pesquisas Científicas	Governo do Estado do Amapá	Macapá	Apta

		e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA			
11	AP	Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva	Governo do Estado do Amapá	Macapá	Apta a receber pequenos volumes de acervos
12	PA	Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)	Prefeitura Municipal de Marabá	Marabá	Apta a receber pequenos volumes de acervos
13	PA	Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Santarém	Apta a receber pequenos volumes de acervos
14	PA	Museu Paraense Emílio Goeldi	Governo Federal	Belém	Apta
15	PA	Museu do Forte do Presépio	Governo do Estado do Pará	Belém	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
16	PA	Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo	Associação privada Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo	Cachoeira do Arari	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
17	PA	Parque Zoobotânico de Carajás - Parque Zoobotânico Vale	Companhia Vale do Rio Doce	Carajás	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.

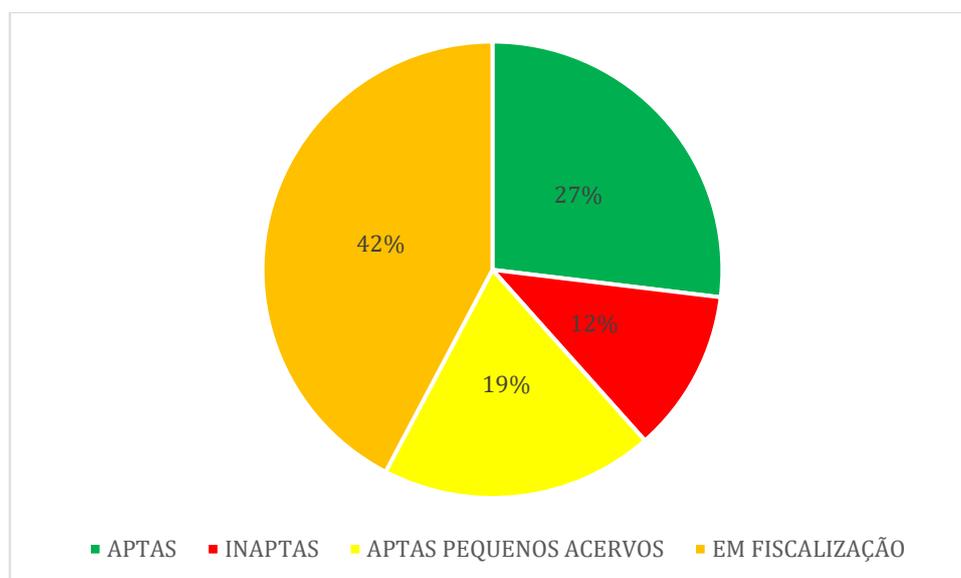
18	PA	Museu do Estado do Pará	Governo do Estado do Pará	Belém	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
19	PA	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Arqueologia (NPEA) - Laboratório Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF)	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
20	PA	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Prefeitura Municipal de Tucuruí	Tucuruí	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
21	PA	Universidade Federal do Pará (UFPA) - campus Altamira	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Altamira	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.
22	RO	Museu de Arqueologia (MAR)	Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Ariquemes	Ariquemes	Apta a receber pequenos volumes de acervos
23	RO	Museu Regional de Arqueologia de Rondônia	Prefeitura Municipal de Presidente Médici	Presidente Médici	Apta
24	RO	Departamento de Arqueologia (DARQ)	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Porto Velho	Apta a receber pequenos volumes de acervos
25	RR	Museu Integrado de Roraima	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de	Boa Vista	Inapta

			Roraima (FEMARH/RR)		
26	TO	Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)	Palmas	Apta

Ao analisar o panorama geral das IGP na região Norte brasileira, dois elementos são essenciais para iniciar o debate sobre a capacidade de salvuardarmos o patrimônio arqueológico: a quantidade e as condições das Instituições responsáveis por sua guarda. Nesse sentido, nos chama a atenção a disparidade quantitativa das IGP na região Norte, que embora possua a maior extensão entre as 5 regiões do país, concentra apenas 9% do total de 288 Instituições reconhecidas pelo Iphan.

Das 26 IGP da região Norte, embora somente 3 (12%) das Instituições estejam inaptas para receber novos acervos, há uma quantidade expressiva de 11 (42%) que estão classificadas temporariamente como aptas, porém ainda não passaram por processo de fiscalização. Outras 5 (19%) Instituições estão classificadas como aptas, mas possuem a condicionante de receber apenas pequenos acervos devido a sua limitação física. Apenas 7 (27%) das Instituições passaram pelo processo de fiscalização do Iphan e foram classificadas como aptas sem condicionantes.

Figura 8. Gráfico da aptidão das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte brasileira para receberem novos acervos. Dados de 2023.



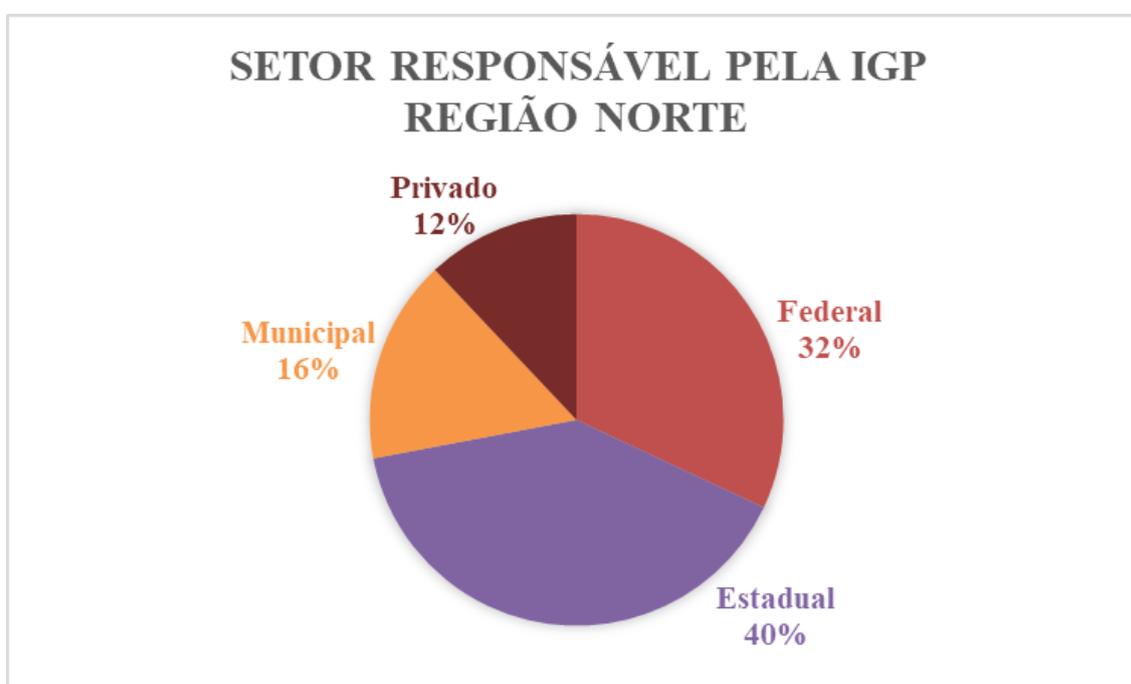
Os pareceres dessas fiscalizações estão acessíveis no Sistema Eletrônico de Informações do Iphan e podem ser pesquisados através dos nomes das Instituições e/ou solicitados diretamente ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA). O acesso aos processos de fiscalização demonstra que mesmo com a padronização avaliativa através do Formulário de Fiscalização interno do Iphan (Ordem de Serviço 02/2016), que é preenchido em vistorias realizadas por técnicos das superintendências estaduais, e analisado em uma etapa final pelo CNA, há diferenças substanciais nos pareceres e encaminhamentos às Instituições. Mesmo as sete Instituições consideradas aptas possuem recomendações de adequações, que variam desde melhorias estruturais, contratação de recursos humanos e implementação de políticas de acervos. Neste ponto é importante ressaltar o avanço que as fiscalizações do Iphan representam em direção à garantia de que o patrimônio arqueológico seja efetivamente salvaguardado, mas é preciso pesquisar como as IGP estão respondendo a esse cenário.

Os movimentos de adequação e atendimento a condicionantes e recomendações geradas pelas vistorias e fiscalizações do Iphan às IGP na região Norte, que perpassam recursos estruturais, humanos e financeiros, são elementos importantes para avaliarmos a capacidade das Instituições serem sustentáveis em

seu funcionamento, assim como averiguar se os mesmos estão sendo realizados embasados em pesquisas de ciências patrimoniais.

No gráfico abaixo podemos visualizar a divisão de responsabilidade de manutenção das Instituições por setores federais, estaduais, municipais e iniciativas privadas. Essa identificação será importante para entrecruzar com os dados oriundos das entrevistas e correlacionar com as biografias dos processos curatoriais.

Figura 9. Gráfico dos setores responsáveis pelas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte brasileira.



Este levantamento preliminar, que antecedeu o contato e as entrevistas com os interlocutores das Instituições de Guarda e Pesquisa, foi realizado através de dados oriundos no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP) e dos pareceres das vistorias do Iphan às IGP. A sistematização dessas informações me auxiliou a elencar temas norteadores que foram a base do diálogo com as Instituições:

a) A capacidade de manutenção de recursos a médio e longo prazo com os setores mantenedores;

b) A presença/ausência de recursos humanos especializados e interdisciplinares na gestão das coleções;

c) A existência de projetos de pesquisa para o planejamento e execução das adequações dos acervos e Instituições;

d) A documentação dos processos curatoriais como o registro das escolhas tomadas no gerenciamento das coleções;

e) A conexão do processo curatorial com os demais campos da pesquisa arqueológica, como os estudos de campo, laboratoriais, e a extroversão e construção de conhecimentos com os demais setores da sociedade.

As distintas realidades das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte fornece uma interessante amostra da realidade das IGP no país e nos desafia a reflexionar sobre a gestão das coleções arqueológicas salvaguardadas. Há alguns anos venho trabalhando sobre o papel das Reservas Técnicas na gestão das coleções arqueológicas (Pereira, 2015), nesta pesquisa retorno a essa discussão como ponto de aproximação com as Instituições de Guarda e Pesquisa na região Norte, conforme irei explorar no capítulo a seguir.

Capítulo 3| Reservas Técnicas de arqueologia como mecanismos de salvaguarda

Neste capítulo vou detalhar as Reservas Técnicas, enquanto suas existências, criações, gerenciamentos e funções, explorando noções atuais de seu papel não apenas como espaço, mas também como mecanismo de salvaguarda das coleções arqueológicas. A partir da delimitação da Reserva Técnica de arqueologia como mecanismo e um estratégico ponto de partida para uma proposta de diálogo com as Instituições, apresento princípios metodológicos para as entrevistas realizadas com seus profissionais e para as visitas às IGP em busca de compreender suas biografias curatoriais e caminhos de desroteirização da salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Hedley Swain (2007, p. 92) coloca que a disciplina arqueológica tem utilizado mal suas coleções salvaguardadas, desperdiçando grande potencial de pesquisa e extroversão, e que a falta de dados qualificados sobre a realidade das coleções arqueológicas nas Reservas Técnicas dificulta alterarmos essa situação.

A qualificação dos dados das coleções arqueológicas nas Reservas Técnicas passa por sermos capazes de fazer equações com as informações oriundas das pesquisas arqueológicas: Quantas coleções arqueológicas temos salvaguardadas em Reservas Técnicas? Em quais reservas técnicas estão? Quais vestígios arqueológicos e suas quantidades? Que público tem acessado essas coleções? Com que frequência tem acessado? Quais são os valores

empregados para a manutenção dessas coleções e Reservas Técnicas? Em que áreas do processo curatorial esses valores têm sido empregados? Quais as fontes mantenedoras desses investimentos? E qual porcentagem desses valores reflete nos valores empregados nas pesquisas arqueológicas?

O atual contexto da região Norte, e do Brasil, em geral, ainda não possui seus dados sobre a gestão dos espaços de guarda documentados e sistematizados ao ponto de conseguirmos responder todas essas questões. Todavia, movimentos recentes, como o aumento de pesquisas sobre a gestão de coleções arqueológicas e a ampliação da atuação do Iphan junto às Instituições de Guarda, tornam possível fazermos reflexões pertinentes sobre a salvaguarda das coleções arqueológicas.

Swain (2007, p. 94) nos convida a pensar um sistema em que as pesquisas arqueológicas atuais obrigatoriamente estejam conectadas com uso dos acervos já desvelados, e que os profissionais da arqueologia estejam integrados aos procedimentos curatoriais que impactam as Reservas Técnicas de tal forma que essa relação não esteja limitada apenas à comunicação e ‘depósito’ dos vestígios, mas seja um trabalho conjunto e codependente.

3.1. Reservas Técnicas como mecanismos

Sintomas da crise curatorial arqueológica, como a limitação dos processos de comunicação dos conhecimentos e vestígios arqueológicos, e a verticalidade nas tomadas decisórias sobre as coleções são uma realidade corrente no contexto brasileiro, isso mantém os acervos maciçamente armazenados e distantes da população, enquanto uma pequena parcela das coleções consegue atingir sua função científica e social. Frente ao desafio de reestruturar a gestão das coleções arqueológicas e seus processos curatoriais, a Reserva Técnica, mecanismo de salvaguarda, “não deve ser encarada como um depósito fechado, um lugar criado apenas para guardar aquilo que não cabe em uma sala de exposição” (Braga, 2003, p. 31).

A percepção dos locais de guarda como mecanismos de preservação física, informacional e social, focados também na função de extroversão é um

tema incipiente na arqueologia brasileira. No entanto, a preocupação com multivocalidade na gestão dos acervos salvaguardados tem ocorrido em outros segmentos culturais apoiados em princípios da museologia e antropologia (Museália, 2010, p. 48).

No amplo domínio da Curadoria Arqueológica, as Reservas Técnicas sempre foram meu ponto de partida para as reflexões, não como um local, mas como um mecanismo que comporta e define em sua política os processos curatoriais dos acervos arqueológicos na Instituição, e durante as etapas que antecedem seu ingresso institucional. Neste capítulo, discuto as Reservas Técnicas através da Curadoria Arqueológica, apresentando suas definições, funções e possibilidades para a arqueologia e os anseios sociais, para que elas integrem um movimento de solução à crise curatorial.

Ao fim deste capítulo, almejo que seja possível vislumbrar diferentes perspectivas das Reservas Técnicas e, por meio delas, possibilidades de estudo e gerência dos acervos arqueológicos na Amazônia brasileira. Associado ao objetivo de ressignificar a visão das Reservas Técnicas, propondo uma metodologia focada na biografia dos acervos, nos processos curatoriais e na desroteirização da salvaguarda como caminhos da pesquisa curatorial

Tenho utilizado a nomenclatura amplamente conhecida como Reserva Técnica para tratar os espaços e mecanismos de salvaguarda e extroversão das coleções arqueológicas institucionalizadas, todavia, o termo carrega em si as marcas de um processo histórico que definiu sua origem como local de estocagem, característica que pode ser observada na sua terminologia em português, mas também em outras línguas: depósitos, armazéns, repositório (português), almacéns (espanhol), repository, storage room (inglês), reserves (francês).

A origem do espaço da Reserva Técnica aconteceu, segundo Joana Amaral (2012, p. 2), quando se deixou os gabinetes de curiosidades para buscar apresentar o patrimônio de forma mais atrativa e para um público mais diversificado. Foi a necessidade de selecionar o que iria ser exposto que criou a demanda de uma quantidade maior de objetos, surgindo a Reserva Técnica como local de guarda.

Nesta linha surge o "repositório" a reserva. A área de reserva é concebida como uma zona privada, fechada, por oposição à de exposição, aberta, pública. O antagonismo entre estes dois espaços suscitou novas práticas de conservação preventiva a par da evolução do conceito de reserva, mencionada primeiramente como armazém depósito ou arrecadação (Amaral, 2011, p. 2)

Como herança do seu surgimento, a visão antagônica das funções das reservas e das exposições deixa marcas não somente nas nomenclaturas, mas em como compreendemos a gestão das coleções. O alargamento das funções das Reservas Técnicas no processo curatorial tem sido amplamente debatido nas disciplinas patrimoniais, com experiências consolidadas aplicadas à arqueologia sendo realizadas no Brasil e na região amazônica (Pereira, 2015; Lima e Barreto, 2020). Dessa forma, as Reservas Técnicas devem:

- (i) Responder às exigências da conservação, limitando e antecipando os riscos de degradação, substituindo-os por condições favoráveis de conservação.
- (ii) Facilitar o acesso às coleções, a fim de favorecer o estudo e a difusão dos bens culturais.
- (iii) Permitir a movimentação das coleções, garantindo a preservação e a segurança dos bens culturais. (Mirabile, 2010, p. 05)

As funções que as Reservas Técnicas desenvolvem estão diretamente ligadas à definição que lhes é atribuída, na política institucional e de coleções, assim como o próprio delimitar do fluxo curatorial. No manual *Museum Handbook*, por exemplo, as Reserva Técnicas são consideradas espaços, mas processos contínuos que atende à tarefa de proteger e organizar as coleções enquanto estão armazenadas (Cumberland e Floray, 2012, p. 7:1).

De forma mais ampliada, Luc Rémy (1999) defende uma visão dinâmica dos patrimônios salvaguardados em Reservas Técnicas, ressaltando a necessidade de equilibrar as funções de conservação e difusão nesse espaço. Para o autor, as Reservas Técnicas possuem cinco funções: serem funcionais, possibilitarem o acesso e a consulta do patrimônio, ao mesmo tempo em que

asseguram sua segurança e sua preservação, culminando na dupla missão de conservar e difundir o patrimônio. (Rémy, 1999, p. 30)

A compreensão de que a Reserva Técnica desempenha um importante papel na preservação do patrimônio é um dos motivos que vêm desencadeando uma atualização no seu conceito e incentivando novos modelos de reserva, como:

(...) reservas que permitem o acolhimento de ações de formação e investigação, reservas onde é possível ao público observar o trabalho de bastidores do museu, reservas livremente visitáveis, ou reservas onde decorrem outras ações de mediação e comunicação do museu. (Amaral, 2012, p.02)

A diversidade das Reservas Técnicas, suas características e funções, deve ser condizente com a amplitude do patrimônio e atribuições contemporâneas. Os caminhos, cada vez mais participativos, da construção do conhecimento corroboram para que as Reservas Técnicas saiam dos bastidores da arqueologia e assumam um papel protagonista na relação entre o público e o patrimônio arqueológico, garantindo o acesso às coleções sem colocar em risco sua preservação (Amaral, 2012, p. 7).

Esses movimentos de mudança na concepção do espaço e das funções das Reservas Técnicas têm resultado na redefinição das Reservas Técnicas tradicionais e no surgimento de tipologias de reservas, como as reservas técnicas externas, compartilhadas e visitáveis e visíveis (Delavenays, 2012, p. 10). A definição do perfil de cada uma deve partir de um plano de gestão adequado aos anseios da instituição e das coleções.

A Reserva Técnica é um mecanismo importante de um sistema de gerenciamento de coleções. A teoria dos sistemas para a Curadoria Arqueológica é explorada por Woff (2019) ao destacar os sistemas como partes interativas, compostas por subsistemas, que devem ser analisados e aprimorados para alcançar um bom funcionamento de um todo. Segundo a autora, um sistema de gerenciamento de coleções, formado por numerosos fatores, pode contribuir para o bom funcionamento de museus e instituições.

Nesse sentido, a Reserva Técnica é acessada como parte integrante do sistema curatorial e ponto de interesse comum entre as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, fontes desta pesquisa, e responsáveis por realizar a salvaguarda das coleções arqueológicas. A escolha pela centralidade das Reservas Técnicas, como elemento conector entre as IGP, dá-se pelo fato da diversidade de perfis que englobam as mesmas, podendo ser museus, instituições de pesquisa, ensino e laboratórios, fundações culturais, com organogramas funcionais muito distintos, mas que além do contexto amazônico possuem em comum a missão de gerenciar suas coleções arqueológicas e Reservas Técnicas.

3.2. Desroteirizar as Reservas Técnicas e a salvaguarda

Conforme trabalhado no Capítulo 1, a provocação da desroteirização dos processos curatoriais incentiva a relação da Curadoria Arqueológica e a pesquisa, ao buscar a identificação das biografias curatoriais e soluções personalizadas aos contextos estudados.

Neste ponto, em que os pressupostos teóricos da crise curatorial e da Curadoria Arqueológica se encontram com as Instituições de Guarda e Pesquisa e seus interlocutores, minha preocupação foi em não avaliar as IGP de forma individualizadas, em um roteiro de itens a serem alcançados ou não, mas em conectar elementos e informações dos processos curatoriais vividos pelas Instituições, de forma que auxiliasse na compreensão de seus desenvolvimentos.

Tal tarefa, no entanto, não é fácil em um contexto lacunar. Existe uma triste ironia no fato de que lugares e mecanismos responsáveis por salvaguardar a vida e a história de materialidades e grupos associado a elas, sejam de modo geral, muito omissos à própria biografia. A biografia curatorial é aqui entendida em dois sentidos: **na** e **da**. **Na** Instituição e **da** Instituição, uma vez que a Instituição de Guarda acolhe os processos curatoriais ao mesmo tempo em que os gera, devendo registrar a biografia curatorial **na** Instituição e **da** Instituição.

Exemplificando tal abordagem, Bronwy Labrum (2019, p. 245) aborda a importância da história institucional para o gerenciamento das coleções no estudo de caso do Museu neozelandês Te Papa, e como o desconhecimento dessa

história curatorial por parte da própria equipe museal cria potenciais problemas, como o presentismo nas atuais equipes, a noção equivocada de que as coleções são estáticas, e que nossas ações não interferem nelas diretamente. Nesse sentido, o autor defende uma consciência histórica dos processos curatoriais.

A falta de memória e de registro dessas histórias curatoriais na arqueologia brasileira está associada, em partes, ao afastamento das IGP à museologia e a compreensão de que os processos curatoriais dos vestígios arqueológicos precisam necessariamente ser alvo de pesquisa, o que nos remete à ausência do registro das biografias curatoriais também à origem e permanência da crise curatorial.

Assim como Labrum (2019, p. 255), considero que as histórias podem ser um método curatorial para definição de problemas de gestão de coleções. Todavia, é importante salientar que diferente de outras abordagens usadas na arqueologia, focadas na biografia dos objetos de forma individualizada, a biografia curatorial está ligada ao histórico da gestão das coleções arqueológicas, entre elas também, em outra escala, as biografias de cada acervo.

Com objetivo de identificar as nuances dos processos arqueológicos curatoriais, busquei contato com as vinte e seis Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte através de cartas, e-mails e telefonemas. Inicialmente os contatos foram realizados utilizando os dados disponíveis no CNIGP, mas as informações se mostraram desatualizadas e errôneas, e para quase a totalidade das IGP foi preciso uma busca alternativa pelos contatos corretos. Os primeiros contatos com as IGP ocorreram de modo informal, através de mensagens e telefonemas explicando a pesquisa, seguidos da formalização da solicitação da entrevista via ofício. Alguns contatos foram facilitados dado minha proximidade pessoal com colegas da área e que atuam nas Instituições.

Minha abordagem, foi solicitar que um profissional da Instituição pudesse participar da entrevista, sem tensionar qual dos profissionais, seja pelo cargo ou pela expertise. Dessa maneira, as próprias Instituições indicaram os profissionais para serem os interlocutores e participarem das entrevistas. Não foi determinado tempo para os relatos e entrevistas que ocorreram conforme a disponibilidade dos participantes, entre o primeiro semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023.

Meu esforço foi para que as Instituições me conduzissem, mais do que eu conduzisse. Minha intenção foi fazer poucas intervenções, perguntar quando necessário e deixar que os entrevistados falassem livremente sem a preocupação de “acertar” respostas que eu eventualmente procurasse ver nas biografias curatoriais. Embora não houvesse um roteiro, alguns pontos foram pré levantados com base nas discussões da Curadoria Arqueológica e em aspectos da crise curatorial.

As Instituições que aceitaram participar desta pesquisa estão cientes que embora não seja meu objetivo expor situações individualizadas, ou avaliar como certo e errado os processos passados e presente, será difícil manter o total anonimato do processo. Mesmo que não objetive sistematizar as biografias curatoriais por Instituição, e sim por temas relevantes levantados durante as entrevistas, eventualmente as Instituições podem ou não ser nomeadas em exemplificações. É importante colocar que nenhuma informação das Instituição será publicada sem autorização prévia dos responsáveis pelas mesmas.

Uma metodologia semelhante foi aplicada por Karrow (2017) ao entrevistar arqueólogos de Ontário, Canadá, para pesquisar a crise curatorial arqueológica no país. O enfoque no processo curatorial e seus agentes como centro do meu interesse difere de outras metodologias, que focam nos métodos de gestão de coleções e estruturas de locais de guarda. Viso explorar as percepções atuais das arqueólogas e arqueólogos, profissionais de museus e equipes que estão gerenciando o patrimônio arqueológico salvaguardado, como eles percebem, sentem e se posicionam sobre o tema. Meu interesse se localiza em compreender as biografias curatoriais, como elas podem ser responsáveis pela crise dos acervos arqueológicos, mas como também podem ser a solução. Nesse processo, eu estive aberta a múltiplas possibilidades de curadoria que as Instituições apresentassem, sem roteiros avaliadores das Reservas Técnicas e a da salvaguarda das coleções.

A aproximação com as Instituições foi relativamente fácil na maioria dos casos, tendo em vista que eu já possuía contatos próximos devido minha atuação na área e a integração que os coletivos GTA-SAB e REMAAE criaram nos últimos

anos, unindo profissionais do campo de acordo com suas regionais. No entanto, seis das vinte seis Instituições não participaram da pesquisa por motivos variados:

- 1) A ausência do contato correto da Instituição na CNIGP;
- 2) A ausência de profissionais trabalhando nessas Instituições que sejam responsáveis pelas coleções arqueológicas;
- 3) A ausência de uma devolutiva positiva no contato realizado.

Cartas formalizando o pedido de participação foram enviadas digitalmente, explicando o projeto, os objetivos do estudo e puderam registrar institucionalmente a colaboração do profissional. Após os aceites e realização das entrevistas, que foram todas gravadas e transcritas, as transcrições foram enviadas para os entrevistados juntamente com o formulário de consentimento para uso das transcrições.

Entrevistas e visitas foram agendadas de acordo com a disponibilidade dos profissionais e todas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados. A decisão de quem seria o interlocutor coube à Instituição e apresentou variação. Algumas instituições indicaram o pesquisador que está a frente da Instituição, em alguns casos, funcionários que ocupam cargos políticos e até antigos funcionários que não trabalham mais na Instituição, mas que foram considerados por elas como as pessoas mais indicadas para participar, sendo o fator tempo de experiência um determinante nessa escolha.

As entrevistas ocorreram de dois modos, virtualmente e pessoalmente. Quando as entrevistas ocorreram de forma virtual foi enviado previamente instruções de acesso e ambiente para a garantia de qualidade de áudio.

Mesmo sem a utilização de um roteiro, com o objetivo de perceber a autoavaliação que as instituições fazem de suas próprias biografias curatoriais, como caminhos únicos de construção, parti de quatro questões norteadoras que integraram todas as entrevistas. Em alguns casos, as perguntas não precisaram ser realizadas, pois o próprio profissional em sua fala espontânea contemplava os pontos de interesse. Dentro dessas quatro questões, quando necessário tentei instigar a apresentação de algumas informações:

- 1) Fale um pouco sobre o histórico da instituição como IGP. (ano de criação; mantenedora; mudanças de governança; estrutura organizacional dos recursos humanos; delimitação das coleções; realizada pesquisas próprias; recebe endossos externos; adaptação à Portaria Iphan 196/2016);
- 2) Para você o que é gestão de coleções arqueológicas? (quais são as características que estruturam a gestão das coleções arqueológicas; como você percebe esse tópico na sua instituição; a instituição possui política de acervos e como foi sua criação, outros instrumentos de gestão);
- 3) O que você destacaria como positivo na gestão das coleções arqueológicas na sua instituição? Na sua percepção quais foram os fatores determinantes para alcançar esse resultado positivo;
- 4) O que você destacaria como desafios na gestão das coleções arqueológicas de sua instituição? E como você acha que eles poderiam ser superados?

As questões norteadoras das entrevistas se encaixam no que chamamos de metodologia semi-estruturada. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. A pesquisa com perguntas semi-estruturadas é uma metodologia qualitativa, onde o pesquisador possui um conjunto de questões previamente elaboradas, porém, com maior flexibilidade para adaptação e aprofundamento durante o decorrer da entrevista, conforme as respostas.

Para a realização das entrevistas com questões semi-estruturadas foi necessário percorrer algumas etapas:

- 1) Definir a temática e objetivos da pesquisa que pretendia alcançar com as entrevistas;
- 2) Elaborar tópicos relevantes para a pesquisa e formular perguntas de forma aberta, permitindo respostas detalhadas do entrevistado;
- 3) Definir os participantes da pesquisa;
- 4) Realizar o contato com os participantes da pesquisa, explicando os objetivos e usos da entrevista;

- 5) Proceder as entrevistas de forma individualizada e respeitando a dinâmica dos entrevistados;
- 6) Produzir as transcrições do conteúdo gravado ou anotações feitas durante o processo;
- 7) Elaborar a análise dos dados, identificando padrões, tendências e temas relevantes;
- 8) Interpretar os resultados em conjunto com outras informações obtidas na pesquisa, proporcionando uma compreensão aprofundada do tema estudado.

As entrevistas, com respostas abertas e detalhadas, permitiram compreender os distintos contextos curatoriais das Instituições, possibilitando uma análise mais completa e contextualizada dos dados. A metodologia acabou se mostrando uma poderosa ferramenta qualitativa para pesquisa, por permitir abranger em profundidade as biografias curatoriais a partir dos profissionais envolvidos.

3.3. Das Reservas Técnicas às biografias curatoriais

O gerenciamento das coleções arqueológicas através das Reservas Técnicas das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos - sejam elas museus, laboratórios, universidades, fundações culturais – foi a premissa do diálogo com as Instituições. Com a ajuda dos interlocutores, representantes das IGP, foi possível mensurar questões centrais da Curadoria Arqueológica na Amazônia brasileira.

Neste tópico apresento um panorama das Instituições de Guarda da região Norte ainda de forma individualizada para auxiliar na contextualização das características gerais, e relatar movimentos interessantes que permearam a construção da pesquisa. Essa caracterização também visa preparar o leitor para análise das entrevistas, que estão apresentadas no Capítulo 4, com uma significativa mudança na sistematização das informações, abandonando a

identificação das Instituições para a realização de uma análise dos aspectos das biografias curatoriais.

Na tabela abaixo identifiquei, através da coloração verde as Instituições que integraram a pesquisa, e em cor vermelha as que não tiveram representantes entrevistados. Na primeira coluna, da direita para esquerda, no campo observações, indico como foram realizados os contatos com as Instituições e os motivos da não participação das IGP.

Tabela 3. Lista das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte de acordo com sua participação na pesquisa.

UF	Instituição	Responsável	Cidade	Aptidão	Observações
AC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Rio Branco	Apta	O contato no CNIGP é um telefone geral da UFAC que não conseguiu contato com o setor. O contato com o responsável foi realizado via mediação da Superintendência do Iphan Acre.
AC	Fundação Elias Mansour	Governo do Estado do Acre	Rio Branco	Inapta, sem interesse em endossar	O contato no CNIGP não respondeu. O contato com o responsável foi realizado via mediação da Superintendência do Iphan Acre.
AC	Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil	Prefeitura Municipal de Rio Branco	Rio Branco	Inapta, sem interesse em endossar	O contato no CNIGP não respondeu. O contato com o responsável foi realizado via mediação da Superintendência do Iphan Acre.
AM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – Governo Federal	Tefé	Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a	O contato no CNIGP é para todo Mamirauá, e não o setor de arqueologia. O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.

				avaliação do Iphan.	
AM	Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Manaus	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	O contato no CNIGP é para toda UFAM, e não o setor de arqueologia. O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.
AM	Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSANA)	Associação privada Museu da Amazônia	Manaus	Apta	O contato no CNIGP está correto.
AM	Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas	Manaus	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	O contato no CNIGP estava incorreto, mas eles souberam me repassar o contato correto.
AM	Prefeitura Municipal de Itacoatiara	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas	Itacoatiara	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Não respondeu a solicitação. A Superintendência do Iphan AM também não tinha outro contato além do que estava no CNIGP.
AP	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP)	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Macapá	Apta	O contato no CNIGP é para toda UNIFAP, e não o setor de arqueologia. O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.

AP	Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq / Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA	Governo do Estado do Amapá	Macapá	Apta	O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.
AP	Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva	Governo do Estado do Amapá	Macapá	Apta a receber pequenos volumes de acervos	O contato telefônico no CNIGP está incorreto. A única via de comunicação é uma rede social. O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.
PA	Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)	Prefeitura Municipal de Marabá	Marabá	Apta a receber pequenos volumes de acervos	O contato no CNIGP está correto, com informações tanto da IGP quanto do responsável.
PA	Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Santarém	Apta a receber pequenos volumes de acervos	O contato no CNIGP está correto, com informações tanto da IGP quanto do responsável.
PA	Museu Paraense Emílio Goeldi	Governo Federal	Belém	Apta	O contato no CNIGP é um telefone do MPEG, e não o setor de arqueologia. O contato foi realizado de forma direta com o profissional responsável da IGP.

PA	Museu do Forte do Presépio	Governo do Estado do Pará	Belém	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Contato no CNIGP incorreto. Contato através do Secretaria de Cultura do Pará.
PA	Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo	Associação privada Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo	Cachoeira do Arari	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Contato no CNIGP incorreto. Contato através do Secretaria de Cultura do Pará.
PA	Parque Zoobotânico de Carajás - Parque Zoobotânico Vale	Companhia Vale do Rio Doce	Carajás	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Sem informações de contato no CNIGP.
PA	Museu do Estado do Pará	Governo do Estado do Pará	Belém	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Contato no CNIGP incorreto. Contato através do Secretaria de Cultura do Pará.
PA	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Arqueologia (NPEA) - Laboratório Antropologia Arthur Napoleão	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	O contato no CNIGP está correto.

	Figueiredo (LAANF)				
PA	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Prefeitura Municipal de Tucuruí	Tucuruí	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Contato incorreto. Não foi possível realizar contato.
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA) - campus Altamira	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Altamira	Apta, em processo de fiscalização . Sujeita a avaliação do Iphan.	Sem informações de contato no CNIGP.
RO	Museu de Arqueologia (MAR)	Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Ariquemes	Ariquemes	Apta a receber pequenos volumes de acervos	Contato incorreto. Não foi possível realizar contato.
RO	Museu Regional de Arqueologia de Rondônia	Prefeitura Municipal de Presidente Médici	Presidente Médici	Apta	Contato no CNIGP incorreto, o contato foi realizado com mediação de pesquisadores da região.
RO	Departamento de Arqueologia (DARQ)	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Porto Velho	Apta a receber pequenos volumes de acervos	O contato no CNIGP está correto.

RR	Museu Integrado de Roraima	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (FEMARH/R R)	Boa Vista	Inapta	Contato no CNIGP incorreto, o contato foi realizado com mediação de pesquisadores da região.
TO	Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)	Palmas	Apta	Não respondeu a solicitação. A Superintendência do Iphan TO também não tinha outro contato além do que estava no CNIGP.

Embora não seja o objetivo diagnosticar as Instituições, compreender o perfil das IGP foi fundamental para conectar aspectos dos processos curatoriais. Organizadas por estado e Instituição, separei algumas informações de cada uma delas:

Acre

Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM)

A Fundação de Cultura Elias Mansur é o órgão gestor das políticas culturais do Governo do Estado do Acre e congrega diversos espaços culturais, como museus, bibliotecas e teatros. Sua atual situação junto ao CNIGP é inapta para receber novos endossos institucionais. Tal situação teve um desdobramento em novembro de 2020, com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a FEM e a Universidade Federal do Acre (UFAC)¹⁵. No termo foi estabelecido a competência de cada Instituição, determinando ações de custódia, salvaguarda e conservação de acervos arqueológicos antes sob a guarda da FEM. Coleções oriundas de mais de 60 sítios arqueológicos listadas para serem salvaguardadas e transferidas ao

¹⁵ Diário Oficial da União. Publicado no D.O.U. de 06 de novembro de 2020. N°212. Seção 3.

Laboratório e Reserva Técnica do Centro de Arqueologia e Antropologia Indígena da Amazônia Oriental (CAAINAM), sob responsabilidade da UFAC. No momento há uma estudante de arqueologia trabalhando temporariamente na FEM para realizar o arrolamento e acondicionamento dessas coleções que serão destinadas à UFAC.

Centro de Arqueologia e Antropologia Indígena da Amazônia Oriental (CAAINAM)

O CAAINAM está ligado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC), localizado na capital Rio Branco. O recente termo de cooperação técnica estabelecido pela Instituição e a Fundação de Cultura Elias Mansur, transferiu para sua responsabilidade a guarda de coleções arqueológicas oriundas de pesquisas feitas na região. A atual situação junto ao CNIGP é apta para conceder endossos para a salvaguarda de novas coleções arqueológicas. A Instituição conta uma estrutura renovada de Reserva Técnica e laboratórios, porém não conta com nenhum arqueólogo em seu quadro.

Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil

A Fundação está ligada à Prefeitura Municipal de Rio Branco, e destina-se a executar a política municipal de cultura, promovendo o desenvolvimento nas áreas de arte e patrimônio histórico e cultural no município. Embora pesquisas arqueológicas estejam no escopo das atribuições listadas pela Instituição, sua atual situação junto ao CNIGP é inapta para receber novas coleções. No momento as coleções estão 'depositadas' em uma casa no Parque Capitão Ciríaco, sem recursos humanos especializados.

Amapá

Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva

O Museu, localizado na capital Macapá, foi criado em 1948 quando o Amapá ainda era território federal e assim foi identificado como Museu Territorial. Apenas em 1970 recebe o nome atual e desde então sofreu diversas mudanças

administrativas e estruturais, comuns às instituições museais públicas de pequeno porte. Por ser a instituição museal mais antiga do estado e ter mudado de abrangência ao longo do tempo, possui coleções diversificadas, com acervos documentais, etnográficos, mobiliário, indumentário e arqueológico. A instituição, que é ligada à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Amapá, atualmente não conta com arqueólogos em sua equipe, mas possui um acervo riquíssimo oriundo das pesquisas. Esteve fechado por problemas estruturais de 2016 a 2023, quando foi reaberto. Mesmo no período que estava fechado, sua situação junto ao CNIGP é apta a endossar pequenos volumes de acervos.

Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP)

O CEPAP integra a estrutura do curso de graduação em história da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no campus Macapá e foi criado entre os anos de 2004 e 2005, através do esforço conjunto do Iphan, UNIFAP e Governo do Estado do Amapá. Com profissionais da arqueologia em seu quadro, o CEPAP desenvolve pesquisas no âmbito acadêmico e no licenciamento ambiental, e conseguiu por meio de verbas oriundas de um Termo de Ajuste e Conduta (TAC) qualificar seu espaço de salvaguarda. Atualmente a situação da Instituição junto CNIGP é apta para conceder endossos institucionais.

Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NuPARq-IEPA)

O NuPARq-IEPA foi criado em 2005 através “Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico no Estado do Amapá”, instituído através do Decreto Estadual nº 1508, 08/03/2005. Este Programa foi uma ação integrada entre IEPA e a então Fundação Estadual de Cultural (FUNDECAP), com apoio do IPHAN, para promover a proteção do patrimônio arqueológico. O NuPARq atua em estudos arqueológicos no âmbito acadêmico e do licenciamento ambiental, e constitui a maior coleção arqueológica do Amapá, com vestígios salvaguardados de mais de 150 sítios arqueológicos. Embora não se estruture como museu, desenvolve todas as etapas da cadeia operatória museológica, contando com espaço expositivo.

Atualmente conta com uma equipe de 10 profissionais entre arqueólogos e técnicos em arqueologia. Sua estrutura predial passou por aprimorações, através de valores de TAC e recursos de endossos institucionais oriundos de pesquisas desenvolvidas pela própria equipe, tendo ampliado sua Reserva Técnica para 260m². Sua atual situação junto ao CNIGP é apta para receber novas coleções arqueológicas.

Amazonas

Museu Amazônico- Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Localizada em Manaus, a Instituição é ligada a Universidade Federal do Amazonas. Foi fundada em 2001 a partir de uma demanda da sociedade local por um espaço para a documentação histórica e etnográfica. No início, a arqueologia não fazia parte do seu escopo, mas a partir de 1995, com o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas na região, começaram a receber doações de peças arqueológicas. A primeira coleção de pesquisa do museu veio de um salvamento arqueológico realizado em uma praça pública da cidade, em 2000. A partir de 2014, a instituição passou a contar com um prédio maior e mais estruturado, construído com recursos públicos. No entanto, o seu quadro de recursos humanos é reduzido. Sua situação no CNIGP é apta, em processo de fiscalização.

Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza

Localizada em Manaus e ligada a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas, a instituição foi criada em 2001 como uma resposta à necessidade de ter um espaço para armazenar todo o material arqueológico proveniente das escavações que ocorreram na cidade. A instituição é responsável pela gestão e conservação do patrimônio arqueológico da região. Além de ser um local de guarda e conservação, o laboratório também realiza pesquisas arqueológicas. A partir de 2009, foram desenvolvidas pesquisas com a Universidade do Estado e atualmente a Instituição conta com dois arqueólogos em sua equipe. Sua atual situação junto ao CNIGP é apta para receber novas coleções arqueológicas.

Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)

Localizada em Manaus, a instituição foi criada em 2009 como uma associação privada sem fins lucrativos e tem como objetivo abarcar a Amazônia em geral. Em 2016, a instituição criou o núcleo de arqueologia e etnologia, o qual fortaleceu o acervo e recebeu o endosso do Iphan. A criação da instituição foi o resultado de uma articulação de várias instituições e pessoas locais. Conta com três arqueólogos em seu quadro. Sua atual situação junto CNIGP é apta.

Prefeitura Municipal de Itacoatiara

Está ligada a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) do Governo do Estado do Amazonas. Sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan. Não há nenhum registro sobre a real situação dessa Instituição, e nenhum contato com a mesma respondido durante o tempo de pesquisa.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Localizada em Tefé, a instituição começou a oficialmente a trabalhar com arqueologia em 2006, após receber demandas das comunidades locais que encontravam vestígios arqueológicos durante suas atividades cotidianas. A instituição entrou em contato com um dos arqueólogos que trabalha na região, iniciando os primeiros projetos de pesquisa arqueológica dentro da instituição. No início, eram bolsistas que trabalhavam por um período e depois eram substituídos. Apenas em 2008, a instituição tornou-se uma Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP) do patrimônio arqueológico, obtendo recursos para um plano de manejo comunitário dos sítios arqueológicos. Desde então, as pesquisas e o acervo da instituição têm crescido. A Instituição conta com profissionais de arqueologia em seu quadro. Até o momento da entrevista, a IGP nunca tinha sido vistoriada pelo Iphan e sua situação no CNIGP é apta, em processo de fiscalização.

Rondônia

Departamento de Arqueologia (DARQ)

O DARQ integra a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sendo responsável pelo curso de graduação do Bacharelado em Arqueologia, no campus de Porto Velho. Criado em 2009, a equipe do DARQ realiza o tripé de ensino, pesquisa e extensão, possuindo em sua estrutura laboratórios, centro de documentação e uma Reserva Técnica. Essa última recentemente instalada em estrutura predial nova e ampliada, sendo uma das maiores da região Norte. Com uma equipe de profissionais, que além da docência realizam pesquisas com participação dos discentes, o DARQ ainda conta com técnicos na área da museologia, que realizam o gerenciamento das coleções. Com regimentos da Reserva Técnica acessíveis para o público e uma estrutura física renovada, a atual situação do DARQ junto ao CNIGP é apta a receber pequenos volumes de acervos. Tal classificação, todavia, ocorreu antes da entrega da obra da nova Reserva Técnica em 2020, situação que deve autorizar a Instituição a receber volumes maiores de acervos a partir da nova vistoria do Iphan.

Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

Localizado no município de Presidente Médici, 400km da capital, o Museu foi criado em 2007 e é gerido pela prefeitura da cidade. Em 2019, o Museu passou por uma reforma que trouxe melhorias para sua estrutura. Atualmente a instituição desenvolve trabalhos de forma independente ou com parcerias entre outras instituições de pesquisa e ensino. Em sua coleção estão inventariadas mais de 300 mil peças. Seus recursos humanos variam de acordo com as gestões e no momento não conta com profissionais de arqueologia. Sua situação junto ao CNIGP é apta para receber novas coleções.

Museu de Arqueologia (MAR)

O MAR, como está identificado no CNIGP, tem seu nome mais citado como Museu de Arqueologia de Ariquemes, localizado no município de mesmo nome, a 200km da capital Porto Velho. Criado em 2014, é gerenciado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Ariquemes, recebendo apoio dos laboratórios da instituição para o desenvolvimento de pesquisas. O museu foi construído após ter sido firmado um Termo de Ajustamento de Conduta, como medida mitigadora aos danos causados ao patrimônio arqueológico durante a inserção de um empreendimento hidrelétrico. Os acervos arqueológicos salvaguardados na instituição são todos da região próxima, mais precisamente nas áreas de implantação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Jamari, Santa Cruz e Canaã, onde foram identificados mais de 40 sítios arqueológicos. No momento não conta com profissionais de arqueologia em seu escopo.

Roraima

Museu Integrado de Roraima (MIRR)

Fundado em 1984, o Museu possui caráter público estadual e está localizado na capital Boa Vista. Fechado desde 2012, por conta do comprometimento da estrutura física, o Museu reúne acervos arqueológicos, etnográficos, botânicos, geológicos e zoológicos, que atualmente estão sob a guarda do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima (IACI). Sua atual situação junto ao CNIGP é inapta para receber novos endossos institucionais.

Pará

Museu do Forte do Presépio

Localizado em uma edificação histórica, seu prédio foi tombado pelo Iphan em 1962 e o museu passou a funcionar em 2002 após um longo processo de estudos e tratativas entre Iphan e órgãos estaduais e municipais. Ligado à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Pará, o museu localizado na cidade de Belém abriga artefatos líticos e cerâmicos pré-coloniais, além de vestígios provenientes

das escavações do próprio local que compõem um vasto acervo do período colonial. Não possui Reserva Técnica própria e seu acervo está atrelado ao Museu do Estado do Pará. Sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan.

Museu do Estado do Pará (MEP)

Localizado no centro da capital Belém, o museu completou em março de 2021 40 anos e está se preparando para uma restauração em seu prédio histórico, o Palácio Lauro Sodré, que é tombado na esfera federal, estadual e municipal. Integra a Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), e abriga um acervo rico e diversificado, incluindo pinturas, mobiliários, acessórios, fotografias, além das coleções arqueológicas, que são testemunhos de diferentes épocas da história paraense. Um arqueólogo compõe o quadro permanente do museu, no papel de gestor das coleções arqueológicas. Sua atual situação junto ao CNIGP é apta porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan.

Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia (NPEA) - Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF)

O Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia abriga o primeiro laboratório de arqueologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), criado em 2007 e atualmente ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). A instituição salvaguarda acervos arqueológicos de pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes de sua instituição, além de endossar algumas pesquisas externas. Possui um espaço limitado, mas sistematizado em uma Reserva Técnica nas dependências da UFPA- campus Belém. Sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

Da autarquia do Governo Federal, o MPEG é a mais antiga Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da região Norte e uma das mais antigas do país, com 155 anos. A história do Museu Goeldi se entrelaça com a trajetória da arqueologia amazônica brasileira, salvaguardando vestígios de pesquisas de toda região desde o século XIX, oriundas de pesquisas e ações colecionistas. Sua estrutura foi se qualificando ao longo dos anos e possui uma das Reservas Técnicas mais consolidadas do país, com 540m², e uma equipe de arqueólogos, técnicos, museólogos e conservadores entre profissionais do quadro e colaboradores externos. Apesar de suas boas condições de guarda, ainda enfrenta problemas de extroversão e potenciais relacionais sobre as informações de suas coleções, situação que tem sido enfrentada em projetos mais recentes da instituição. Atualmente o MPEG endossa o recebimento de coleções ligadas à seus pesquisadores e está apta junto ao CNIGP.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Tucuruí

Localizada a 450 km da capital do Pará, no município de Tucuruí, às margens do rio Tocantins, as informações sobre essa instituição são bastante limitadas até o momento. Não consta no SEI o processo de fiscalização à essa IGP, por isso sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan, sujeita a avaliação do órgão. A mantenedora da instituição é a Prefeitura Municipal de Tucuruí. De acordo com a Superintendência do Iphan Pará há um processo de descredenciamento desse IGP do CNIGP.

Universidade Federal do Pará (UFPA) - campus Altamira

Em 2011, no Campus de Altamira, a 830 km da capital Belém, como parte do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), foi criado o Laboratório de Arqueologia Rio Xingu. O laboratório salvaguarda coleções arqueológicas de pesquisas realizadas na localidade. Não consta no SEI o processo de fiscalização à essa IGP, por isso sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan,

sujeita a avaliação do órgão. Não foi possível realizar nenhum tipo de contato com a IGP durante a pesquisa.

Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo

O museu foi criado de modo informal em 1972 no município de Santa Cruz do Arari, na ilha do Marajó. O padre italiano Giovanni Gallo foi quem fundou e geriu os primeiros anos do museu, o tornando uma referência pela interatividade. Foi somente em 1987 que o museu passou a funcionar no formato e nomenclatura atual, administrado por uma associação sem fins lucrativos. A maior parte das coleções foi constituída por doações e contribuições das comunidades. Não consta no SEI o processo de fiscalização à essa IGP, por isso sua atual situação junto ao CNIGP é apta, porém ainda em processo de fiscalização pelo Iphan, sujeita a avaliação do órgão. Recentemente o Museu do Marajó foi contemplado pelo Governo do Pará com um projeto para qualificação predial. Integra o Sistema de Museus do Pará.

Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)

Criada em 1984, a Fundação Casa da Cultura de Marabá é uma instituição de direito público e sem fins lucrativos, autarquia subordinada à administração municipal de Marabá, localizada a 550 km da capital Belém. O Núcleo de Arqueologia foi criado posteriormente em resposta às pesquisas arqueológicas que começaram a se desenvolver na região na década de 2000. Parcerias com empresas de arqueologia e contratações de arqueólogos foram ocorrendo até que em 2019 foi inaugurado o Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial em uma área de 336 metros quadrados. A atual situação da instituição junto CNIGP é apta para receber pequenos volumes de acervos, situação que deve se alterar em vistoria do Iphan posterior à nova estrutura.

Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú

Criado em 2010, na Unidade Tapajós, em Santarém, o Laboratório integra a estrutura do curso de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A instituição salvaguarda vestígios arqueológicos como cerâmicas, líticos, vidrarias e louças de mais de 115 sítios arqueológicos, provenientes de sete microrregiões amazônicas ao longo do rio Tapajós, Planalto Santareno, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra e outras. A Reserva Técnica do Laboratório está organizada em três espaços destinados a materiais arqueológicos com características distintas. (Jacome *et al*, 2020.) Com atuação dos docentes e discentes do curso a instituição encontra-se apta para receber pequenos acervos.

Parque Zoobotânico de Carajás - Parque Zoobotânico Vale

Parque Zoobotânico da Vale, localizado na Floresta Nacional de Carajás, município de Parauapebas é mantido pela Companhia Vale do Rio Doce. Na instituição há vestígios arqueológicos em área expositiva em situação de empréstimo realizado através da Fundação Casa de Cultura de Marabá, assim como uma área de coleções. Embora possua uma Reserva Técnica, ela se destina a outras tipologias de acervos, de base herbária. Após vistorias em 2019 e 2020, o CNA classificou a instituição como inapta para receber novas coleções, apresentando um parecer técnico das medidas a serem adotadas caso haja o desejo da instituição de tornar-se apta para salvaguardar coleções arqueológicas. Nessa mesma análise, há encaminhamentos sobre os acervos que já estão na instituição e que podem ser removidos da mesma. De acordo com a Superintendência do Iphan Pará há um processo de descredenciamento desse IGP do CNIGP.

Tocantins

Instituição: Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA)

O NUTA foi criado pela UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins, sob Instrução Normativa nº 14/99 de 22 de novembro de 1999. Depois de algumas

mudanças de sede, localiza-se atualmente no município de Porto Nacional, polo regional próximo à capital Palmas, e faz parte da Universidade Estadual do Tocantins. Sua situação junto ao CNIGP é apta, mas nenhum contato com a Instituição foi respondido.

A compreensão da importância da contextualização das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos na região Norte revela-se fundamental para identificarmos questões macro que permeiam a interseção entre a Curadoria Arqueológica e a crise curatorial. A análise das biografias curatoriais dessas instituições proporciona um insight valioso, permitindo a conexão de elementos diversos. Ao contextualizarmos essas instituições dentro de suas realidades regionais, torna-se possível enxergar além das narrativas isoladas, identificando padrões e desafios comuns que transcendem fronteiras locais.

Essa abordagem não apenas lança luz sobre as especificidades da Curadoria Arqueológica na região Norte, mas também contribui para uma compreensão mais abrangente da crise curatorial que afeta o campo arqueológico como um todo. Dessa forma, a contextualização das instituições na região Norte não apenas ressalta a diversidade de biografias curatoriais, mas também destaca a necessidade de abordagens amplas e integradas para enfrentar os desafios contemporâneos na gestão e preservação do patrimônio arqueológico, elemento que busquei tratar no próximo capítulo.

Capítulo 4| Biografias curatoriais amazônicas e as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

Neste capítulo, apresento informações, reflexões e caminhos percorridos sobre as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, sistematizando as contribuições trazidas pelos interlocutores em temas cruciais à análise dos tópicos, destacando singularidades e similitudes relevantes para pensarmos as biografias curatoriais arqueológicas na Amazônia brasileira. A opção por adotar uma análise qualitativa, sem a identificação dos atores, tem o intuito de evitar culpabilizações ou individualizações de problemas enfrentados pelas instituições.

A pesquisa concentrou-se nos caminhos, desafios e autorreflexões de cada instituição em relação aos seus processos curatoriais arqueológicos. Nesse contexto, a análise das entrevistas destacou elementos nos trajetos biográficos curatoriais que permitem identificar características da crise curatorial, tanto em movimentos de permanência como de superação. Reconhecer as biografias curatoriais demonstrou ser um caminho para compreensão da crise dos acervos, assim como uma possibilidade para refletir sobre a desroteirização e democratização dos acervos arqueológicos.

Para a identificação das biografias curatoriais, foram realizadas entrevistas com vinte das vinte e seis Instituições de Guarda da região Norte

cadastradas junto ao Iphan. Das vinte instituições abordadas, no caso das IGP do estado do Acre e das pertencentes ao Sistema de Museus do estado do Pará, apenas um interlocutor abordou distintas instituições, pois eles respondem pelas coleções que integram mais de uma IGP.

O movimento de compreender as biografias e os processos curatoriais das instituições iniciou-se durante as pesquisas no CNIGP. Durante a etapa de levantamento e contato com as Instituições de Guarda e Pesquisa, foram identificados alguns desafios relevantes a serem apontados sobre o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP) que nos dizem muito sobre o status das IGP do Norte:

1) Preenchimento

As informações do CNIGP são geridas pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), que fica responsável pela atualização do cadastro. As informações nele contidas, como nomes, endereços e contatos, são disponibilizadas e enviadas através das Superintendências estaduais.

O exercício de acessar as Instituições e suas respectivas informações através do CNIGP demonstra problemas informativos graves, em que instituições não conseguiram ser contactadas devido à falta de dados. A variação no preenchimento, com informações genéricas, em alguns casos, também foi desafiadora. Isso ocorreu especialmente quando as IGP integram uma instituição maior, como universidades e institutos, e o contato indicado não corresponde ao setor arqueológico, e as instituições não estão preparadas para mediar esse contato.

Essa experiência, sem dúvida, indicou a necessidade de os contatos estarem associados tanto às instituições quanto aos seus gestores. Nos casos em que havia também o contato de alguém da equipe, o caminho até as instituições foi simplificado.

Se pensarmos o CNIGP como o documento que a sociedade utiliza para acessar as IGP, esses fatores certamente intensificam ainda mais o distanciamento entre as coleções e o público em geral.

2) Atualização

Outro fator foi a atualização das informações apresentadas no CNIGP. Tanto os contatos, como a própria listagem da instituição e seus status de aptidão indicaram que as informações estão desatualizadas. Das vinte e seis instituições, aprofundar da pesquisa indicou que há um processo de descadastramento de duas instituições no Acre e duas no Pará. Além disso, em Roraima, o estado sofre com o encerramento das atividades da IGP. Essas informações indicam que o número funcional das IGP na região hoje está em vinte e um.

A aptidão das IGP, em alguns casos, também não representou a realidade, com instituições fechadas aparecendo como aptas, instituições que realizaram expansões nos últimos ainda com condicionante de aptidão para pequenos volumes de acervos.

3) Vistorias

A situação é agravada pela falta de vistorias em onze das vinte e seis IGP listadas. Na tabela, é possível identificá-las na coluna aptidão como “em processo de fiscalização”. A ausência de fiscalizações nessas instituições foi confirmada durante as entrevistas, onde os interlocutores confirmaram nunca terem sido vistoriados. Essas situações ocorrem especialmente nas instituições nos interiores dos estados, em locais de mais difícil acesso.

3) Critérios de Cadastramento

Outro elemento que chamou a atenção foi a distinção de critérios de cadastramento das IGP. É sabido que no momento da criação do cadastro foram incluídas as Instituições que em algum momento endossaram portarias de pesquisa. Esse recorte excluiu os museus com acervos arqueológicos que oficialmente nunca endossaram pesquisas na área. Ao mesmo tempo, passados alguns anos não é identificável movimentos de transformação nesse cenário que mantém uma fragmentação das coleções arqueológicas.

No contexto das IGP do Norte anomalias como o Museu do Forte do Presépio, que não possui local de guarda, reserva técnica, apenas espaço expositivo, e nem coleções, já que segundo o interlocutor da Instituições os acervos expostos estão cadastrados em distintas IGP, entre elas o Museu do Estado do Pará, a Universidade Federal do Pará e o Museu Paraense Emílio Goeldi. O Museu do Forte do Presépio, se assemelha a situação do Museu das Gemas, também em Belém e que possui uma rica exposição de peças arqueológicas. Embora ambas integrem o Sistemas de Museus do Estado, apenas o primeiro integra a lista de IGP do Iphan.

A partir dessas percepções e a análise das entrevistas junto as Instituições de Guarda e Pesquisa, sistematizei três pontos de debate para reflexionar as biografias curatoriais e suas relações com a crise dos acervos e a Curadoria Arqueológica enquanto pesquisa.

As biografias de governança, pesquisa e social, ordenam em temas os anseios e reflexões trazidas pelos interlocutores nas entrevistas¹⁶. Cabe ressaltar que tal compilação tem o objetivo de auxiliar na compreensão das biografias curatoriais, e que essa diferenciação de biografias é arbitrária, sendo na prática fluídas e influenciadas umas pelas outras.

4.1. Biografias de Governança

A governança em um contexto de gestão de coleções arqueológicas, envolvendo Instituições de Guarda e Pesquisa, o Iphan e diversos setores da sociedade, como universidades, museus, laboratórios e centros culturais, refere-se à estrutura de decisões, processos e relações que orientam e coordenam as atividades relacionadas ao patrimônio arqueológico. Ela implica a definição de políticas, diretrizes e práticas que visam a preservação, acesso e difusão responsável das coleções.

Nesse cenário, a governança pressupõe uma colaboração efetiva entre as diferentes entidades envolvidas, promovendo uma participação inclusiva e

¹⁶ O resumo dos principais trechos das entrevistas está disponíveis nos anexos.

transparente. Órgão como o Iphan desempenham um papel central na definição de normativas e na supervisão das práticas adotadas, enquanto universidades, museus, laboratórios e centros culturais contribuem com sua expertise acadêmica e cultural, mas possuem em si uma lógica própria de funcionamento que pode auxiliar ou não a gestão das coleções.

A sociedade, por sua vez, desempenha um papel fundamental como beneficiária e agente ativo na promoção do respeito e valorização do patrimônio arqueológico, possibilitando uma governança mais abrangente e alinhada com as expectativas e interesses diversos.

Nesse contexto, quando pensamos nas legislações brasileiras vigentes atualmente, como a Instrução Normativa e a Portaria Iphan 196/2016, vemos que há significativos avanços a gestão coleções arqueológicas. O papel e responsabilidade do Estado na gestão das coleções e do patrimônio arqueológico é indiscutível, mas ele deve ultrapassar as normativas e dialogar com os anseios da sociedade em geral.

A governança implica também o assessoramento ao Estado por especialistas, associações e organizações não governamentais. Destaco o papel do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA/SAB), criado em 2015, que tem como objetivo reunir especialistas sobre o tema da gestão das coleções para um debate mais aprofundado e auxiliar a associação em debates e posicionamentos sobre o tema. Um movimento semelhante foi realizado pela *Society for American Archaeology* (SAA) em meados nos anos 2000 com a criação do Comitê de Curadoria “Committee on Curation” (Bustard, 2000, p. 14).

Nos últimos encontros regionais Norte da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Rondônia (2016), Manaus (2018) e Macapá (2023), foram organizadas mesas-redondas com representantes das Instituições de Guarda para debater os desafios das coleções arqueológicas. É evidente o amadurecimento nas falas e o alastramento do tema nas junto as Instituições. Esses movimentos têm suscitado projetos de pesquisa e autoavaliações com estratégias para o aprimoramento da gestão das coleções. Um exemplo desse

avaliamento é colocado por artigo publicado em 2020 pelos docentes do curso de Arqueologia da UFOPA:

Enfrentamos situações similares às de muitas instituições públicas que guardam acervos no Brasil e muitos impasses enfrentados por essas instituições estão relacionados às esferas administrativas que não conhecem as necessidades, as resoluções ou as leis relacionadas ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Sendo assim, o principal fator limitante é a restrição orçamentária e alguns dos procedimentos morosos da administração pública, no que tange ao uso do recurso, (Jácome *et al*, 2020, p. 323).

Entre os desafios de gerenciamento e governança expressadas pelas IGP e seus interlocutores, destacam-se burocratização dos processos institucionais, a precarização e insuficiência de recursos humanos e financeiros.

Durante a entrevistas foram recorrentes afirmações como:

“Melhorou muito nos últimos anos, a gestão da [...] melhorou bastante, mas mesmo assim a gente percebe que ela, parte ali, é o sangue dela que está ali também. Recursos não são muitos. Então, essa questão financeira e a questão de anos também. A gente não tem gente especializada nos museus. Então, quando você não tem gente especializada e você tem pessoas que não têm perfil, além de não ser especializada, não têm perfil de cuidado com a memória, aí você não tem nada acontecendo nos museus.” (Entrevistada 10)

“Não está nada bem. Desculpa. Fora recursos humanos, realmente, é esse entendimento de procedimentos também. Eu acho que apesar de a gente estar fazendo, ter as regras de endosso e tudo, é isso, chegou material, quem é que... De novo, cai nas pessoas, quem é que está lá para receber, catalogar e colocar? Todo mundo no museu está avisado disso? Não. Às vezes vem coisa ainda pela portaria, pela segurança, ninguém sabe o que fazer. Essa integração com o resto do museu é um pouco difícil também. Está todo mundo ciente de que tem esse material arqueológico aqui, tem essa reserva técnica, que tem necessidades específicas. Com o administrativo, por exemplo, às vezes é uma grande dificuldade de conversar, porque

elas estão muito focadas na bilheteria, na visita, nas entradas, que arrecada dinheiro diariamente, e quando você pede uma pilha aqui para poder ligar o ar-condicionado, não vê isso como uma prioridade, e vai se arrastando, se arrastando. Então, internamente mesmo, entre os funcionários, de entender o que é o museu, o que são as prioridades do museu para funcionar assim, e é isso, o resto, acho que essas questões de laudo de bombeiros, de ter segurança, por exemplo, isso tudo é, eu vejo como um desdobramento das pessoas também, porque se você não tem alguém que está responsável por isso, que vai atrás do recurso, que vai atrás de ver como faz, a coisa em si não é feita. Por mais que tenha essa regra, essa exigência, essa demanda do órgão federal, porque o recurso para as coisas, para comprar coisas, ele vem mais fácil também, eu vejo, tenho visto aqui, os TAC, por exemplo, para comprar coisa é tranquilo, tanto que a gente está recebendo esse monte de material porque vem com TAC. Agora, o conservador que vai usar esse material, a gente não consegue contratação, a gente vai ter esse material aqui, agora quem vai usar e quem vai dar conta dele, não sei.” (Entrevistada 11)

“Aqui [...] a gente já tem um problema, os museus eles não têm recursos humanos, não tem muito apoio, não tem recurso também financeiro, muitas vezes, muitas vezes ficam fechados por muito tempo. Então, eles também buscam a universidade.

[...] É, porque assim, a gente tá dividindo o recurso humano que é pra um curso de graduação em arqueologia e uma instituição de guarda. Então, eu como curadora, por exemplo, preciso dar conta de dar uma disciplina, de fazer pesquisa.” (Entrevistada 3)

Estudos apontam que instituições que salvaguardam coleções culturais, como museus, estão frequentemente suscetíveis a escassez de financiamento, o que afeta sua capacidade de realizar as operações diárias de forma adequada. Essa situação fica mais agravada diante dos acúmulos e saturamento na guarda das coleções, gerando perdas e o abandono de métodos adequados de conservação e gerenciamento de coleções (Wolff, 2019, p. 24).

As entrevistas desvelaram que as Instituições que não possuem recursos humanos permanentes e não estão ligadas à instituição de ensino, acabam sofrendo ainda mais as variações de governança, através da mudança constante

de seus quadros e cenários políticos que refletem também na disponibilização e usufruto de recursos financeiros.

4.2. Biografias de Pesquisa

A pesquisa arqueológica desempenha um papel crucial na compreensão e preservação do patrimônio cultural, destacando-se pela sua abordagem interdisciplinar, rigor metodológico e teórico, bem como pela necessidade de documentação apropriada. A interdisciplinaridade na pesquisa arqueológica permite uma análise holística das evidências, incorporando contribuições de diversas disciplinas, como antropologia, museologia, conservação e história, enriquecendo a interpretação do passado. Além disso, a documentação apropriada, que envolve o registro minucioso de descobertas, contextos arqueológicos e procedimentos de escavação, torna-se essencial para a gestão adequada das coleções arqueológicas. Essa documentação não apenas fornece um arcabouço para a interpretação futura, mas também facilita a preservação, acesso e compartilhamento responsável do conhecimento arqueológico, contribuindo para a integridade das coleções e a disseminação do entendimento sobre as culturas passadas. Em conjunto, esses elementos sustentam a importância da pesquisa arqueológica como uma prática acadêmica e cultural que enriquece a compreensão da história humana e contribui para a salvaguarda do nosso patrimônio.

No contexto mundial, Merriman e Swain (1999) destacam que os profissionais da arqueologia que trabalham em instituições de guarda, como museus, normalmente estão mais focados na conservação dos materiais arqueológicos, e menos envolvidos com a geração de coleções. Essa cisão entre profissionais e etapas da pesquisa arqueológica são potencialmente problemáticas devido a dificuldade de garantir a interação, comunicação e documentação entre os profissionais e as etapas.

No contexto brasileiro, boa parte das Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos não possuem profissionais da arqueologia para estabelecer um diálogo com as equipes executoras das pesquisas de campo, para criar uma

linguagem comum que garanta a segurança informacional associada a escavação, e acessível para a Instituição de Guarda no futuro garantir o uso científico e social.

“a dinâmica que a gente acumula, estando como gestor das coleções, associado a problemas de recursos humanos, acaba prejudicando aspectos da pesquisa. Nós temos muita coisa passada para pesquisar, fazer a pesquisa das coleções mesmo. Ainda tem as pesquisas externas, que trazem outras questões e não temos pessoal nem recursos para dar conta disso tudo.”
(Entrevistado 2)

Essa realidade impõe desafios ainda maiores na conscientização de executar a gestão das coleções alinhadas como campo de pesquisa, enfraquecendo os processos curatoriais que acabam se desdobrando em desafios sociais do gerenciamento dos acervos.

4.3. Biografias Sociais

O objetivo central da gestão das coleções arqueológicas deve ser a consecução de sua função social, orientando-se para além do âmbito acadêmico e verticalizando suas tomadas de decisões. Para alcançar esse propósito, é imperativo horizontalizar as estruturas decisórias, buscando uma participação mais inclusiva e representativa de diversos agentes na gestão do patrimônio arqueológico. Isso implica envolver não apenas os especialistas em arqueologia, mas também a sociedade em geral, comunidades locais, instituições culturais e outros. Ao ampliar os atores envolvidos nos processos de gestão, é possível refletir de maneira mais abrangente e fiel o próprio modo de fazer arqueologia, considerando não apenas as perspectivas acadêmicas, mas também as demandas sociais, éticas e culturais inerentes ao patrimônio arqueológico. Essa abordagem mais participativa não apenas enriquece a compreensão do passado,

mas também promove uma gestão mais responsável, inclusiva e alinhada com as expectativas e interesses diversos da sociedade.

Ressalto as falas dos entrevistados nesse sentido:

“a gente desenhou, por exemplo, para a reserva e para a acessibilidade, então, desdobra para a pesquisa e para essa extroversão que a gente como pessoa e como profissional sempre está preocupado” (Entrevistada 9)

“o meu principal ponto positivo é esse começo de interlocução com os povos indígenas, de eles entenderem que a arqueologia é história indígena, realmente, entendeu? Porque para a gente, posso falar por mim, acho que você também, para a gente é muito óbvio que uma cerâmica é indígena, mas para eles não necessariamente” (Entrevistado 6)

“a gestão não é só para deixar organizado para pesquisa, tem que estar organizado para poder fazer uma extroversão, e não só uma extroversão no sentido de exposição de tudo, mas de você entender as possibilidades que isso vai te dar de trabalhar com comunidades, com grupos específicos” (Entrevistada 11).

As biografias sociais, associadas à gestão das coleções arqueológicas, envolvem não apenas o engajamento social, mas também sua aplicabilidade na maneira como gerenciamos essas coleções. Isso implica não apenas em mudanças estruturais nas políticas de coleções, mas também em uma percepção ampliada de que esses processos devem integrar os registros das coleções arqueológicas por meio das biografias curatoriais.

Múltiplas curadorias para múltiplos mundos: Considerações para o futuro da Curadoria Arqueológica na Amazônia

No âmbito da gestão de coleções arqueológicas na Amazônia brasileira, este trabalho propôs uma análise regional, visando compreender como a Curadoria Arqueológica pode contribuir para a preservação dos múltiplos mundos que encontramos na materialidade amazônica e suas relações. As reflexões apresentadas buscaram conectar conhecimentos e perspectivas, destacando a necessidade de abordagens diversas para a gestão de acervos arqueológicos e a centralidade dos recursos humanos que estão à frente das Instituições de Guarda e Pesquisa e foram de fundamental ajuda na construção deste trabalho.

Complexidade da Curadoria Arqueológica

Susan Steward (1994, p. 255) salientou a inadequação da caracterização tradicional das coleções arqueológicas, baseada em critérios como tempo, espaço e características dos objetos. A dicotomia entre público e privado, tempo social e tempo pessoal demonstram limitações nas abordagens curatoriais vigentes. A compreensão dos processos curatoriais como escolhas fluidas, mutáveis e por vezes conflituosas destaca a importância de múltiplas curadorias, reconhecendo a diversidade de perspectivas na arqueologia.

A história da Curadoria Arqueológica revela um paradoxo: enquanto os acervos arqueológicos são simultaneamente renegados e exaltados, as biografias curatoriais frequentemente refletem violências contra comunidades de interesse. A dissociação da cultura material de suas conexões sociais marcou uma fase da disciplina arqueológica. O reconhecimento dessa contradição levanta questionamentos sobre o papel dos não arqueólogos na gestão desses acervos e seu envolvimento nesse processo.

A análise de experiências, como a de Philippe Descola (2006), destaca a tensão entre a academia e as comunidades não arqueológicas. As colisões entre memórias indígenas e a academia, mencionadas por Cristóbal Gnecco (2013), revelam desafios culturais e políticos. A retórica do multiculturalismo, embora positiva em sua intenção, pode fragmentar a consciência de classe diante das pressões do capitalismo multinacional (Gnecco, 2013).

Reconhecer egocentrismos nas práticas de gestão de acervos arqueológicos é fundamental para estabelecer pontes entre diferentes mundos curatoriais. A ideia de tradução cultural, conforme proposta por Eduardo Viveiros de Castro (2012), sugere que a comparação de conceitos e discursos de curadoria pode facilitar a compreensão mútua e valorização de diferentes perspectivas.

Esse contexto, no entanto, é esbarrado em situação de crise, com décadas de acúmulos, e um sistema pouco estruturado para sua superação. A crise curatorial arqueológica, discutida por Karrow (2017), destaca a necessidade de repensar as práticas curatoriais. A proposta de formação de forças-tarefa colaborativas entre pesquisadores e representantes das comunidades descendentes emerge como uma alternativa para classificar coleções herdadas de maneira culturalmente relevante. Essa abordagem busca superar as limitações das práticas convencionais, que muitas vezes resultam na perda de vínculos entre objetos e suas origens.

Por outro lado, o diálogo com as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos demonstrou que estamos muito distantes de alcançar tal horizontalidade nas práticas curatoriais, tendo em vista que estão ciclicamente exauridos em busca de soluções para problemas cotidianos basilares, como a fragilização das instituições de pesquisa, as lacunas entre as legislações

patrimoniais e sua aplicabilidade, a articulação entre os diferentes agentes na cadeia produtiva arqueológica, e escassez de recursos humanos e financeiros.

Essas inúmeras questões perpassam os processos arqueológicos curatoriais, e a compreensão da existência de uma crise curatorial ainda precisam ser fortalecidas para que possamos avançar em direção de uma salvaguarda de múltiplos mundos na prática curatorial arqueológica.

A curadoria arqueológica continua a ser afligida por um problema de ineficiências na coordenação de recursos profissionais e humanos estreitamente direcionados para objetivos mais amplos e compartilhados de preservação e acesso para coleções. Conjuntos distintos de tradições e pressões disciplinares que melhor atendem aos profissionais, em vez de uma coleção, têm impedido nossa progressão geral desde o contato compartilhado até alcançar todo o potencial de pesquisa e exposição com a maioria das coleções (Buchanan, 2019).

Para esse avanço ocorrer será preciso congregiar a contante conscientização da importância da pesquisa curatorial arqueológica em diversas frentes: nas políticas públicas, na formação de novos profissionais, no diálogo interdisciplinar com outras ciências, no fortalecimento de mecanismos legislativos mais alinhados com os debates contemporâneos, na democratização e decolonização dos conhecimentos e prática arqueológica.

A reflexão sobre o futuro da Curadoria Arqueológica na Amazônia aponta para a importância de abordagens colaborativas e múltiplas, reconhecendo a diversidade de perspectivas e valorizando o diálogo entre arqueólogos e não arqueólogos. A transformação das estruturas curatoriais é essencial para superar o monopólio do controle físico e retórico do patrimônio arqueológico, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa dos múltiplos mundos presentes na região amazônica.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Joana R. 2011. Gestão de Acervos: Proposta de Abordagem para a Organização de Reservas. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Museologia.

AMARAL, Joana R. 2012. Gestão de acervos em reservas técnicas. Informação ICOM. PT, Sério II, nº15. 2-9. Disponível em: http://www.icom-ortugal.org/multimedia/info%20II-15_dez11-fev12.pdf

BAWAYA, Michael. 2007. Curation in Crisis. In: Science Mag. Vol.317.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. 2003. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 1. p. 275-295.

BEZERRA, Marcia. 2011. “As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.CiênciasHumanas, vol. 6: 57-70.

BEZERRA, Marcia. 2013. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública* 7:107-122.

BEZERRA, Marcia. 2017. Tetos e Afetos. Sobre as Pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GK Noronha.

BEZERRA, Marcia. 2018. Com os Cacos no Bolso: colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia Brasileira *Revista do Patrimônio*, n. 38. pp. 85-99.

BEZERRA, Marcia. 2023. Acervos-povoados: apontamentos a partir da arqueologia amazônica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 12(24), 32–46.

BIANCHEZZI, Clarice; SANTOS, Adriano Márcio dos; BASSI, Filippo Stampanoni; LIMA, Helena Pinto; MACHADO, Michel Carvalho; CRUZ, Alef Fernandes; BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira; PAIVA, Maurício de. 2021. Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins. 1. ed. – Parintins: Eskenazi Gráfica, 64 p.

BRAGA, Gedley. 2003. Conservação Preventiva: acondicionamento e armazenamento de acervos complexos em Reserva Técnica – o caso do MAE/USP. Dissertação. MAE/USP.

BRANDÃO, Carlos Roberto Ferreira e COSTA, Cleide. 2007. Uma crônica da integração dos museus estatutários à USP. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.15. n.1. p. 207-217. jan.- jun.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira & ZANETTINI, Paulo. 2007. Relatório do Simpósio: O futuro dos acervos. XIV Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. P. 1-15.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 1999. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: UM ESTUDO DE MODELOS PARA O PROJETO PARANAPANEMA. CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 17.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 2005. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, p. 235-247.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 2008. Definição de Curadoria - os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: Julião, L.; Bittencourt, J.N.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 2009. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: Marcus Granato e Marcio R. Rangel. (Org.). Cultural Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST. v. 1, p. 14-25.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 2014. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 04–15.

BUCHANAN, Sarah A. 2016. A Provenance Research Study of Archaeological Curation. PHD Dissertation. University of Texas at Austin.

BUCHANAN, Sarah A. 2019. The assemblage of repository and museum work in archaeological curation. Published Quarterly by the University of Borås, Sweden. vol. 24 no. 2

BUSTARD, Wendy. 2000. Archeological Curation in the 21st Century. Or Making Sure the Roof Doesn't Blow Off. Cultural Resource Management 23(5):10-15.

CABRAL, Mariana P; PEREIRA, Daiane; Bezerra, Marcia. 2018. Patrimônio arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Arqueológico* nº38. p. 247-268.

CABRAL, Mariana Petry. 2014. No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta. Tese de Doutorado. UFPA.

CARTA DE DISPOSIÇÕES. 2021. Documento do IV Fórum Acervos Arqueológicos.

CHILDS, S. Terry & SULLIVAN, Lynne P. 2004. Archaeological Stewardship: It's About Both Collections and Sites. In *Our Collective Responsibility: The Ethics and Practice of Archaeological Collections Stewardship* ed. Terry Childs. Pp:3-21. The Society for American Archaeology, Washington D.C.

CHILDS, S. Terry. 1995 The Curation Crisis. *Federal Archeology* 7(4): 11-15.

CHILDS, S. Terry. 1999 Contemplating the Future: Deaccessioning Federal Archaeological Collections. *Museum Anthropology* 23(2):38-45.

CHILDS, Terry & BENDEN, Danielle M. 2017. A Checklist for Sustainable Management of Archaeological Collections In: *Advances in Archaeological Practice* 5(1). Society for American Archaeology). pp. 12–25.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. 2013. Você me daria um cheque em branco? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de arqueologia.”

COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. 2020. “Joga fora no lixo”?: reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia, [S. l.]*, v. 33, n. 3, p. 189–205.

COSTA, Carlos. 2019. POR POLÍTICAS PARA A GESTÃO E MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: UMA ESCALA DE SENTIDOS. In: *Goiânia*, v. 17, n.1, p. 101-124, jan./jun.

CRONYN, Janet Margaret. 2003. *The Elements of Archaeological Conservation*. Londres: Routledge.

CUMBERLAND, D & FLORAY, S. 2012. *Museum Handbook: Museum Collection Storage*. National Park Service. Museum Management Program. Washington. 48p.

CURY, Marília Xavier. 2009. Museologia, novas tendências. In: GRANATO, Marcus.; SANTOS, Claudia Penha dos.; & LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.) Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas. Colloquia 11. Rio de Janeiro: MAST.

DEMOULE, Jacques P. 2007. *O nascimento da arqueologia preventiva*. Pour la Science. p. 146-151

DESCOLA, Philippe. (2006). As lanças do crepúsculo: Relações jivaro na Alta Amazônia. Cosacnaify.

DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François. 2013. Conceitos-chaves de museologia. ICOM. São Paulo. 98p.

DELAVENAY, A. H. 2012. De almacén acentro de conservación de colecciones. Revista del Comité Español del ICOM. ALMACENES DE MUSEOS: Espacios Internos Propuestas para su organización, ICOM España. 3: 8-15.

FABIAN, Johannes. 2010. Colecionando Pensamentos: Sobre os Atos de Coletar. *Revista MANA* 16(1): 59-73.

FAGAN, Brian. 1995. Timelines: Archaeology's Dirty Secret Author(s): Brian Fagan Source: *Archaeology*, Vol. 48, No. 4 (July/August 1995), pp. 14-17 Published by: Archaeological Institute of America.

FERREZ, Helena Dodd. 1994. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. Cadernos de Ensaio. n. 2, Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN / Museu Nacional de Belas Artes, p. 64-74, 1994.

FLEXNER, James I. 2016. F “Dark and Bright Futures for Museum Archaeology.” *Museum Worlds* 4 (1): 1–3.

FORD, Richard I. 1977 *Systematic Research Collections in Anthropology: An Irreplaceable National Resource*. Peabody Museum, Harvard University, Cambridge.

FRIBERG, Zana & HUVILA, Isto. 2019. Using object biographies to understand the curation crisis: lessons learned from the museum life of an archaeological collection, *Museum Management and Curatorship*.

GERO, Joan. 2012. Femidoxy: A Private Challenge to Orthodox Field Methodology. *Labrys. Études féministes/ estudos feministas*. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys22/archeo/gero.htm> . Acessado em: 03/03/2020.

GNECCO, Cristobal; HABER, Alejandro Favio; SHEPHERD, Nick. 2015. Arqueología y decolonialidad. 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo. 180 p.

GNECCO, Cristóbal; SCHMIDT DIAS, Adriana. 2015. Sobre Arqueologia de Contrato. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 03–19.

HABER, Alejandro e Cristobal GNECCO. 2007. Virtual Forum: Archaeology and Decolonization , *Archaeologies, Journal of World Archaeology Congress*, Volume 3, Número 3, 390-412

HABER, Alejandro. 2011. Nometodología Payanesa: Notas de Metodología Indisciplinada. In: *Revista de Antropología* N° 23, 1er Semestre, 2011: 9-49.

HALBWACHS, Maurice. 2004. A memória coletiva, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro.

HENDERSON, Jane. and PARKES, Phil. 2007. What's in Store?: Towards a Welsh Strategy for the Management of, and Access to, Archaeological Collections. In: *Museum Archaeology: Policy, Practice and Theory The Museum Archaeologist* Volume 30. p. 1-11. ISBN 1 871855 18 7

HILBERT, Klaus. 2006. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia*, n° 19. p. 89-101.

INGOLD, Tim. 2015. Materiais contra a materialidade. In: Ingold, T. (Org.) *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* (pp. 49-69). Petrópolis: Editora Vozes.

IPHAN. Portaria Iphan n°196/2016.

IPHAN. Portaria Iphan n° 483/2015.

JÁCOME, Camila; RAPP PY-DANIEL, Anne.; PRESTES-CARNEIRO, Gabriela.; SHOCK, Myrtle. P.; MORAES, Claide. de P.; AMARAL, Márcio.; SÁ LEITÃO BARBOZA, Myrian.; ROCHA, Bruna.; OLIVEIRA, Vinícius. H. de; SANTOS PINTO, Elaine. dos. 2020. Pluralidade dos acervos epistêmicos na Amazônia: história, gestão e desafios do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (UFOPA). *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 306–329, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.843. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/843>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

JOHNSON, Eileen. 2003. An Archaeological Curation Dilemma with an Approach to a Solution — the Texas-Based Accreditation Program for Curatorial Facilities. *Plains Anthropologist*, Vol. 48, No. 186. pp. 151-164.

KARROW, Stuart. 2017. Ontario 's Archaeological Curation Crisis – Twenty Years Later. 2017.

KERSEL, Morag M. 2015. Storage Wars: Solving the Archaeological Curation Crisis? *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies*, 3 (1) 2015:42-54. Penn State University Press.

LABRUM, Bronwyn. 2019. Collecting, curating and exhibiting cross-cultural material histories in a post-settler Society. In: *Curatopia Museums and the future of curatorship*. Ed. Philipp Schorch and Conal McCarthy. Manchester University Press. p. 244 -261.

LADKIN, Nicola. 2004. Gestão do Acervo. In: *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. ICOM.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. A obra do Bureau of American Ethnology e suas lições. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 57-68.

LIMA, Helena Pinto e BARRETO, Cristiana Barreto. 2020. Uma nova política para um antigo acervo a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 43–62.

LIMA, Helena Pinto. 2019. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Revista Habitus. Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, V. 17.n 1p 25-38.

LINDSAY, Alexander J. Jr & WILLIAMS-DEAN, Glenna. 1980. "Artifacts, Documents, and Data: A New Frontier for American Archaeology," In: *Curator* 23:1.p 19-29.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia L. & KARIPUNA, Suzana P. S. 2021. "Curadorias do invisível": conhecimentos indígenas e o acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(19), 101–114. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/35492>

MACHADO, Juliana S. (2021) Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios e coleções arqueológicas e os Laklãnõ Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC. *Revista Hawò*. Goiânia, v. 2, p. 1-49.

MARQUARDT, William H; MONTET-WHITE, Anta; SCHOLTZ, Sandra C. 1982. Resolving the Crisis in Archaeological Collections Curation. *American Antiquity*, v. 47, n. 2, p. 409–418.

MERRIMAN, Nick, and SWAIN, Hedley. 1999. Archaeological Archives: Serving the Public Interest? *European Journal of Archaeology* 2:249–267.

MIRABILE, A. 2010. A Reserva Técnica também é um museu. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*. N°1. 4-9.

MORAES, Cristiane Landi de. 2022. Conservação colaborativa: proposições curatoriais a partir da coleção de objetos cerâmicos etnográficos Asurini do Xangu. Dissertação. MAE/USP. São Paulo. 189p.

MPF. 2005, Relatório do Ministério Público Federal.

MUSEÁLIA, 2010. Reserva Técnica Viva: Como alguns museus estão mudando a relação entre suas reservas técnicas e o público. *Museália*, revista de cultura e museus. Instituto Brasileiro de Museus. N°: 1

NEVES, Eduardo Góes. 2022. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Ubu Editora/ Editora da Universidade de São Paulo. 224p.

PEARCE, Susan M. 1990. *Archaeological Curatorship*. Leicester Museum Studies series. Leicester University Press.

PEARCE, Susan M. 1997 *Archaeology as Collection*, *The Museum Archaeologist* (Vol. 22, p 47-54). Society for Museum Archaeologists.

PEDERSOLI, José Luiz Jr.; ANATOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. 2017. Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. IBERMUSEUS, ICCROM.

PELLINI, José Roberto. 2014. Redomas de Vidro: Relações entre tato, cultura material e práticas de institucionalização. In: *Revista de Arqueologia Pública*, n°9. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. p.63-78.

PEREIRA, DAIANE. 2012. Perspectivas da Curadoria Arqueológica: o caso do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. Monografia de Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia. Universidade do Estado do Amapá.

PEREIRA, Daiane. 2015. Reserva Técnica Viva: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. 160p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.

PEREIRA, Daiane. 2019. O “Roubo das Urnas”: A relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. *Revista Habitus*. Goiânia, v.17, n.1, p. 39-52, jan./jun.

PEREIRA, Daiane; RIBEIRO, Diego Lemos; TOLEDO, Grasiela Tebaldi; CUNHA LIMA, Silvia. 2020. Perspectivas para a Gestão dos Acervos Arqueológicos. *Revista de Arqueologia*. Volume 33 N°3. Edição Especial Gestão de Acervos Arqueológicos. pp.1-6.

REIS, José. Alberione. 2007. “Lidando com as coisas quebradas da história”. *Revista Arqueologia Pública*, n° 2. 33-44.

RÉMY, L. 1999. Les reserves: stockage passif ou pôle de valorisation du patrimoine? *La Lettre de l'OCIM*, n°65, p. 27-35.

RIBEIRO, Diego Lemos. 2013. A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese Universidade de São Paulo.

ROCHA, Bruna Cigaran da; JÁCOME, Camila; STUCHI, Francisco Forte; MONGELÓ, Guilherme Z.; VALLE, Raoni. 2013. Arqueologia pelas gentes. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 130–140,

SALADINO, Alejandra. 2017. Museus e Arqueologia: algumas reflexões. *Cadernos De Sociomuseologia*, 54(10). <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.54.04>

SALADINO, Alejandra; POLO, Mario. 2016. Acervo Arqueológico. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4

SCHIAPPACASSE, Paola A. 2019. Excavating Repositories: Academic Research Projects Using Archaeological Collections. In: *Advances in Archaeological Practice* 7(3). Society for American Archaeology. pp. 247–257

SCHORCH, Philipp & MCCARTHY, Conal. 2019. Curatopia Museums and the future of curatorship. Ed. Philipp Schorch and Conal McCarthy. Manchester University Press. p. 342.

SCHORCH, Philipp; MCCARTHY, Conal; and DÜRR, Eveline. 2019. Conceptualising Curatopia. In: *Curatopia Museums and the future of curatorship*. Ed. Philipp Schorch and Conal McCarthy. Manchester University Press. p. 1-16.

SEASE, Catherine. 1994. *A conservation manual for the field archaeologist*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California.

SILVA, Fabíola A.; CUNHA LIMA, Silvia. 2015. Etnoarqueologia, Conservação Arqueológica e a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico na Amazônia: a cerâmica arqueológica dos Asurini do Xingu, Pará. *Revista de Arqueologia*, v. 28, p. 123-143.

SIMMONS, John E. 2013. Application of Preventive Conservation To Solve. *Society for the Preservation of Natural History Collections*, v. 27, p. 89–101.

STEWART, Susan. 1994. Objects of desire. In: Susan M. Pearce (Org.) *Interpreting Objects and Collections* (pp.154-157). Nova York: Routledge.

SULLIVAN, L.P, & CHILDS, S.T. Childs. 2003 *Curating Archeological Collections: From the Field to the Repository*. Altamira Press, Walnut Creek, California.

SWAIN, Hedley. 2007. If we are not doing anything with it, why are we keeping it? Identifying the value of archaeological archives. In: *Museum Archaeology: Policy, Practice and Theory The Museum Archaeologist Volume 30*. p. 92- 96.

TOLEDO, Grasiela T. 2017. *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Tese. USP. 302p.

TRIVIÑOS, A. N. S. 1987. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 1986. Relatório elaborado pela Comissão designada pela Portaria GR.2073 de 15/07/1986. ARRUDA, José Jobson de Andrade (Org.)

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carret de. 2020. *Conservação de Coleções Indígenas: (re)pensando os processo de intervenção a partir de práticas colaborativas em museus etnográficos*. Tese UNIRIO. Rio de Janeiro. 335p.

VASCONCELOS. Mara Lúcia Catrett de; ALCÂNTARA, Tainã Moura. 2017. Com quantas caixas se faz uma Reserva Técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos do MAE UFBA. *Revista de Arqueologia Pública*. Campinas/SP v.11. n.2. p.153-165.

VON GERNET, Alexander. 1994 Archaeology as Discourse: An Editorial Essay. Arch Notes No.57:1-19.

VOSS, Barbara. 2012. Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections. Cambridge University Press.

WALLER, Robert R, & CATO, Paisley S. 2016. Agent of Deterioration: Dissociation. In: Agents of Deterioration. Canadian Conservation Institute.<http://canada.pch.gc.ca/eng/1444924574622>.

WICHERS, Camila. 2010. MUSEUS E ANTROPOFAGIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: (DES) CAMINHOS DA PRÁTICA BRASILEIRA. Tese UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. Departamento de Museologia. Lisboa

WICHERS, Camila. 2011. Patrimônio Arqueológico Paulista: propostas museológicas para sua preservação. Tese Universidade de São Paulo.

WOLFF, Samantha. 2019. "Where is Everything?": Museology from the Archaeological Perspective as Tested at the Sinking Ponds Site. Tese University at Buffalo. Department of Anthropology.

Anexos

Anexo 1. Tabela com relação dos textos analisados a partir do termo curadoria.

Nº	Nome do Periódico	Ano	Volume	Número	Curadoria	Conservação	Museologia	Musealização	Título e Palavras Chaves	Corpo do Texto	Link do artigo
2	Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	1	X	X	X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/475/529
3	Revista de Arqueologia da SAB	1994	8	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/680/571
4	Revista de Arqueologia da SAB	1997	10	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/118/514
5	Revista de Arqueologia da SAB	1998	11	1	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/736/448
6	Revista de Arqueologia da SAB	2001/2002	14.15	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/165/547
7	Revista de Arqueologia da SAB	2009	22	1	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/259/368
8	Revista de Arqueologia da SAB	2009	22	2	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/272/422
9	Revista de Arqueologia da SAB	2009	22	2	X	X	X		X		https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/278/418
10	Revista de Arqueologia da SAB	2011	24	1	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/320/349
11	Revista de Arqueologia da SAB	2012	25	1	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/343/254
12	Revista de Arqueologia da SAB	2013/2014	26/27	2	X		X	X	X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/382/229
13	Revista de Arqueologia da SAB	2013/2014	26/27	2	X	X	X	X	X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/383/239
14	Revista de Arqueologia da SAB	2013/2014	26/27	2	X		X	X	X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/389/232
15	Revista de Arqueologia da SAB	2013/2014	26/27	2	X		X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/391/231

16	Revista de Arqueologia da SAB	2019	32	1	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/614/89
17	Revista de Arqueologia da SAB	2019	32	1	X	X	X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/611/95
18	Revista de Arqueologia da SAB	2019	32	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/704/74
19	Revista de Arqueologia da SAB	2019	32	2	X					X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/714/79
20	Revista de Arqueologia da SAB	2019	32	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/717/78
21	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/691/58
22	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X	X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/845/4
23	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/844/5
24	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X	X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/824/6
25	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/857/7
26	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X		X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/832/11
27	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/829/12
28	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X		X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/847/13
29	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X		X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/855/16
30	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X			X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/856/17
31	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/843/19

32	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/846/20
33	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X		X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/830/21
34	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X				X	X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/868/22
35	Revista de Arqueologia da SAB	2020	33	3	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/837/23
36	Revista de Arqueologia da SAB	2021	34	1	X	X	X	X		X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/849/30
37	Revista de Arqueologia da SAB	2021	34	1	X	X	X			X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/859/31
38	Revista de Arqueologia da SAB	2021	34	1	X	X					https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/818/32
39	Revista de Arqueologia da SAB	2021	34	3	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/935/748
40	Revista de Arqueologia da SAB	2022	35	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/952/782
41	Revista de Arqueologia da SAB	2022	35	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/881/788
42	Revista de Arqueologia da SAB	2023	36	1	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1062/848
43	Revista de Arqueologia da SAB	2023	36	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1098/876
44	Revista de Arqueologia da SAB	2023	36	2	X	X				X	https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1035/877
45	Boletim do Museu Goeldi	2008	4	1	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/4pfXtMYsPztvLDR3f5sQ4tF/?lang=en
46	Boletim do Museu Goeldi	2008	4	1	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/H3prmCBJJSmWvny9NWC7zH/?lang=pt
47	Boletim do Museu Goeldi	2010	5	1	X	X	X		X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/qD9n9mkYhZpZYWnGqK7XPCK/?lang=pt

48	Boletim do Museu Goeldi	2011	6	2	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/mKd7vhkMBBwmGCFRDMVFn4K/?lang=pt
49	Boletim do Museu Goeldi	2012	7	1	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/xYrSMkw9N7hnkyhxDkMY3qt/?lang=pt
50	Boletim do Museu Goeldi	2012	7	1	X	X		X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/hhxHSJqciMPFC9DtzHqTLJK/?lang=pt
51	Boletim do Museu Goeldi	2012	7	1	X		X	X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/FnnwXyzh3Wr4pWtMfTrxMbw/?lang=pt
52	Boletim do Museu Goeldi	2012	7	2	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/Cf9Dck4XTptCLwLk5H5wksr/?lang=pt
53	Boletim do Museu Goeldi	2014	9	2	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/Ss5rM8JbZT3KsnZmHqtywLv/?lang=pt
54	Boletim do Museu Goeldi	2016	11	3	X	X		X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/N34GVchtiDgWrPqGzcc7gkx/?lang=pt
55	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	1	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/CD5r9sMCpqqgspZsttvpqSzF/?lang=pt
56	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	2	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/ScMH94w7dCq3DH3JDDvMkrP/?lang=en
57	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	3	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/FSddyvfdDfDvy9tvv8whrC/?lang=pt
58	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	3	X	X	X			https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/HSFH4LLwJf6KdYjNvzMf9qS/?lang=pt
59	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	3	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/qs49n4LkHdcCP4wX7Xs6Gqv/?lang=en
60	Boletim do Museu Goeldi	2017	12	3	X	X	X	X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/FynGr9mNDDtPWFRnsxN7shL/?lang=pt
61	Boletim do Museu Goeldi	2018	13	3	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/zmZrTNGrbKkNtXcyxr9hx4j/?lang=en
62	Boletim do Museu Goeldi	2018	13	3	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/xftPL4q7mRCBxtyzqzY4CDc/?lang=pt
63	Boletim do Museu Goeldi	2018	13	3	X	X			X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/PGyf9KwkBcDs8qcsyLVKk9m/?lang=pt

64	Boletim do Museu Goeldi	2019	14	1	X		X	X	X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/J3BmP6qGTnhYFGnN68fNQty/?lang=pt
65	Boletim do Museu Goeldi	2019	14	2	X	X			X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/BnWNGS7fq7Ycrw6Sk9f6Lf/?lang=pt
66	Boletim do Museu Goeldi	2020	15	1	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/WCZLKbXCdRvtWVYwfFQTHYD/?lang=pt
67	Boletim do Museu Goeldi	2020	15	1	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/9KZfZHNbnBFQhjsDGdhnQvt/?lang=pt
68	Boletim do Museu Goeldi	2020	15	2	X					X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/hGKdZfcV6xfZQ3Zq4m9GbkS/?lang=pt
69	Boletim do Museu Goeldi	2020	15	2	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/j53GKrVCi6RHwnTKSsbVWg/?lang=pt
70	Boletim do Museu Goeldi	2020	15	3	X	X	X	X		X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/HBQsPW84T5p9kkVkjZDK5M/?lang=pt
71	Boletim do Museu Goeldi	2021	16	1	X	X	X		X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/NybHHQrHpndrZ8g9c6cBr3H/?format=html&lang=pt
72	Boletim do Museu Goeldi	2021	16	1	X	X			X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/WJh6MJP8dYLRJfM4XqPZNw/?format=html&lang=pt
73	Boletim do Museu Goeldi	2021	16	1	X	X	X	X	X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/Kf3c4ChHCQJqf3KVcDFSDwg/?format=html&lang=pt
74	Boletim do Museu Goeldi	2021	16	2	X	X		X	X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/JVXwhpXmGvN3Gh6JGBNbvPL/?format=html&lang=pt
75	Boletim do Museu Goeldi	2021	16	2	X	X	X	X		X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/jMZpNPmH6QDQPhSwrDHjC8g/?format=html&lang=pt
76	Boletim do Museu Goeldi	2022	17	2	X	X				X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/zmymHY3Dv9hzzkvZYcnp49F/?lang=pt
77	Boletim do Museu Goeldi	2022	17	3	X	X			X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/53zQZDHpKDFqwnzJbNbnChy/?lang=pt
78	Boletim do Museu Goeldi	2022	17	3	X		X		X	X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/NKN75VcV77SnV6RpgR7RmBc/?lang=es
79	Boletim do Museu Goeldi	2022	17	3	X	X		X		X	https://www.scielo.br/i/bgoeldi/a/zzyPqnfijYvKSdnZx6C3YCK/?lang=pt

80	Boletim do Museu Goeldi	2023	18	1	X	X	X		X	X	https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/5LZSt7YdkmnGKRGrNDF9Zhs/?lang=es
81	Boletim do Museu Goeldi	2023	18	1	X	X	X			X	https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/hSvxdPvjswVtSCCWTCfb8Yy/?lang=pt
82	Boletim do Museu Goeldi	2023	18	2	X	X				X	http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv18n2_2023/comida(campos).pdf
83	Anais do Museu Paulista	1994	2	1	X	X			X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5301/6831
84	Anais do Museu Paulista	1994	2	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5303/6833
85	Anais do Museu Paulista	1995	3	1	X	X	X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5323/6853
86	Anais do Museu Paulista	1997	5	1	X				X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5354/6884
87	Anais do Museu Paulista	1998	6	1	X	X			X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5364/6894
88	Anais do Museu Paulista	1998	6	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5366/6896
89	Anais do Museu Paulista	2003	10	1	X	X	X		X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5389/6919
90	Anais do Museu Paulista	2003	10	1	X				X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5390/6920
91	Anais do Museu Paulista	2005	13	2	X	X	X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5432/6962
92	Anais do Museu Paulista	2006	14	2	X	X		X	X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5451/6981
93	Anais do Museu Paulista	2007	15	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5458/6988
94	Anais do Museu Paulista	2008	16	2	X	X	X	X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5495/7025
95	Anais do Museu Paulista	2008	16	2	X	X	X		X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5498/7028

96	Anais do Museu Paulista	2008	16	2	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5499/7029
97	Anais do Museu Paulista	2009	17	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5501/7031
98	Anais do Museu Paulista	2009	17	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5503/7033
99	Anais do Museu Paulista	2010	18	2	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5540/7070
100	Anais do Museu Paulista	2011	19	1	X	X	X	X	X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5547/7077
101	Anais do Museu Paulista	2014	22	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/86773/89775
102	Anais do Museu Paulista	2014	22	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/86775/89777
103	Anais do Museu Paulista	2015	23	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/102930/101231
104	Anais do Museu Paulista	2017	25	1	X	X		X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139679/134959
105	Anais do Museu Paulista	2017	25	2	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139694/134975
106	Anais do Museu Paulista	2018	26	1	X	X			X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/141967/148866
107	Anais do Museu Paulista	2018	26	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/152224/148898
108	Anais do Museu Paulista	2018	26	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/151035/147922
109	Anais do Museu Paulista	2019	27	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/151954/157371
110	Anais do Museu Paulista	2019	27	1	X	X	X	X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/144669/151589
111	Anais do Museu Paulista	2019	27	1	X		X	X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/151621/156973

112	Anais do Museu Paulista	2019	27	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/152258/156969
113	Anais do Museu Paulista	2020	28	1	X	X	X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/159319/163052
114	Anais do Museu Paulista	2020	28	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/168313/166339
115	Anais do Museu Paulista	2021	29	1	X	X	X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/182082/178261
116	Anais do Museu Paulista	2021	29	1	X			X	X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/173891/171819
117	Anais do Museu Paulista	2021	29	1	X	X	X	X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/172430/169362
118	Anais do Museu Paulista	2021	29	1	X			X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/180676/176952
119	Anais do Museu Paulista	2021	29	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/181058/176951
120	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X		X	X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/201311/189113
121	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X	X		X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195828/189116
122	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X	X	X		X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/191587/189128
123	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X	X		X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195841/189130
124	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X	X				X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195824/189131
125	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X			X		X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195834/189132
126	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X		X	X	X	X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195831/189133
127	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X	X	X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195826/189151

128	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/197014/187499
129	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/194109/187706
130	Anais do Museu Paulista	2022	30	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/192577/185511
131	Anais do Museu Paulista	2023	31	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/199212/194773
132	Anais do Museu Paulista	2023	31	1	X		X			X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/204202/195608
133	Anais do Museu Paulista	2023	31	1	X					X	https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/201117/195610
134	Cadernos Leparq	2005	2	3	X		X		X	X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/1039
135	Cadernos Leparq	2008	5	9.10	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/1201
136	Cadernos Leparq	2011	8	15.16	X		X			X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/1673
137	Cadernos Leparq	2011	8	15.16	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/1675
138	Cadernos Leparq	2014	11	21	X	X				X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/3139
139	Cadernos Leparq	2014	11	21	X	X			X	X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/3220
140	Cadernos Leparq	2014	11	22	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/3921
141	Cadernos Leparq	2015	12	23	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/4151
142	Cadernos Leparq	2017	14	27	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/10518
143	Cadernos Leparq	2017	14	28	X	X				X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/11018
144	Cadernos Leparq	2018	15	30	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/13816
145	Cadernos Leparq	2018	15	30	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/13034
146	Cadernos Leparq	2019	16	31	X	X				X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/14843
147	Cadernos Leparq	2020	17	33	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/16273
148	Cadernos Leparq	2020	17	34	X	X	X	X		X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/19228

149	Cadernos Leparq	2021	18	35	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/19116
150	Cadernos Leparq	2021	18	35	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/20184
151	Cadernos Leparq	2022	19	37	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/23086
152	Cadernos Leparq	2022	19	37	X			X		X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/22762
153	Cadernos Leparq	2022	19	38	X					X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/21388
154	Cadernos Leparq	2022	19	38	X	X	X			X	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarg/article/view/21714
155	Revista Habitus	2019	17	1	X					X	https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7110/4137
156	Revista do MAE	1991		1	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/107955/106295
157	Revista do MAE	1993		3	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109174/107662
158	Revista do MAE	1995		5	X	X	X		X	X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109242/107713
159	Revista do MAE	1995		5	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109244/107715
160	Revista do MAE	1996		6	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109263/107736
161	Revista do MAE	1997		7	X		X		X	X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109296/107795
162	Revista do MAE	1997		7	X				X	X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109300/107798
163	Revista do MAE	1999		9	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109348/107836
164	Revista do MAE	1999		9	X	X			X	X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109351/107839
165	Revista do MAE	2000		13	X					X	https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109493/107969
166	Revista Tessituras	2016	4	1	X	X				X	https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/372/339
167	Revista Tessituras	2020	8	1	X	X	X			X	https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/1057/855
168	Revista Tessituras	2021	9	2	X					X	https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/1132/931

Anexo 2. Resumo das entrevistas com as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos da Região Norte. Os resumos foram elaborados as principais informações trazidas pelos interlocutores, mas preservando o anonimato das IGPS e entrevistados.

Entrevista 1

A instituição enfrentou problemas relacionados à falta de registro sistemático de seus acervos, com materiais dispersos e falta de inventário. Além disso, a falta de espaço adequado também é um desafio, já que o número de materiais cresceu ao longo dos anos, sem uma expansão correspondente das instalações físicas. A intenção é conseguir um aumento de espaço e com financiamento para reformas e reestruturação. Quanto à política de endosso, é mencionado que o laboratório não tem espaço disponível para receber mais materiais, mas em casos excepcionais foram feitas concessões. No entanto, a ideia de criar uma política de endosso esbarra na falta de espaço disponível. Também é mencionado que o cadastro do IPHAN está desatualizado.

Outro desafio mencionado é a falta de financiamento adequado. É destacada a importância de linhas de financiamento que possam cobrir os custos de reformas, construções e melhorias nas instalações do laboratório. Também existe a necessidade de um sistema digitalizado para organizar os dados da coleção, assim como a criação de políticas de conservação diferenciada para diferentes tipos de materiais. O entrevistado ressalta que a gestão de coleções apresenta muitas demandas e que, muitas vezes, é necessário acumular várias funções e responsabilidades, dificultando o progresso em todas as áreas. No entanto, eles reconhecem a importância de enfrentar esses desafios e buscar avanços em todas as frentes.

Para resolver essas questões, foram realizadas reformas no laboratório, incluindo a readequação dos espaços e a instalação de sistemas de controle contra incêndio, como detectores de fumaça, sirenes e sistema de câmeras. Também foram adquiridos novos armários deslizantes, substituindo os antigos

armários metálicos. Essas melhorias foram financiadas por meio de programas da universidade, o Lab Infra, que promove a reforma de laboratórios de ensino, e através de endosso institucional pago por uma empresa para a recepção de materiais arqueológicos.

A coordenação do laboratório é transitória e o regimento estabelece que a coordenação deve ser renovada a cada dois anos. Com relação à Portaria 196 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estabeleceu diretrizes para o trabalho em laboratórios de arqueologia, não foi mencionado se ela teve um impacto direto no laboratório. No entanto, a motivação para as melhorias e reformas realizadas no laboratório não estavam relacionadas especificamente a essa portaria.

Entrevista 2

A instituição foi criada em 2001 como uma resposta à necessidade de ter um espaço para armazenar todo o material arqueológico proveniente das escavações que ocorreram na cidade. A instituição é responsável pela gestão e conservação do patrimônio arqueológico da região. É uma instituição estadual. Além de ser um local de guarda e conservação, o laboratório também realiza pesquisas arqueológicas. A partir de 2009, foram desenvolvidas pesquisas com a Universidade do Estado.

O laboratório conta com uma equipe composta por um auxiliar administrativo, estagiários e arqueólogos. A instituição também oferece endosso para projetos e realiza parcerias com outras instituições. Além disso, há planos de abrir a instituição para visitação pública, promovendo a divulgação do conhecimento arqueológico para estudantes, professores e comunidade em geral.

A gestão das coleções arqueológicas é vista como fundamental para a preservação e conservação do patrimônio. Além disso, a instituição valoriza o compartilhamento do conhecimento, promovendo a colaboração com outras instituições, oferecendo oficinas, cursos e recebendo visitas de alunos e professores. A gestão ocorre de forma multidisciplinar, envolvendo não apenas

o cuidado técnico das coleções, mas também a formação e divulgação de conhecimento.

O entrevistado fala sobre a gestão das coleções do laboratório em que trabalha e destaca a importância de ir além do simples cuidado e organização dos objetos. Ele menciona o contato com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e as recomendações do órgão, explicando que a instituição se adequou às novas demandas e enviou um relatório mostrando as adequações realizadas.

São mencionados alguns pontos positivos da gestão das coleções, como a exigência de contrapartida por parte das empresas e projetos que utilizam o espaço do laboratório, como a produção de artigos e pesquisa relacionada ao material depositado. Também é destacado a criação de uma revista ou boletim para divulgar as pesquisas realizadas e a intenção de popularizar o conhecimento produzido pelo laboratório.

Quanto aos desafios, destaca-se a dificuldade em conseguir recursos e equipamentos adequados para a gestão das coleções, principalmente em relação à conservação e manutenção das condições de ambiente. Além disso, ele ressalta a importância de envolver todas as equipes que utilizam o mesmo espaço, como a equipe de limpeza, para evitar danos aos materiais.

Também é mencionado o auxílio de outros profissionais, como museólogos e conservadores, durante o processo de mudança e readaptação do laboratório. Ele destaca o apoio do estado, do IPHAN e de parceiros privados nessa empreitada.

Entrevista 3

A primeira coleção recebida pela instituição foi repassada pelo Iphan, e o material ficou armazenado em um casarão adaptado. Posteriormente, a instituição federal solicitou a construção de um espaço próprio para a guarda das coleções e, como contrapartida por fornecer endosso institucional para um projeto de arqueologia de contrato, recebeu um prédio provisório concedido pelo empreendedor.

A instituição possui um curso de arqueologia, que é responsável pela guarda dos acervos. Há laboratórios de pesquisa, cada professor tem o seu, além de um centro de documentação que envolve livros e o acervo documental. Os recursos humanos envolvem docentes, técnicos em arqueologia, museólogos e uma técnica administrativa. No entanto, as atividades são compartilhadas entre ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, o que pode sobrecarregar a equipe.

A instituição oferece endossos para pesquisas dos professores do curso. No entanto, ainda não há uma política de coleções formalizada, e os critérios para os endossos variam de acordo com a avaliação feita por um professor e a votação do conselho de departamento. A universidade também recebe doações como contrapartida pelos endossos realizados.

A Portaria 196 do Iphan teve um impacto na instituição, pois a instituição se tornou uma instituição de guarda de bens arqueológicos a partir disso. A mesma portaria também foi utilizada como base para reivindicar melhorias nas condições de guarda e conservação dos acervos. No geral, a universidade busca fortalecer as atividades de guarda e pesquisa arqueológica, mesmo enfrentando desafios e demandas administrativas. A instituição procura apoiar pesquisas por meio de endossos e recebe doações para melhorar suas condições de trabalho. No entanto, ainda há necessidade de estabelecer uma política de coleções mais clara e estruturada.

Neste diálogo, as pessoas discutem a necessidade de retomar a discussão sobre a política de endosso para a gestão de coleções arqueológicas. Eles mencionam a importância de ter requisitos claros para endossar projetos, levando em consideração a participação de diversas partes interessadas, como centros arqueológicos e comunidades indígenas.

Em relação ao trabalho de gestão das coleções, eles destacam pontos positivos, como a obtenção de espaço físico adequado, o aumento da equipe com a contratação de um museólogo e a abertura de um concurso para professor na área de museologia. No entanto, eles também mencionam os desafios enfrentados, como a falta de uma política para coleções dentro da universidade,

a falta de recursos e de uma equipe especializada em educação museal, comunicação interna entre as equipes e a necessidade de definir melhor as atribuições de cada membro.

Há um consenso de que o principal objetivo da gestão das coleções arqueológicas é possibilitar o acesso às coleções, seja por meio de pesquisa, exposições ou atividades educativas. Eles ressaltam a importância de garantir que as pessoas possam se apropriar dessas coleções de diferentes maneiras, atendendo às diferentes demandas do público. No final do diálogo, eles mencionam a intenção de elaborar um plano museológico e transformar o espaço em um museu oficialmente, a fim de obter mais recursos e melhorar as condições de acesso e conservação das coleções arqueológicas.

Entrevista 4

A instituição começou a oficialmente a trabalhar com arqueologia em 2006, após receber demandas das comunidades locais que encontravam vestígios arqueológicos durante suas atividades cotidianas. A instituição entrou em contato com um dos arqueólogos que trabalha na região, iniciando os primeiros projetos de pesquisa arqueológica dentro da instituição. No início, eram bolsistas que trabalhavam por um período de tempo e depois eram substituídos. Apenas em 2008, a instituição se tornou uma Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP) do patrimônio arqueológico, obtendo recursos para um plano de manejo comunitário dos sítios arqueológicos. Desde então, as pesquisas e o acervo da instituição têm crescido.

O acervo arqueológico é composto por peças coletadas pelos moradores locais, por doações de peças e pelas pesquisas realizadas pela própria instituição. O acervo começou a ser sistematicamente pesquisado e catalogado a partir de 2008. Além disso, também foi incorporado um acervo etnográfico que antes pertencia a outro grupo de pesquisa dentro da instituição.

A equipe atualmente inclui apenas dois funcionários, um pesquisador e um técnico de laboratório, além de bolsistas de diversos projetos. Os bolsistas têm

autonomia para trabalhar em diferentes áreas, como cerâmica e carvões, e também auxiliam com a conservação e organização do acervo. Além disso, a instituição conta com pesquisadores parceiros que são chamados para ajudar em demandas específicas.

Quanto aos endossos externos, não existe capacidade de fornecer endossos para outras instituições, devido ao tamanho limitado do acervo e aos recursos já comprometidos. Ainda não houve uma visita do Iphan à reserva, uma vez que a instituição se encontra distante dos maiores centros urbanos. Entretanto, existe um planejamento para tal vistoria.

No geral, a instituição enfrenta desafios como a falta de recursos para ampliar o acervo e fornecer endossos externos, bem como a distância e falta de visitas por parte de órgãos responsáveis. No entanto, a instituição continua a realizar pesquisas e trabalhar para preservar e estudar o patrimônio arqueológico da região. Um dos avanços foi a implementação de um sistema de informação para cadastro e consulta dos acervos biológicos e arqueológicos. O instituto busca soluções, como a contratação de um profissional dedicado à gestão e a criação de um museu virtual para divulgar o acervo de forma mais ampla.

O entrevistado também menciona a dificuldade de manter pessoas oriundas de outras regiões fora da Amazônia. A instituição incentiva a contratação de pessoas da região para ocupar os cargos disponíveis, na esperança de que se fixem na área.

Entrevista 5

A história da instituição remonta à década de 70, quando um arqueólogo iniciou os primeiros trabalhos de pesquisa na região. Na época, o material coletado era armazenado em uma escola, mas de maneira desorganizada. Em 1984, a instituição foi inaugurada, e foi quando começou a construção de uma reserva técnica para armazenar o acervo arqueológico.

A partir de 2008, a instituição começou a investir na organização e aprimoramento da reserva técnica. Foi construído um novo prédio, com a aquisição de armários deslizantes, investimento em equipamentos de controle

de umidade e temperatura, e a modernização do banco de dados, com a plataforma utilizada pelo governo federal para o COVID-19.

A instituição é uma autarquia municipal, mantida pela Prefeitura. A maior parte dos recursos para a sua manutenção vem dos trabalhos de arqueologia de contrato, realizados em parceria com empresas privadas. A equipe conta com cerca de 120 funcionários, incluindo arqueólogos, técnicos e colaboradores de outros setores.

A gestão das coleções arqueológicas tem como pontos positivos a modernização do banco de dados, que permite o acesso digital ao acervo de forma organizada e facilitada, além da aquisição de equipamentos adequados para o armazenamento e conservação do material. Esses fatores contribuíram para a melhoria da organização do acervo e tornaram a instituição uma referência na região Norte do Brasil.

A Portaria 196, que estabeleceu diretrizes para a gestão de acervos arqueológicos no Brasil, teve um impacto positivo na instituição, incentivando a melhoria da organização das coleções. No entanto, já havia um processo de melhoria anteriormente, devido à situação desorganizada em que se encontrava o acervo. A modernização do banco de dados e a preocupação com a conservação do acervo foram fatores determinantes para as melhorias realizadas.

O uso da tecnologia da informação (TI) é mencionado como um fator crucial para a melhoria da organização, incluindo o uso de armazenamento em nuvem para evitar a perda acidental das informações e dados. Um dos maiores pontos positivos destacados é a digitalização do acervo, tornando-o acessível a todos, incluindo a comunidade em geral, e não apenas a pesquisadores. A abertura da reserva técnica para a comunidade é apontada como uma conquista, permitindo que não-arqueólogos obtenham conhecimento sobre arqueologia e a importância dos sítios arqueológicos da região.

Em relação aos desafios, são mencionados pontos como a guarda adequada do acervo, o acesso organizado às coleções e a difusão do conhecimento e da

riqueza cultural da instituição para a comunidade. A necessidade de conscientizar a população sobre a existência e relevância do acervo é destacada como um dos principais desafios a serem enfrentados. Também foi abordada a relação entre a instituição e o Museu da cidade, que é administrado pela mesma instituição. A ideia de fazer um rodízio de peças entre as duas instituições é mencionada como uma forma de aumentar a visibilidade do acervo e permitir que as pessoas tenham contato direto com o material.

Entrevista 6

A instituição foi fundada em 2001 a partir de uma demanda da sociedade local por um espaço para a documentação histórica e etnográfica. No início, a arqueologia não fazia parte do seu escopo, mas a partir de 1995, com o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas na região, começaram a receber doações de peças arqueológicas. A primeira coleção de pesquisa do museu veio de um salvamento arqueológico realizado em uma praça pública da cidade, em 2000.

A partir de 2014, a instituição passou a contar com um prédio maior e mais estruturado, construído com recursos públicos. No entanto, o seu quadro de recursos humanos é reduzido. Atualmente, há um laboratório que conta com a atuação do entrevistado e de um ex-funcionário aposentado que atua como voluntário. Já o museu, que também é atrelado à instituição, conta com uma estrutura mais completa, contando com museólogos, pedagogos e conservadores, mas esses profissionais não estão envolvidos com o laboratório.

O laboratório possui mais contato com escolas e recebe visitas com mais frequência. A instituição possui uma reserva técnica consideravelmente grande, com um acervo de cerca de 1230 engradados de material arqueológico. O laboratório tem uma atuação mais focada em pesquisas de arqueologia pré-colonial, com poucas peças “históricas”. Existem planos de ampliar as pesquisas e escavações, mas atualmente não há autorização para isso.

O entrevistado também discute a importância de ter um processo formal de endosso de pesquisa e menciona que no laboratório esse processo é regulamentado por um protocolo e exige a participação dos envolvidos, incluindo os indígenas, no consentimento para a coleta e pesquisa de materiais. O entrevistado também comenta sobre o processo de adaptação do laboratório, mencionando a revisão de políticas internas, como a de endosso e conservação do acervo. Ele destaca a dificuldade em lidar com o grande volume de acervo e os desafios da catalogação e conservação. O entrevistado menciona que a maioria das peças do acervo já foi estudada e documentada, mas a organização e o acesso às informações ainda precisam ser aprimorados. Ele ressalta a importância de valorizar e dar prioridade aos aspectos sociais da arqueologia, como a consulta às comunidades indígenas e a divulgação dos resultados de pesquisas. O entrevistado conclui ressaltando a importância de um trabalho em equipe e o potencial do acervo do laboratório para contribuir com pesquisas científicas.

A falta de recursos humanos é apontada como o maior desafio, já que o prédio e os equipamentos estão adequados. Por outro lado, o entrevistado destaca alguns avanços realizados na gestão das coleções pela instituição. O prédio e a infraestrutura estão em boas condições, fruto do licenciamento arqueológico. Além disso, ele destaca a criação de projetos de arqueologia voltados para a comunidade, e o avanço na organização de banco de dados e identificação das caixas das coleções. Finalmente, o entrevistado considera que a maior conquista é o estabelecimento de uma interlocução com os povos indígenas, que agora entendem que a arqueologia está diretamente relacionada à sua história e identidade.

Também foi tratado sobre o caso das coleções domésticas. Existe a pretensão de criar um edital para uma lei de incentivo à cultura, inspirada no ator Paulo Gustavo, para mapear essas coleções e criar espaços chamados de "memoriais" para guardar essas memórias materiais da ancestralidade das comunidades indígenas.

A ideia do nome "memorial" surgiu a partir de conversas com indigenistas, que explicaram que os objetos das comunidades indígenas são vistos como objetos

de memória da aldeia ou da comunidade. Os indígenas têm uma lista de todas as aldeias e suas respectivas coleções, o que facilita o mapeamento.

Essas coleções existem em todas as aldeias, mas muitas vezes não são tratadas como arqueologia pelos indígenas, que veem esses objetos como parte de sua cultura. O objetivo dos memoriais é criar um local para preservar e destacar essas memórias materiais da comunidade, mostrando a importância desses objetos para a ancestralidade indígena.

Um dos desafios tratados é sobre como lidar com a falta de reconhecimento das coleções domésticas pelo IPHAN. A solução proposta é que a luta seja feita em conjunto com outros órgãos do governo, como a FUNAI. Por enquanto, o foco é nas comunidades indígenas e comunidades em processo de demarcação que procuraram a FUNAI para fazer parte desse projeto. A FUNAI está totalmente envolvida e apoia a criação dos memoriais como forma de turismo e política. O objetivo é criar pequenos espaços para guardar as coleções, para que as peças não fiquem mais nas casas das pessoas, mas sim em um lugar que seja de todos.

No entanto, existem desafios legais e burocráticos para regulamentar as coleções domésticas. É necessário definir o que é coleção doméstica e o que é comercialização e destruição de sítios arqueológicos. A ideia é buscar uma solução que favoreça a conservação e garanta a preservação das peças.

Entrevista 7

A instituição possui uma reserva técnica e laboratório, que foi criada antes da universidade existir como instituição independente. Inicialmente, o laboratório foi estabelecido para dar suporte às pesquisas de campo, principalmente em licenciamento ambiental.

Em 2010, com a criação da universidade, o laboratório foi incorporado à nova instituição, juntamente com o curso de Arqueologia. No entanto, a transição não foi completamente resolvida, e os problemas herdados do passado não foram

totalmente solucionados. A falta de documentações importantes, como um inventário detalhado, foi identificada durante avaliações realizadas pelo IPHAN.

A gestão da reserva técnica tem enfrentado desafios, como a falta de recursos financeiros e a escassez de pessoal especializado. O laboratório conta apenas com um técnico de cartografia, que não é responsável pela gestão de acervos. A falta de um técnico de arqueologia ou profissionais da museologia e conservação preventiva também tem sido uma questão.

Para contornar esses problemas, a instituição tem buscado endosso institucional para receber acervos de licenciamento ambiental comprometidos com a ética e as populações tradicionais da Amazônia. Esses endossos garantem recursos financeiros para a gestão das reservas, além de possibilitar a contratação de técnicos e consultores especializados. No entanto, a falta de um inventário detalhado ainda é um desafio a ser superado.

A instituição possui três reservas técnicas, todas localizadas na mesma cidade. O laboratório inicial foi posteriormente, ampliado em 2017, quando foram criadas três salas exclusivas para reservas. Essas reservas são utilizadas para armazenar os acervos provenientes das pesquisas e disciplinas de campo do curso de Arqueologia. A primeira é utilizada para materiais provenientes do campo, como solos; a segunda, teoricamente, destina-se a materiais inorgânicos como líticos e cerâmica; a terceira é uma reserva orgânica, que originalmente seria destinada a materiais doados pelo Museu Esperança, mas devido ao mau estado de conservação, foi mantido na segunda reserva. A reserva 3 abriga materiais arqueológicos e restos humanos, sendo a mais bem controlada em termos de inventário e controle ambiental.

A instituição está em processo de desenvolver uma política de acervo, incluindo a formação de um grupo de discussão e a definição dos direcionamentos. O objetivo é tornar o acervo mais acessível e conhecido, através da realização de exposições e divulgação do material para a comunidade local.

Um dos desafios enfrentados é a falta de recursos humanos especializados na gestão das reservas. A universidade tem demandado a criação de uma vaga para técnico em arqueologia por meio de concursos. Além disso, a instituição

enfrenta problemas estruturais em seu prédio, como falta de infraestrutura adequada para a reserva técnica e infestação de insetos.

Em relação ao inventário, é explicado que estão fazendo um levantamento detalhado e contrataram uma empresa para construir um banco de dados. A etapa atual envolve a criação de fichas para cada item a ser catalogado. Apesar de ser um processo demorado, a instituição tem tido progresso. Também há menção sobre a estrutura organizacional do laboratório, incluindo um coordenador e uma comissão científica responsáveis pela gestão das coleções.

Apesar dos desafios, a instituição se destaca pelo engajamento dos recursos humanos, tanto professores quanto alunos, em projetos de pesquisa e políticas voltadas para as comunidades locais. No entanto, a universidade ainda busca melhorar a visibilidade da arqueologia e dos acervos, promovendo exposições e a materialização desses materiais para o público.

Entrevista 8

É a instituição de Guarda e Pesquisa mais antiga da Amazônia. A transformação da guarda dessas coleções ao longo dos anos passou por diversas fases. No início do século 20, foram recolhidas urnas e peças em missões de pesquisa e reconhecimento de fronteiras. Um programa amplo de pesquisas arqueológicas foi responsável pelo desenvolvimento de um sistema de gestão, classificação e nomeação dos sítios arqueológicos e coleções, que se tornou referência nacional e amazônica. Ao longo das gestões e curadorias, alguns desses princípios foram mantidos, mas outros foram transformados. O museu passou por mudanças na gestão das coleções, como a unificação do tratamento de vestígios especiais e de seriações, e a desmembramento dos tombos, que possibilitou uma melhor quantificação do acervo. O museu teve espaço destinado à gestão das coleções nos anos 1980, mas a coleção arqueológica foi uma das últimas a ser transferida para o atual local, nos anos 1990. Houve também mudança de mobiliário e de material de acondicionamento das peças. Atualmente, a instituição conta com três pessoas na curadoria (uma curadora, um técnico e um restaurador) e possui parcerias com bolsistas e voluntários para ajudar no cuidado e pesquisa das coleções. A instituição está em processo de

contratação de mais pessoas e possui um protocolo para receber empréstimos de coleções. Também tem investido em projetos para melhoria da reserva técnica e do banco de dados das coleções, visando integrar as três coleções culturais (etnográfica, arqueológica e linguística) em um único sistema. Um dos aspectos positivos recentes é a integração e discussão entre profissionais de diferentes campos relacionados à gestão das coleções, como conservadores e museólogos, que têm permitido uma abordagem mais abrangente e especializada. Os fóruns e grupos de trabalho sobre acervos têm sido importantes para esse diálogo.

Destaca-se também a abertura da instituição para a sociedade como um aspecto positivo do trabalho, permitindo que a coleção seja acessível a diversos públicos por meio de visitas monitoradas e eventos. No entanto, há desafios a serem enfrentados, como a integração entre diferentes curadorias e coleções dentro do museu, a falta de compreensão da importância da museologia no contexto das coleções e a separação física entre os setores de comunicação, extensão e pesquisa. É ressaltada a necessidade de maior integração entre esses setores e destaca-se o apoio institucional necessário para resolver esses desafios. Em relação ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, é mencionado que sua inclusão das coleções no planejamento estratégico da instituição foi importante para garantir apoio institucional para projetos relacionados às coleções.

Entrevista 9

A instituição é vinculada a um curso de história em uma universidade. Sua criação ocorreu no início dos anos 2000. Inicialmente, a instituição utilizava salas de aula adaptadas para suas atividades, mas posteriormente foi construído um espaço físico adequado às suas necessidades.

Uma característica peculiar da instituição é que não está vinculada a um curso de Arqueologia. Desde sua criação, a instituição enfrentou desafios como a falta de recursos, equipe técnica e apoio institucional. Diferentes coordenadores estiveram à frente da instituição ao longo dos anos, buscando fortalecer e expandir suas atividades. A expansão física do espaço do permitiu a criação de

laboratórios, salas de reserva e um auditório. A equipe técnica conta com profissionais como arqueólogos e técnicos administrativos.

A instituição possui um acervo, que tem sido uma preocupação constante em razão da falta de recursos para sua manutenção. A instituição busca estabelecer parcerias e obter apoio financeiro para garantir a preservação adequada do acervo. A política de coleções está em desenvolvimento e visa fornecer diretrizes para a gestão e preservação das coleções.

A instituição conta com uma boa estrutura física e um acervo representativo que ajuda a fortalecer o cumprimento de seu dever institucional. Mesmo com os desafios enfrentados, como a falta de apoio institucional e a falta de recursos, a instituição continua desempenhando um papel importante na salvaguarda do patrimônio e na promoção da arqueologia.

Um dos pontos positivos destacados é a vinculação do CEPAP com a universidade, o que possibilita a integração entre a pesquisa arqueológica e o ensino, incluindo a tradução pedagógica do conhecimento arqueológico para espaços de sala de aula. A entrevistada ressalta a importância de tornar a arqueologia acessível e transversalizada, a fim de alcançar a sociedade de forma mais ampla. Pelo fato da instituição estar vinculada a uma universidade, deve seguir os princípios de ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita a promoção e divulgação do conhecimento arqueológico para a sociedade.

No entanto, existem também desafios a serem superados. A falta de apoio institucional e de recursos é um dos principais desafios enfrentados, o que dificulta a realização das atividades de preservação do acervo arqueológico. Além disso, a falta de estruturação da reserva, incluindo a falta de equipamentos adequados, também é uma preocupação.

Outro desafio mencionado é a necessidade de garantir a preservação do sítio arqueológico do campus da universidade, já que a instituição em si impacta esse patrimônio. A entrevistada ressalta a importância de uma articulação entre a instituição e a unidade acadêmica competente, a fim de fortalecer a relação com o sítio e garantir sua preservação.

Entrevista 10

A instituição foi fundada a partir de um trabalho de campo feito na região. Durante esse trabalho, eles encontraram coleções particulares nas residências na área rural, devido à grande quantidade de sítios arqueológicos na região. Em um estudo anterior, foi identificado que a região possuía em média um sítio arqueológico a cada 500 a 800 metros. Essas coleções foram reunidas e levadas ao IPHAN, que junto com o município, abriu o museu.

Desde então, o museu tem sido um centro de referência em arqueologia na região. No início, ele abrigava apenas as coleções particulares encontradas durante a pesquisa. O museu recebeu apoio financeiro do IPHAN e teve a colaboração de um arqueólogo que analisou e verificou as coleções. Em 2007, foi emitida a lei de criação do museu e, a partir de junho de 2008, ele foi aberto para o público.

A autora, que era professora do Estado cedida ao município, trabalhou no museu desde a sua abertura até 2015, quando saiu devido a desacordos com a administração pública local. Durante esse período, o museu recebeu diversas coleções e realizou vários trabalhos de pesquisa. No entanto, após sua saída, houve momentos em que o museu ficou fechado ou sem funcionários adequados para administrá-lo.

Atualmente, o museu conta com uma nova responsável, que não é da área e enfrenta dificuldades para gerenciar e apresentar o material aos visitantes. Além disso, a falta de pessoal qualificado e a falta de continuidade em projetos de conservação e organização do acervo têm causado problemas. O museu possui um acervo principal de arqueologia pré-colonial, mas também recebeu doações de outros tipos de peças, como um quadro.

Durante a entrevista, foi mencionando o processo de aquisição de equipamentos como ares condicionados e desumidificadores, bem como a regularização da instituição em 2017 após uma fiscalização do IPHAN. Foi destacado que, atualmente, a manutenção do museu é feita exclusivamente pela prefeitura, que cuida dos recursos humanos, contas básicas e investimentos. São mencionadas também as três frentes de trabalho do museu: pesquisa, mapeamento arqueológico da região e atividades de educação patrimonial. Ela ressalta que a

maior parte do público do museu é composto por estudantes e destaca a importância da educação patrimonial nesse contexto.

Houve também tentativas de ampliar o acervo para incluir a história do município, através de um projeto para coleta de fotos e histórias de pessoas que moraram na região. No entanto, devido a problemas políticos e falta de recursos, o projeto não foi concluído.

Apesar dos desafios enfrentados, o museu possui um acervo significativo de aproximadamente 300 a 400 mil peças, adquiridas através de doações, coletas em sítios arqueológicos e parcerias com outros órgãos. A equipe do museu está empenhada em buscar conhecimento e soluções para a gestão e conservação do acervo, mas a falta de pessoal especializado e recursos tem sido um obstáculo. O museu continua aberto para

Entrevista 11

A instituição foi criada em 2009 como uma associação privada sem fins lucrativos e tem como objetivo abarcar a Amazônia em geral. Em 2016, a instituição criou o núcleo de arqueologia e etnologia, o qual fortaleceu o acervo e recebeu o endosso do Iphan.

A criação da instituição foi o resultado de uma articulação de várias instituições e pessoas locais. A criação do núcleo de arqueologia e etnologia ocorreu em 2016, com a entrada do diretor científico. Desde então, o museu tem buscado catalogar e organizar seus acervos de uma maneira mais sistemática, através de financiamentos e projetos, incluindo a criação de um banco de dados. O banco de dados foi colocado como um ponto positivo, ressaltando que é fácil de entender e necessário. No entanto, ressalta que existem muitas questões envolvidas na criação e manutenção desse banco de dados.

No entanto, é ressaltado que, após a saída de alguns profissionais, as atividades de catalogação do museu foram interrompidas devido à falta de espaço e à necessidade de contratar outros profissionais, especialmente um biólogo. Estão sendo realizados projetos para conseguir verbas e profissionais para dar continuidade ao trabalho de catalogação.

Na entrevista, foi ressaltada a importância de pensar além da organização física do acervo e considerar também a documentação, associação de informações no banco de dados e a significância do acervo. É mencionada a importância de entender por que o acervo é importante para a sociedade e para grupos específicos, a fim de justificar projetos e captar recursos. Durante a entrevista, foi destacada a necessidade de uma gestão de coleções que não dependa apenas da visão de uma pessoa, mas que seja sólida como instituição. A instituição entende a importância da gestão de coleções, pois ela traz recursos financeiros através de endossos, mas a relação do acervo com a comunidade do entorno ainda é uma questão em aberto. Destaca-se avanços na gestão de coleções arqueológicas da instituição, como a criação de um banco de dados integrado, a participação em debates sobre acervos e a contratação de profissionais com conhecimento em gestão de acervo.

Quanto aos desafios, é mencionada a necessidade de ter museólogos e conservadores fixos no museu, para lidar com questões de conservação. Também se comenta sobre a falta de um espaço adequado para exposições de arqueologia, destacando a dificuldade de garantir a segurança dos objetos. Também há problemas de comunicação e integração entre os funcionários do museu, tanto no que diz respeito ao entendimento dos procedimentos quanto à priorização de recursos.

Outra questão abordada é a falta de um plano museológico, que é considerado essencial por órgãos reguladores, mas que não pode ser elaborado por falta de museólogos no museu. O entrevistado também destaca a importância da sensibilidade em relação às necessidades do acervo, da instituição e da comunidade, e enfatiza a necessidade de organização e procedimentos adequados. Por fim, ele destaca a importância de garantir acesso ao acervo e menciona que muitos desafios estão diretamente relacionados a recursos financeiros limitados.

Entrevista 12

O entrevistado menciona que o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) foi criado em resposta a uma demanda do Ministério Público Federal para entender como o IPHAN estava lidando com os espaços que já detinham a guarda de material arqueológico. O CNIGP foi estabelecido a partir de uma portaria e incluiu todas as instituições que forneceram endosso a projetos de pesquisa arqueológica. Ao longo do tempo, essas instituições foram fiscalizadas e algumas foram consideradas aptas, outras inaptas e algumas permaneceram aptas com condições. Algumas instituições também pediram para serem descadastradas porque não tinham mais interesse em emitir declarações de endosso. O cadastro é atualizado periodicamente, mas o site pode não estar completamente atualizado. O entrevistado também menciona que as visitas e fiscalizações das instituições de guarda foram uma forma de avaliar a adequação das instituições em relação à Portaria 196, que estabelece diretrizes para a gestão do patrimônio arqueológico. O processo de fiscalização tem sido um desafio devido às limitações de recursos e pessoal, mas tem permitido identificar disparidades entre as instituições. O entrevistado destaca a importância de adaptar as exigências de acordo com a realidade de cada instituição, levando em consideração suas necessidades e capacidades. No entanto, algumas instituições podem não ter passado por fiscalizações devido à falta de conhecimento sobre elas ou à falta de tempo e recursos.

O entrevistado aborda alguns pontos relacionados à avaliação e fiscalização de instituições de guarda de acervos arqueológicos. Fala-se sobre a importância dos relatórios de vistoria para avaliar as condições das instituições e sobre a disparidade nas indicações feitas nesses relatórios. Também menciona o planejamento de formação de técnicos para realizarem vistorias e atualizações na 196, um dispositivo que regulamenta as instituições de guarda e pesquisa.

Destaca-se a falta de capacitação em fiscalização por parte do IPHAN e a necessidade de realizar um encontro técnico para nivelar o entendimento sobre as fiscalizações. Também menciona a migração de informações para o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) e a criação de um novo banco de dados para reunir acervos arqueológicos que não se adequam às exigências da 196. O entrevistado também menciona a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em 2017, que proporcionou a digitalização e

disponibilização de processos, mas também ressalta que muitos processos antigos ainda não foram digitalizados.

Em relação aos desafios das instituições de guarda frente ao licenciamento ambiental, o texto menciona a dificuldade em definir valores para o recurso vindo do endosso institucional e a cobrança excessiva por parte dos empreendedores. É mencionado que muitas instituições dependem desse endosso para sobreviver e que recusar esse endosso pode ser difícil para as instituições. É ressaltada a importância de considerar todos os lados envolvidos e buscar soluções para os problemas enfrentados por pesquisadores, empreendedores, instituições de guarda e poder público.

Também destaca o grande volume de acervo arqueológico coletado nas pesquisas e a necessidade de gerência adequada desse material. Sugere-se repensar a forma como os resgates são feitos e promover a preservação in situ quando possível, além de investir na formação de profissionais para conduzir pesquisas arqueológicas de maneira mais consciente.

Também é mencionado que há uma mudança de perspectiva em relação ao papel das IGPs (Instituições de Guarda e Pesquisa) e que estão sendo discutidas e amadurecidas propostas de mudança nesse sentido. São mencionadas algumas práticas positivas, como comitês de ética para analisar projetos, avaliação de profissionais da instituição e fiscalizações contínuas.

É mencionada a dificuldade de lidar com a falta de critérios em algumas instituições e a falta de capacitação dos profissionais para avaliar se os critérios estabelecidos estão sendo cumpridos. É mencionada a necessidade de um aumento no corpo técnico do Iphan para melhorar a situação.

Também é mencionado o desafio de fiscalizar sítios arqueológicos e instituições de guarda, devido à falta de recursos e à falta de profissionais para lidar com essas demandas. É mencionada a importância de planejar e manter uma rotina de fiscalização, mas também é reconhecido que isso é difícil devido à falta de recursos e pessoal.

É mencionada a falta de fomento ao Iphan e a dificuldade de obter recursos para realizar fiscalizações e outras atividades. É destacado que a falta de recursos e pessoal afeta tanto o trabalho do Iphan quanto o das IGPs.

É explicado que o Iphan tem a responsabilidade legal de proteger as IGPs, mas que a falta de recursos e a quantidade de demandas dificultam a realização desse trabalho. É mencionada a criação de um banco de projetos para destinar recursos orçamentários e facilitar o apoio a instituições de guarda. É mencionada a importância de fortalecer as IGPs e lidar com as demandas específicas de cada instituição.

No final do texto, é destacada a importância do trabalho do entrevistado e sua colaboração na busca por soluções para os problemas relacionados à gestão de acervos e endosso institucional.

Entrevista 13

O entrevistado é um professor de longa data no Acre, com formação em antropologia indígena e arqueologia. Ele percebeu um vácuo na área da arqueologia na região quando chegou e decidiu abrir caminho para estudos nessa área. Durante sua presidência em uma fundação cultural do estado, ele criou um setor de arqueologia e adquiriu uma coleção valiosa de materiais arqueológicos. Além disso, foram oferecidos cursos de iniciação em arqueologia, com a participação de pesquisadores renomados.

Apesar desses esforços, ele relata que o relatório dessa pesquisa se perdeu ao longo do tempo. Em 1995 ou 1996, um projeto de levantamento da arqueologia acreana foi encaminhado ao IPHAN, mas não foi financiado. A fundação cultural à qual o autor se refere é a Fundação Elias Mansur, que antes tinha um nome mais longo e abrangente, lidando também com recursos humanos e esportes.

Em 1985, durante a presidência do autor, foi feita uma reforma administrativa e foi criada uma coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural. Em 1994 ou 1995, foi aprovada uma lei do patrimônio cultural do estado, baseada em leis de outros estados. Essa lei já mencionava a noção de patrimônio imaterial.

Em resumo, a entrevista aborda os desafios enfrentados pelas instituições responsáveis pela gestão das coleções arqueológicas cadastradas no IPHAN na região norte do Brasil, com foco nas instituições do Acre. O entrevistado relata suas próprias experiências na área da arqueologia e destaca os esforços feitos para promover estudos e preservação do patrimônio arqueológico na região.

A situação descrita é a falta de estrutura e apoio da universidade para a formação de professores indígenas em Rio Branco. Em vez disso, todo o trabalho foi transferido para a Cruzeiro do Sul, a 600 quilômetros de distância, resultando em menos sucesso e maior custo. Algumas atividades de extensão e apoio foram realizadas, incluindo o suporte ao Conselho de Saúde Indígena e eventos de extensão. Houve também uma tentativa frustrada de criar um laboratório de arqueologia, devido à falta de recursos e apoio das fundações e da universidade. Os acervos da Instituição foram sinistrados e a proposta de cooperação técnica para sua preservação ainda não foi concretizada, devido à falta de recursos e apoio do Estado. Não há arqueólogos na equipe, o que dificulta a curadoria das peças. Havia a intenção de realizar um concurso para preencher essas vagas, mas a Controladoria Geral da União retirou esses cargos do concurso. Em 2017, o Estado e o município procuraram a universidade para se livrar dos acervos, porém, foram estabelecidas condições para sua recepção de acordo com a Portaria 196. No entanto, ainda não há condições ideais para receber esses acervos.

O entrevistado relata a necessidade de reformas e melhorias nas instalações das universidades, progresso lento devido à falta de recursos financeiros. Ele menciona os desafios enfrentados para obter acervos completos e catalogados, firmando termos de cooperação técnica com outras instituições. O entrevistado também menciona o incêndio que ocorreu na Instituição, comprometendo o acervo documental. Ele destaca a importância de criar uma estrutura institucional sólida e envolver os indígenas no cuidado do patrimônio histórico. Além disso, ele discute a falta de apoio do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a necessidade de recursos humanos e financiamento para as instituições do estado. O entrevistado finaliza mencionando a importância de ancorar seu trabalho em cooperações institucionais e de deixar um legado para as próximas gerações.